

Artigos do Prof. Marcos Coimbra no Jornal Monitor Mercantil - Vol 1 (2000-2017)



Marcos Coimbra é Professor Titular de Economia na Universidade Candido Mendes, Professor na UERJ e Conselheiro da ESG. Membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) e autor do livro Brasil Soberano.

A Argentina e o Brasil

Artigo publicado em 19.07.2001.

A nossa vizinha Argentina está em sérias dificuldades econômico-financeiras. Resolveu seguir rigidamente o receituário neoliberal e colhe os amargos resultados da aventura empreendida, principalmente na administração Menem. O patrimônio nacional do outrora rico país foi dilapidado. Hoje, de significativo, só restou o Banco de La Nación. E a dívida continuou a crescer. E a situação a piorar. A pobreza aumenta. A miséria campeia. Com o regime cambial fixo a economia encontra-se engessada. E a solução foi recorrer justamente ao FMI. É chamar a raposa para tomar conta do galinheiro. O megaespeculador George Soros já está agindo por lá, especulando forte, trocando “papel-pintado” por propriedades. Assumiu o poder, de fato, o ministro Domingo Cavallo, o qual concorreu à presidência da República, tendo obtido modesta votação, ficando no 4º lugar. O atual presidente perdeu inteiramente o controle da situação e assume o papel de Rainha da Inglaterra.

O único país com o qual a Argentina está obtendo superávit na balança comercial é justamente com o Brasil, algo superior a US\$ 500 milhões até o presente momento, no corrente ano e as autoridades e empresários argentinos continuam a pressionar violentamente a administração brasileira para conseguir obter resultados mais expressivos, fato difícil em virtude da perda de competitividade das mercadorias argentinas, em função da moeda do país irmão estar sobrevalorizada. As exportações para o Brasil são predominantemente de bens primários, como trigo, petróleo, enquanto que compram de nós mercadorias de maior valor agregado. Toda vez que o ministro Cavallo viaja para o Brasil solicita mais ajuda. A cada dia é mais uma decisão tomada pela administração argentina que prejudica os interesses dos

empresários brasileiros e, conseqüentemente, ao Brasil. Até o Uruguai e o Paraguai começam a adotar medidas protecionistas contra o Brasil. O Paraguai acaba de impor uma tarifa aduaneira de 10% sobre as importações provenientes do Brasil. Isto não é obra do acaso. São os "donos do mundo", agindo para implodir o MERCOSUL para facilitar a imposição da ALCA.

Na expressão política, o presidente eleito é detentor de um índice de impopularidade de fazer inveja a FHC. Seu vice renunciou e ele sobrevive ainda porque não interessa aos "donos do mundo" tirar-lhe o poder, no momento, como fizeram ao presidente Fujimori. A acusação pode ser qualquer uma. Não faltarão motivos. O sistema financeiro internacional mantém todos os seus colaboradores a sua mercê, pois podem sacá-los do poder a qualquer momento. Afinal, quem faz aliança com o diabo, sabe que tem de vender sua alma. O partido justicialista ainda se refaz da "onda entreguista" representada pela administração Menem, procurando novos líderes. Até o ex-presidente Alfonsín, que antes falava em moratória, rende-se ao capital transnacional, não tivesse sido ele um dos membros do Diálogo Interamericano. Na expressão psicossocial, o antes orgulhoso povo argentino padece de angústias nunca imaginadas. Dezenas de crianças morrem de fome diariamente. A previdência pública está destrozada. Agora o ministro Cavallo desfecha o golpe de misericórdia. A educação pública cai de qualidade. A saúde pública está sendo destruída. O desemprego atinge a mais de 16% da população economicamente ativa. A classe média está sendo dizimada. Existem agora apenas os ricos e os pobres. A insegurança aumenta.

Na expressão militar, as antes bem equipadas e respeitadas forças armadas argentinas são um triste arremedo do que foram. Os recursos a elas destinados minguam a cada ano. Seu efetivo foi diminuído. Não há lideranças expressivas. O cel. Seineldin continua aprisionado e o cel. Aldo Rico foi cooptado pelo sistema.

Foram enfraquecidas de propósito para não serem capazes de cumprir sua missão.

Preocupa-nos muito tal situação vivenciada pela Argentina, pois caso a crise se agrave, além dos reflexos diretos e indiretos que provocará em nossa economia, ferirá mortalmente o MERCOSUL, projeto acalentado por nós, objetivando integrar os demais países da América do Sul, para tentar conseguir uma inserção soberana na economia internacional, a exemplo da China e da Índia. Já perdemos o Chile para a ALCA. O México, sob a nova presidência, aproximar-se-á cada vez mais dos EUA, na ALCA. Uma administração Toledo no Peru também tenderá para a ALCA, não fosse o próprio egresso de Harvard.

Comparando a situação da Argentina com a nossa, encontramos muitas semelhanças, todas fruto da adoção do receituário neoliberal. Apenas eles foram mais radicais, atrelando a moeda nacional ao dólar e adotando o regime cambial fixo. No Brasil, ainda temos tempo de parar de entregar o patrimônio nacional, diminuir a taxa de juros, aprendendo com a lição argentina. A elevação da cotação do dólar no país está sendo usada como pretexto para aumento da taxa de juros, fazendo a alegria dos banqueiros. Caso continuemos a privatização selvagem, amanhã estaremos na mesma situação deles. Despojados de patrimônio, cada vez mais endividados e dependentes, sem perspectivas, sem esperanças.

A ALCA e o Mercosul

Artigo publicado em 26.11.2003.

Analisando a atual conjuntura, encontramos uma superpotência, os EUA, e duas megapotências, a União Européia (UE) e o Japão, constituindo a tríade denominada de Centros de Poder Econômico CPES. Existem ainda as potências ascendentes, constituídas por países que já dispõem, efetivamente ou em potencial, das condições indispensáveis para exercer influência predominante em seu espaço geopolítico atuando como catalisador do Poder Nacional dos Estados compreendidos nesse mesmo espaço geopolítico, como a China, por exemplo. Visualizamos ainda as pseudopotências, que compreendem os países que reúnem condições para ser potências ascendentes, mas serão impedidas de assim atuar pela incompatibilidade entre seus interesses econômicos e os dos CPES, como o Brasil.

As características essenciais do panorama internacional no terceiro milênio são: a) a existência de três CPES, com interesses econômicos tendendo à superposição; b) intensificação da superposição de interesses dos EUA e do Japão, enquanto a União Européia avança no processo de efetivação tácita da liderança germânica e absorção das economias circunvizinhas; c) globalização da economia sem o estabelecimento de genuíno sistema mundial de livre comércio, devido à prática do comércio gerenciado e da consolidação dos Blocos Regionais; d) substituição das vantagens "naturais" (recursos naturais, posição geográfica, demografia etc.) pelas vantagens "criadas pelo homem" (tecnologias de alta sofisticação e de ponta).

OS CPES, através da mídia internacional principalmente, começaram a impor ao mundo as chamadas causas nobres (direitos humanos, direitos das minorias, justiça social, povos indígenas), bem como as novas idéias (promoção da justiça

social, através da adoção da "tarifa antidumping social", penalidades comerciais para proteção ambiental -selo verde, soberania limitada, dever de ingerência, direito de intervenção, interferência humanitária, reformulação do papel das Forças Armadas), objetivando preservar seus interesses. Nosso objetivo é o de escolher o melhor caminho a ser seguido pelo Brasil, objetivando tornar-se uma potência ascendente.

É importante realçar que vários Blocos Econômicos Regionais (BERS) são dirigidos pelos CPES e que os menores tenderão a ser absorvidos pelos maiores, bem como constatar que os organismos internacionais são meros instrumentos auxiliares da política e da estratégia externa dos países atuantes no âmbito internacional e muitas ONGS são empregadas subrepticamente como verdadeiros mecanismos auxiliares de política externa pelos CPES. Os dados do intercâmbio comercial mostram que nossos principais parceiros, em termos de exportação, são UE, EUA e MERCOSUL. Analisando-se a pauta de exportações, de importações, o setor agro-industrial e o setor de manufaturados, percebemos que, numa comparação entre as vantagens e desvantagens de entrada na ALCA ou na UE, haverá para o setor agropecuário vantagens na aproximação com a UE, enquanto será mais vantajoso para o setor industrial a integração maior com a ALCA.

E para o Brasil? Num mundo globalizado, só terão participação as nações soberanas. Para tanto, o Brasil precisa ser capaz de se defender por seus próprios meios, pois, caso não o faça, nenhum organismo internacional defenderá, além de traçar seu próprio rumo, pois, se não o fizer, o terá traçado por outro. Segundo o atual secretário-geral do Itamarati, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em declaração feita ano passado: "Está em andamento um processo de desarmamento econômico e jurídico do Estado brasileiro, que teria como obstáculo as eleições. Daí a pressa na implementação das amarras fiscal e monetária expressas não apenas na independência do Banco Central, mas

também nas agências reguladoras. Se o Brasil aceitar as regras da ALCA será o fim das políticas adequadas para a Economia".

Infelizmente a nova administração, conforme já tínhamos prognosticado anteriormente neste jornal, está capitulando em relação à ALCA, nos moldes em que ela está sendo imposta pelos EUA, em condições inteiramente desfavoráveis aos interesses nacionais. Os alienígenas estão certos. O mais importante para eles é o bem estar do povo norte-americano. O que magoa a nós, tupiniquins, é a existência de sicários, regamente pagos, que escrevem diariamente em jornais brasileiros, na qualidade de nacionais, defendendo as aspirações deles, apesar de saberem que o acordo será altamente lesivo aos nossos interesses, transformando o país em mais um protetorado norte-americano. A desculpa é que será uma ALCA "light". Isto não existe. Transferir o contencioso para a OMC é perigoso, pois ela é controlada pelos EUA, que não costumam respeitar suas decisões, quando contrárias aos seus interesses.

Afirmamos que o ideal para o Brasil é procurar incrementar as relações bilaterais com outros países, como a China, a Rússia, a Índia, bem como ampliar o âmbito do MERCOSUL, convidando além da Venezuela, países de outros continentes, como a África do Sul, os países de língua portuguesa do resto do mundo e outros. Comerciar com a UE e com a ALCA, sim. Incorporar-se de forma submissa, assumindo o papel de colônia, não.

A Amazônia é brasileira

Artigo publicado em 08.10.2015.

É incompreensível como um cidadão brasileiro conhece, às vezes, vários lugares do país e até mesmo outros países, sem antes conhecer a Amazônia. Recomendamos sempre aos nossos conhecidos que, quando resolverem viajar, iniciem suas incursões pela Amazônia, antes de dirigir-se a qualquer lugar do Brasil ou do exterior. Isto porque é vital para os brasileiros conhecer pessoalmente àquela rica região, descobrir suas potencialidades, avaliar suas riquezas, enfim admirá-la, para poder perceber o quanto é importante defendê-la, lutando para que continue a ser nossa. Percorremos periodicamente a região para atualizar nossa visão da mesma. Como sempre, constatamos pontos positivos e negativos.

Dos aspectos favoráveis, não há como ignorar o crescimento da atividade econômica, em especial a turística, consubstanciada pela implantação de diversos hotéis no interior da selva, como o Ariaú, perto de Manaus, pelo aumento progressivo da população localizada na Zona Franca de Manaus, pelo crescente compromisso das Forças Armadas na defesa da Amazônia. O Exército possui agora o Comando Militar do Norte em Belém, além do Comando Militar da Amazônia em Manaus.

Como aspectos negativos: a continuação da evasão de riquezas subtraídas da região, seja sob a forma de contrabando e/ou descaminho transportado em centenas de aviões praticando voos irregulares, seja sob a forma de pirataria dos recursos biogenéticos da área, remetidos por diversos representantes de ONGs e missões estrangeiras no país, agindo sem qualquer controle; a existência do SIVAM, capaz de permitir o controle do tráfego aéreo, porém sem haver a necessária proteção das informações obtidas; a crescente demarcação de reservas

indígenas, conduzida por agentes estrangeiros, com a criação de “enclaves territoriais”, passíveis de serem, no futuro, separadas do país, constituindo embriões de nações independentes do Brasil, por coincidência em cima das principais riquezas minerais da região; pela ocupação da natureza por populações humildes, sem a necessária educação e conscientização dos danos ao meio ambiente; pela não conclusão da implantação do projeto Calha Norte, fruto do corte de verbas orçamentárias destinadas às Forças Armadas; pelo preocupante aumento da penetração estrangeira nos meios de comunicação, em especial nas TVs e outras.

Persiste a necessidade urgente do cumprimento do lema: “integrar pra não entregar”. A perda da Amazônia não será concretizada por uma ocupação militar tradicional, pois não existe país no mundo com força capaz de ocupar a vasta área, em grande parte ainda virgem. Porém, está sendo realizada sub-repticiamente, como é do costume dos modernos povos colonizadores, via domínio perpetrado através do crescente domínio das expressões psicossocial, econômica, científico-tecnológica e até mesmo política. É importante conhecer a realidade da região, como a situação do principal estado da região, o Amazonas, o qual possui apenas cerca de quatro milhões de habitantes, dos quais a metade está concentrada na capital, fato também encontrado nos demais estados componentes da Amazônia.

Toda a rica região, cobiçada há centenas de anos por outras nações, é constituída de vazios demográficos. Muita terra, muitos rios, muita riqueza, a maior parte inteiramente abandonada. Vastidões de territórios sem ocupação. Ao começarmos a adentrar seus mistérios, ficamos maravilhados com a grandiloquência da natureza. Mesmo próximos dos centros populacionais, verificamos a dificuldade de sobrevivência para quem é estranho à região. Até o deslocamento na mata é extremamente difícil. A quantidade e qualidade de obstáculos são

consideráveis. Daí chegarmos à conclusão de que é extremamente improvável a sua ocupação por forças estrangeiras. Somente o natural da área, indígena ou caboclo, consegue sobreviver com tranquilidade na região. Por isto eles são os melhores soldados da selva. Lá não há lugar para “Rambos”.

E não interessa aos países interessados a destruição da região, através do seu bombardeio sistemático, pois estariam destruindo recursos naturais preciosos, em especial a água, elementos cada vez mais raros no terceiro milênio. Ninguém possui condições para ocupar e dominar a Amazônia. Por isto continuam a agir por intermédio de agentes diretos e indiretos, subtraindo as riquezas em surdina. Por exemplo, é muito perigosa a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na área, defendendo posturas contrárias aos interesses nacionais. Cabe a nós, brasileiros, impedir que estes absurdos prossigam impunemente.

Urge haver vontade política para a implementação de medidas concretas de ocupação planejada, contínua e eficaz da rica região, inclusive com adoção de providencias emergenciais, enquanto é tempo. Acreditamos que o país capaz de explorar racionalmente a região, sem concessões aos delírios dos ecologistas fanáticos, defensores da sua intocabilidade, nem às ações predatórias de predadores irresponsáveis, será a potência do terceiro milênio.

A Armadilha do Desarmamento

Artigo publicado em 21.02.2008.

Recentemente a imprensa publicou dados apresentados pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla) e pelo governo com a conclusão de que o desarmamento da população brasileira, realizado em 2003, trouxe como consequência a “queda no número de assassinatos no Brasil”. É oportuno salientar que o diretor-executivo da Ritla é o argentino Sr. Jorge Werthein, antes dirigente da Unesco no Brasil, ferrenho hoplófobo (pessoa possuidora de aversão a armas de fogo), autor de diversos artigos e iniciativas com o objetivo de desarmar a nossa população.

Contudo, analisando-se os referidos números, chegamos à conclusão diametralmente oposta. Segundo a pesquisa apresentada, os números totais de homicídios no Brasil e os de homicídios com armas de fogo foram, respectivamente: em 2003; 51.043 e 36.081 (70,6%); em 2004: 48.374 e 34.117 (70,6%); em 2005: 47.578 e 33.419 (70,2%); em 2006: 46.660 e 33.214 (71,3%). Ora, isto mostra que houve um aumento de 70,6% para 71,3% na participação dos homicídios com arma de fogo em relação ao total, comparando-se o início do período com seu final. É curioso também salientar que a pesquisa mostra percentuais diferentes, ou seja, 2003 (77,9%), 2004 (76,2%), 2005 (74,4%) e 2006 (74,4%). Ou os dados estão errados, ou alguém não sabe fazer conta ou a interpretação foi, no mínimo, falsa.

A arma de fogo precisa de alguém que a dispare para provocar efeito. Como uma navalha, ou uma foice, ou uma faca tem de ser manuseada por uma pessoa para provocar algum efeito. Elas sozinhas não podem provocar qualquer dano. São simples objetos. Um ser humano é que pode.

A população expressou claramente sua posição no referendo sobre a proibição da fabricação e comercialização de armas de fogo, quando rejeitou a absurda proposta por quase 2/3 dos votantes. Na realidade, o que deveria ter sido votado era o próprio estatuto do desarmamento, aprovado por acordo de lideranças, não em plenário, em campanha comandada entre outros pelo senador Renan Calheiros. É claro que seria rejeitado, tal o grau de absurdos lá contidos por imposições externas e de pessoas, algumas ingênuas, outras de má fé, a soldo de ONGs internacionais e de suas representantes no Brasil.

Em um país com problemas terríveis e insolúveis, como a miséria, o desemprego, a carga tributária extorsiva, a corrupção endêmica, o nepotismo alucinado, a supressão de direitos sociais, a falta de atendimento às necessidades básicas da população, causa espécie a fixação de alguns segmentos na tentativa de desarmar o cidadão honesto. A idéia do desarmamento civil faz parte de um plano global de criação de um governo mundial, comandado pelos “donos do mundo”, com a intenção de impor a constituição de uma “força internacional de paz”, sob a sua direção, com o poder de intervir em qualquer região do mundo, extinguindo o conceito de soberania nacional. As Forças Armadas dos países periféricos seriam reduzidas à situação de milícias com a missão apenas de contenção social e de combate ao narcotráfico.

O Brasil, devido a sua atual fragilidade, e por causa de sua importância estratégica foi escolhido como laboratório da experiência sinistra. Conseguindo-se dobrar a resistência dos brasileiros e implantando-se a medida ditatorial, a exemplo do realizado por Lênin, Stalin, Hitler e outros, será, então, aproveitada como modelo a ser seguido por outros países. De início, houve a destruição da bem sucedida indústria bélica nacional, com a derrubada da Imbel, da Engesa, da Avibrás e a privatização da Embraer. Em paralelo, a proibição do desenvolvimento da tecnologia nuclear, representada pela

adesão incondicional ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o esvaziamento do programa nuclear da Marinha e o enfraquecimento de nossas Forças Armadas.

O objetivo foi então o de terminar o serviço. Proibir o porte legal de arma e aumentar a restrição à posse. Atingidas, as outras irão se sucedendo progressivamente até desarmar, completamente o povo brasileiro, inclusive as Forças armadas. As atuais empresas produtoras de armas e munições como a Taurus, CBC e outras, sem o mercado interno, irão também à falência ou serão compradas por empresas estrangeiras. Então, os hoplófobos farão jus às verbas recebidas do exterior, destinadas à consecução deste desiderato. O Brasil ficará inteiramente dependente do exterior, sendo obrigado até a importar um cartucho 22. E a Amazônia, possuidora de vastos recursos naturais, da água ao nióbio, ficará à mercê da vontade das potências imperialistas. Por esta razão estratégica, o Exército esclareceu na oportunidade o assunto junto a congressistas brasileiros, manifestando sua discordância.

Partindo-se destas premissas, podemos entender aquilo que está acontecendo. A campanha é chefiada pela Iansa, órgão filiado ao governo britânico, possuidora de uma rede de mais de 200 ONGs no mundo, fundada com esta missão, a qual o Viva Rio, principal promotor da medida ditatorial no Brasil, é subordinado. Há muito dinheiro utilizado por ela para comprar os sicários com o objetivo de tapear a população. Podemos apontar dezenas de argumentos contra os hoplófobos, mas isto não seria importante. Afinal a mentira muitas vezes repetida vale mais do que a verdade.

A Ameaça de Balcanização do Brasil

Artigo publicado em 20.03.2008.

A ninguém é lícito ignorar o ocorrido com a Iugoslávia. Após o término da 2ª GM, sob o comando do marechal Tito, era um país próspero, dotado de uma economia pujante, capaz de rivalizar com as maiores economias da época. Passo a passo, foi sendo esfacelado, com o sórdido aproveitamento, por parte principalmente de pressões externas, de conflitos latentes étnicos, religiosos e outros, para resultar na triste situação de hoje. Uma miríade de pequenas nações, sem força, caudatárias de imposições externas.

A Integridade do Patrimônio é um dos nossos Objetivos Nacionais Permanentes. Caracteriza-se pela "integridade territorial, do mar patrimonial, da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, bem como do espaço aéreo sobrejacente. Integridade dos bens públicos, dos recursos naturais e do meio ambiente, preservados da exploração predatória. Integridade do patrimônio histórico-cultural, representado pela língua, costumes e tradições, enfim a preservação da identidade nacional".

Tal conceito torna-se importante para ser repassado por todos nós, brasileiros, devido à insegurança vivenciada, gerada principalmente por pressões externas. Sofremos o risco de serem agravadas as tensões no plano social, com o acirramento e a indução de choques de caráter "racial", religioso, étnico. As famigeradas ONGs e a mídia internacional, secundada pela mídia nacional, vão procurar jogar católicos contra protestantes e espíritas, brancos contra negros e índios. Seu objetivo é abalar nossa coesão social, para fragilizar-nos. Absurdas imposições oriundas do exterior e referendadas pela administração atual,

como o denominado sistema de “cotas”, começam a criar conflitos antes inexistentes

Quanto à coesão territorial, estão acelerando o processo de demarcação de terras indígenas, para depois preparar o terreno para o "direito dos índios à autodeterminação" e para aplicar o "direito de ingerência dos mais fortes". Isto lhes possibilitaria retalhar o território brasileiro, em especial a Região Amazônica, dividindo-a em quistos, protegidos por uma força internacional de paz. A pretexto de defender os direitos dos índios, vão explorar nossas riquezas e recursos naturais.

Em 13 de setembro de 2007, a Declaração Universal dos Direitos dos Indígenas foi aprovada pela ONU, com o voto favorável da representação brasileira, por 143 a 4 (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) e 11 abstenções. A partir daí, a demarcação de terras indígenas assume o estágio de reservas indígenas (Ianomâmi e Raposa Serra do Sol), representando a última posição para transformação em nações indígenas. Ainda mais considerando que existe, no caso dos Ianomâmis, uma vasta região para eles, na faixa de fronteira contígua entre Venezuela e Brasil. Além disto, de acordo com a referida declaração, lá é vedada operações com fins militares. Ou seja, abriu-se o caminho para perdermos parte do nosso rico e desejado território.

Os movimentos separatistas em embrião no país (sul/nordeste) também estão sendo apoiados via externa. Tentativas de guerrilha e de enquistamentos, como, por exemplo, a ação do MST, que já participou de reunião de cunho terrorista no México, com integrantes da chamada guerrilha zapatista, numa tentativa de coordenar o movimento subversivo no continente americano (México, Peru, Colômbia, Equador etc.) serão incrementadas, visando a obter a secessão. No Brasil, interpretações absurdas e além da Constituição no relativo aos denominados “quilombolas”, subvertem o direito de propriedade, já ferido de morte pela ação de movimentos como via campesina, MLST e outros, que já começam a atacar, além do campo, a região urbana.

E a economia está sendo usada para facilitar toda esta ignomínia, através da venda das idéias do neoliberalismo, em especial da chamada "globalização", que nada mais representa do que um pseudônimo para o novo imperialismo do G-7, capitaneado pela potência hegemônica. É o "globalitarismo" (totalitarismo da globalização). Isto porque sua nefasta ação objetiva destruir o Estado Nacional Soberano, única instituição capaz de impedir o sucesso de nossos inimigos.

A aceitação passiva da subordinação da cultura nacional à cultura "global" facilita a destruição da nação soberana, ou do mais importante, a conquista de seus recursos naturais, que pode ser facilmente obtida sem a utilização do poder militar. A parcela de ricos de qualquer país tenderia a uma forma comum de pensar que, no limite, se ajustaria como classe, mantendo seus privilégios, independentemente do Estado-Nação a que pertencesse.

Para mantermos a Integridade do nosso Patrimônio Nacional é indispensável o urgente fortalecimento de nossas Forças Armadas, além da existência de um governo apto a enfrentar o que será talvez um dos maiores desafios da nossa História. Preservar para os nossos filhos aquilo que foi tão duramente conquistado pelos nossos antepassados. Afinal, o Brasil é dos brasileiros! Caso permaneçamos indiferentes, ausentes, medrosos, nossos filhos terão o direito de cobrar-nos: Por que não fomos capazes de, além de doar nossas vidas em defesa do que recebemos, dar-lhes razão para continuarem a viver dignamente?

A Caminho da Ditadura Civil

Artigo publicado em 17.05.2007.

Escrevemos neste espaço, já por diversas vezes, que os políticos tradicionais ainda não entenderam o risco enfrentado. Pensam ingenuamente que lidam com outro partido semelhante, disposto a aceitar a rotatividade no poder. O PT não possui um projeto nacional de desenvolvimento, mas sim um projeto de poder. Mesmo antes de assumir o governo, eles possuíam o melhor serviço de inteligência do Brasil. Quem não se lembra da atuação dos petistas na oposição? Eram implacáveis. O denunciismo imperava. Os pedidos de impedimento também. Até procuradores, que ficaram famosos e agora desapareceram, vazavam para a imprensa informações confidenciais extraídas de investigações, inquéritos e bancos de dados bancários e financeiros.

Após o primeiro mandato de Lula, os adversários dos petistas foram sendo cooptados, através dos meios aéticos noticiados fartamente pela imprensa. O procurador-geral da República formalizou séria denúncia contra cerca de 40 indiciados. Ninguém está preso. Nem 10% dos envolvidos foram cassados. O plenário da Câmara absolveu agora vários deputados, com o pueril argumento de que tinham sido absolvidos pelo voto popular, isto em um sistema proporcional de eleição, onde poucos são eleitos sem o auxílio da legenda! Agora, querem cassar o deputado Clodovil por ter chamado de feia uma colega desconhecida, que o provocou até conseguir o desejado: um pretexto para início de um processo para eliminar o elemento estranho ao sistema. E, ainda mais, especialista em comunicação e sem papas na língua.

Não existe oposição de fato no país. Apenas, nos extremos, o DEM e o PSOL, sem vontade ou estrutura para aproveitar as fartas

vulnerabilidades da atual administração. O PSDB é a outra face da mesma moeda. Lula foi eleito em 2002 com a cumplicidade de FHC. Como ele já havia implantado o perverso mecanismo da reeleição que o beneficiou diretamente, bem como a Lula, estão permitindo a manutenção do receituário neoliberal por 16 anos, no mínimo, com a progressiva deterioração da soberania nacional. E com sério risco de perda concreta do controle da Amazônia, já loteada por intermédio de proposta de iniciativa do poderoso ex-chefe da casa civil, agora cassado. Quase todos os grandes “negócios” realizados no país, em especial nas áreas de comunicação e aérea, possuem as digitais dele e de seus “cumpañheiros”.

Lula trabalha com várias opções para perpetuação no poder dos vetores exógenos que nos governam. De início, a mudança na Constituição, a exemplo de Chávez, e futuramente Correa e Morales, que permita a reeleição sem limites. Ou a aprovação do parlamentarismo, com ele como primeiro-ministro. Ou a prorrogação do mandato em um cenário de decretação do estado de emergência. Ou no limite, a eleição em 2010 de um clone, como Serra, Aécio ou outro qualquer, para o retorno triunfal em 2014. Afinal, o antigo Núcleo de Estudos Estratégicos traçou cenários, em 2002, “por coincidência”, para 2007 até 2022 (bicentenário da Independência).

Até o Papa Bento XVI já denunciou a onda de totalitarismo existente na América do Sul. Os meios de comunicação estão à mercê das verbas governamentais, do sistema financeiro e das empreiteiras. Os artistas sobrevivem das verbas das estatais, como PETROBRAS, CEF, BB e outras, recebendo milhões para produzir peças sem valor cultural e sem público, mas que falam aquilo que os detentores do poder desejam que a população escute. As Instituições que poderiam impedir a implantação de uma ditadura civil estão sendo erodidas progressivamente. O Congresso foi cooptado pela distribuição de verbas

orçamentárias, pelas vagas abertas por quase 40 ministérios para nomeação de apaniguados e por outros meios não ortodoxos.

O Judiciário manietado pela criação do Conselho Nacional de Justiça, pelo fato concreto de já possuir mais da metade dos integrantes de sua mais alta Corte nomeada por FHC e por Lula e sob pressão permanente da imprensa, a reboque da existência de alguns magistrados envolvidos pela onda de corrupção que assola o país. As Forças Armadas em dramática situação de penúria, sem verbas para investimento ou sequer para as despesas de manutenção, acuadas por campanha permanente de descrédito promovida pelos inimigos da democracia e desviada de suas verdadeiras funções. A Igreja profundamente infiltrada pelos “socialistas autoritários”. A Família em crise permanente, exposta à contaminação empreendida por alguns meios de comunicação, propagadores de vícios, perversões e estimuladores da desagregação. O Itamaraty aceita as mais absurdas imposições do “cocalero”.

Um embrião da futura Gestapo, a Força Nacional de Segurança, começa a ser implantada, com o objetivo de atuar na Segurança Interna, além da Segurança Pública. A Globo será substituída em seu papel de órgão oficial de propaganda das sucessivas administrações federais pela TV pública. Também será descredenciada no futuro, a exemplo da RCTV na Venezuela. Este é o grande mal dos capitalistas selvagens. Só pensam no lucro fácil, não enxergando nem o médio prazo, enquanto os comunistas dão as migalhas, mas perseguem o longo prazo.

É chegada a hora de os verdadeiros democratas unirem-se para recuperar a pátria perdida, passando da palavra à ação.

A Classe Média e Lula

Artigo publicado em 09.08.2007.

Recentes pesquisas realizadas após a tragédia aérea revelam que Lula continua com a mesma aprovação dos levantamentos anteriores, em média. Porém, caiu acentuadamente nas classes A e B. Ministros da atual administração reconhecem a rejeição de parcela significativa da classe média à Lula e anunciam que vão tentar recuperá-la, apesar de não precisarem dela para ganhar eleições. Quem financia as campanhas são os mais ricos, que, como reconhece Lula, nunca ganharam tanto na história desse país. Quem garante os votos necessários para a vitória é a classe mais pobre, dependente do poder público, através da concessão de medidas assistencialistas e clientelistas, como Bolsa Família. Mas, por que a classe média está indignada?

Lula foi eleito com base numa proposta de oposição ao desgoverno FHC. Esperava-se a apresentação de um Plano Nacional de Desenvolvimento destacando como meta o pleno emprego dos fatores de produção (trabalho com justa remuneração), bem como a garantia da sobrevivência dos nacionais, incluída a classe média neste rol. Entretanto, verificamos, com preocupação, que as atuais autoridades monetárias deixam claro que a prioridade um é o pagamento anual de cerca de R\$ 160 bilhões de juros, em função da dívida interna, além de bilhões de dólares de juros, remessa de lucros, dividendos etc. Para isto, procuram tirar recursos de todos os lados para atender às imposições dos especuladores. Um exemplo disto é a manutenção da idéia fixa, em extorquir os servidores públicos, civis e militares, ativos e inativos, além de privatizar a previdência pública. São verdadeiros "carrascos".

Na reforma da previdência feita por Lula, sob a alegação de que as contribuições são inferiores ao dispêndio com o pagamento dos

aposentados e pensionistas, houve a taxaço dos aposentados. Numa época de estipêndios congelados, porém de custo de vida crescente, com impostos majorados, tal ato é uma violência inaudita. Na investida contra o bolso dos servidores, principalmente dos aposentados, a administração Lula investe mais ainda contra a classe média, por intermédio de uma "reforma" tributária que objetiva manter a CPMF e a DRU (Desvinculação das Receitas da União), por mais quatro anos ou então torná-la permanente. A classe mais pobre não possui condições de pagar nada, enquanto a classe mais abastada é sempre isenta, através das brechas da lei. A carga maior recairá sobre a classe média, como sempre. A carga tributária atual é de cerca de 36% do PIB. Para a classe média, proporcionalmente, é mais expressiva. E não há a contrapartida adequada de serviços públicos (educação, saúde, segurança e outras).

Aposentadoria é instituto universal para permitir que o trabalhador possa viver condignamente o final da vida, quando lhe falecem as forças para o trabalho. Um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) foi enfático, ao declarar ao jornal "O Povo", de Fortaleza: "O que posso dizer em tese, é que o Congresso pode elaborar as emendas que desejar. Só que elas terão que respeitar direitos e garantias individuais, que constituem cláusula pétrea. Vale dizer, constituem matéria que o poder constituinte derivado, instituído ou de emenda, não pode alterar (art. 60, § 4º, VI), ou seja, emenda constitucional não pode prejudicar direitos e garantias individuais, entre eles o direito adquirido (art. 5º, XXXVI). E o artigo 60, § 4º, IV, é taxativo: "não será objeto de deliberação a proposta de emenda (constitucional) tendente a abolir: os direitos e garantias individuais ". Mas não respeitaram. Lideranças do PT informam que não existe "direito adquirido" e sim "expectativa de direito". Se a Seguridade Social passa por dificuldades de caixa, muito se deve ao desvio de suas receitas (COFINS, CSLL e outras) para garantia do superávit primário, como também aos desmandos do

passado, quando os sucessivos governos acabaram com as reservas acumuladas durante dezenas de anos. Nunca os governos, ao longo do tempo, pagaram sua parcela de contribuição. Somando-se a tudo isto o descalabro dos Estados da Federação, não é difícil descobrir as causas da atual situação. Há alguns que não reajustam seus servidores há mais de 10 anos. Nos municípios, muitos criados artificialmente, sem condições de sobrevivência, a situação é caótica.

Falcaturas contra a previdência, que se transformaram em fortunas amealhadas e localizadas, são tratadas no ritmo da lerdeza burocrática, quando não postergadas. Por que o esforço principal em cima de aposentados com parques salários, deixando de lado os titulares de régias aposentadorias que pululam por cima de "leis legais", outorgadas em conchavos legislativos?

No rol dos incompetentes alinha-se também a oposição, incapaz de propor medidas capazes de contribuir positivamente para evitar a concretização de tal crime, apontando soluções alternativas factíveis. É uma oposição de francaria, só para constar, para fingir que existe democracia no Brasil. Quando são eleitos, transformam-se de cordeiros em lobos.

A solução principia pela escolha, nas próximas eleições, de candidatos que não pertençam ao sistema corrompido que aí está, procurando nomes alternativos, capazes de defender os ideais de um país soberano, com justiça e paz social, e de lutar para eliminar a corrupção, o nepotismo e o aparelhamento partidário do Estado que agridem a Nação, em todos os níveis.

A Concentração de Renda e o Poder

Artigo publicado em 31.01.2008.

Desde tempos remotos, quem é detentor do poder político, situação esta originária do controle também das expressões econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica, emprega-o como instrumento de obtenção de rendas cada vez maiores e, conseqüentemente, do acúmulo de riquezas. O processo, na antigüidade, era mais ostensivo. Simplesmente dominavam outros povos, conquistando-os militarmente, para saquear suas propriedades, roubar suas riquezas, violentar suas mulheres, escravizar seus povos e, até mesmo, cobrar-lhes resgate, pedágio e tributo. Foi assim na Roma antiga. Poucos possuíam muito. Muitos possuíam pouco.

Com o avanço do processo civilizatório, o método tornou-se menos bárbaro. As nações mais poderosas constituíam colônias, impondo-lhes sob a força das armas, um comando proveniente do exterior, que obrigava os povos dominados, escravizados, a fornecer seus recursos naturais de graça e mão-de-obra ao custo de subsistência. Assim foram formados grandes impérios, como o da Inglaterra. De novo, poucos possuíam muito e muitos possuíam muito pouco. Porém, com o correr dos tempos, as colônias foram obtendo suas respectivas independências, pela força ou pela diplomacia. Os dirigentes vindos do exterior, os conquistadores, foram preparando substitutos locais, membros dos povos dominados, para assumirem o poder. Alguns, na maioria, o fizeram na qualidade de prepostos, para continuar o processo de espoliação. Outros foram ludibriados. Tinham boas intenções. Desejavam administrar de acordo com o interesse público, mas não tinham os meios necessários, tanto econômicos, quanto tecnológicos, para permanecer no poder

político. Eram substituídos por outros, mais subservientes e próximos dos verdadeiros donos do poder, no exterior.

Continua o processo. Atualmente os "donos do mundo" manipulam os países centrais, utilizando processos mais sutis. Continuam a explorar as nações periféricas, através das leis do livre cambismo, em nome da globalização e do neoliberalismo, empregando os laços de dependência econômica, tecnológica, política, psicossocial e militar. Os índices de relação de troca mostram, ao longo dos anos, a deterioração dos termos de intercâmbio comercial, prejudicando as nações periféricas, em benefício dos países centrais. Existem no mundo três tipos de países. O primeiro, constituído das nações mais poderosas, exportadoras de tecnologia e importadoras de matérias primas e manufaturados. Possuem autonomia econômica e tecnológica, sendo auto-suficientes em alimentos, energia e medicamentos. O segundo, composto por nações médias, fornecedoras de manufaturados e matérias primas, mas sem autonomia nas três áreas estratégicas. O terceiro, formado por nações mais modestas, meras fornecedoras de matérias primas, sem independência em qualquer uma das áreas estratégicas.

Desta forma, a renda concentra-se cada vez mais, sendo subtraída dos países menos desenvolvidos e adicionada aos países mais ricos. Os instrumentos mais utilizados são, além dos termos de intercâmbio, os juros das dívidas interna e externa, a remessa de juros, lucros, dividendos, "royalties", fretes e outros. Os órgãos internacionais, como o FMI, Banco Mundial, BID, OMC são agentes deste processo perverso que objetiva garantir a abundância dos países mais ricos e a pobreza dos países mais pobres. Os fluxos de renda são favoráveis aos países centrais e desfavoráveis às nações periféricas, acelerando a acumulação de capital dos "donos do mundo". O objetivo deles é manter esta situação, impedindo qualquer outra nação a ascender tal patamar, inclusive por intermédio de ações psicológicas, via meios de comunicação, chegando até ao emprego da força

militar. Daí a importância do desarmamento da população das potências emergentes e ascendentes, bem como o processo contínuo e inexorável de sucateamento das Forças Armadas e da proibição do domínio da tecnologia nuclear.

O mesmo processo utilizado internacionalmente é reproduzido em cada nação, agravando o mecanismo perverso de concentração de renda. As classes mais ricas elegem seus representantes políticos, que legislam e administram em proveito deles. O Judiciário é imobilizado. O processo eletrônico de apuração das eleições, recusado por 45 outros países, não possibilita a recontagem de votos, impedindo assim a conferência dos resultados anunciados pelas autoridades. Assim, os privilegiados usam os recursos públicos em seu favor, não pagam impostos, "grilam" terras, exploram seus trabalhadores, fixando metas desumanas, ficando cada vez mais ricos, enquanto os pobres tornam-se cada vez mais miseráveis. Mais uma vez, poucos possuem muito e muitos possuem muito pouco.

No Brasil esta triste reprodução é agravada pela corrupção endêmica que atinge a praticamente todas as categorias e classes sociais. Os “donos do mundo” chegam ao cúmulo de manipular até as convenções de diversos partidos políticos, de modo a que os candidatos vitoriosos rezem todos pela mesma cartilha. Caso algum candidato, não comprometido, consiga ser entronizado para concorrer às eleições majoritárias, será cooptado ou destruído pela mídia amestrada. Já é conhecido por todos que possuem neurônios em funcionamento os futuros candidatos à Presidência em 2010. Não há qualquer um deles que represente, de fato, uma opção comprometida com o interesse nacional.

Não é justo, nem lógico, nem inteligente a manutenção desta situação. O povo brasileiro merece respeito e dignidade. É chegada a hora de todas as pessoas de bem unirem-se para que, algum dia, nossa Pátria volte a ser o que já foi em tempos passados. Um Brasil soberano, em ritmo de desenvolvimento,

funcionando quase a pleno emprego, com uma classe média pujante e com a contrapartida de serviços coletivos dignos. Vamos lutar para alterar este caótico estado, onde predomina o “apagão geral”, enquanto é tempo!

A Conjuntura Nacional e o Agronegócio

Artigo publicado em 31.01.2007 e 30.02.2007.

É indispensável compreendermos o contexto internacional em que estamos inseridos, para analisarmos a conjuntura nacional, seus aspectos positivos e negativos, perspectivas, com ênfase no agronegócio.

A atual situação internacional caracteriza-se pela formação dos megablocos econômicos, do surgimento de uma potência hegemônica, os EUA, apesar de haver uma multipolaridade econômica trilateral (EUA, Japão e Alemanha), pela imposição das idéias do neoliberalismo e da globalização, a qual nada mais é do que uma forma de neocolonialismo moderno, pela tentativa de domínio pelo G-7 (acrescido estrategicamente da Rússia) do Resto do Mundo e pela criação do Diálogo Interamericano, instituído em 1982 por iniciativa do banqueiro David Rockefeller e pelo Consenso de Washington (1988), de onde surgiram as diretrizes impostas aos países detentores de matérias primas nas Américas, denominados de extratores. Não é por coincidência que, lendo-se a relação dos integrantes do Diálogo (iad@thedialogue.org) identificamos nomes de políticos, empresários e líderes famosos que foram, são ou serão dirigentes máximos em seus respectivos países.

Também os EUA exigem como condições essenciais para negociação com qualquer país: estabilidade monetária, abertura às importações (livre comércio), privatização e acordo de marcas e patentes (biogenética, inclusive), com cláusula de retroatividade. Por “coincidência”, todas estas condições foram cumpridas recentemente pelas diversas administrações brasileiras.

A “política (?) econômica” da atual administração Lula, bem como a anterior, caracterizou-se pelo fiel cumprimento das instruções impostas pela banca internacional, por intermédio do FMI. Se não, vejamos. A meta representada pela garantia da estabilidade monetária, com a desculpa de obtenção de condições de governabilidade, sem haver uma meta de crescimento. As variáveis instrumentais usadas foram, principalmente:

- 1 - o arremedo de reforma tributária, limitada em sua essência pela prorrogação da CPMF e da DRU (Desvinculação das Receitas da União) em 20%, por mais 4 anos, pelo fortalecimento da CIDE, pelo compartilhamento de alguns impostos regulatórios, pela criação de mais tributos e contribuições, ocasionando o aumento da carga tributária para cerca de 40% do PIB;
- 2 - o arrocho salarial, com uma queda de mais de 50% no poder aquisitivo da classe média, nos últimos 15 anos;
- 3 - a elevada taxa de juros, com a taxa real superior a 9%.

Os gastos públicos na agricultura (relação dispêndio na agricultura/dispêndio total) diminuíram de 6,64% do PIB (período 1980/89), para 2,17% (período 1990/2001) até alcançar cerca de 1% (período 2000/2001), enquanto os encargos especiais de refinanciamento da dívida chegaram a 34,94% do total, segundo dados do SENAR-RJ, em trabalho elaborado pelo Dr. Bento Gonçalves. Atualmente, estimamos para 2006 uma queda para 0,7%. Também no âmbito estadual, considerando-se o somatório dos Estados pesquisados, a relação caiu de 1,40% (1998) para 1,19% (2002). Analisando-se o Crédito Rural-Programação e aplicação de recursos nas safras 2005/2006 e 2006/2007, verificamos que, comparando-se a programação com a real aplicação dos recursos, o desembolso relativo oscila entre 0% e 15%, no primeiro período, e entre 5% e 14%, apenas, no segundo período.

Nas diretrizes fixadas, elas pregam que as medidas econômicas do Governo sejam estabelecidas de acordo com o FMI: superávit primário de 4,25% do PIB, elevada taxa de juros, proibição de controle cambial e de moratória, abdicação da capacidade de elaboração de uma política de comércio exterior autônoma, política monetária rígida e pela implantação de reformas estruturais (previdenciária, trabalhista etc.). Identificamos como resultantes: superávit comercial superior a US\$ 44 bilhões, superávit do balanço de pagamentos em transações correntes acima de US\$ 4 bilhões, investimentos diretos baixando para cerca de 15 bilhões, taxa de inflação de 4,5% (admitido o intervalo de 2%) ao ano.

Numa rápida análise da situação interna, em outubro de 2006, temos uma dívida interna em torno de 50% do PIB; dívida externa de cerca de US\$ 160 bilhões; déficit público nominal acima de 3% do PIB; pagamento de juros de R\$ 160 bilhões; reservas líquidas de US\$ 74 bilhões: queda na participação dos salários na renda nacional para 26% do PIB; estagnação da atividade produtiva (previsão de crescimento em torno de 2,8 % na taxa de crescimento do PIB em 2006); desnacionalização da economia e destruição do parque produtivo; agronegócio severamente prejudicado pela adoção de juros elevados, real valorizado em relação do dólar, financiamento difícil e dificuldades sérias na armazenagem e distribuição.

A relevância do agronegócio pode ser demonstrada com os seguintes dados: responsável por cerca de 1/3 do PIB, empregando 36% da mão-de-obra e por cerca de 40% das exportações. É o setor mais importante da Economia pois seu conceito abrange a atuação de toda a cadeia industrial (insumos agropecuários, produção, agropecuária, processamento industrial e distribuição). A cadeia da indústria de alimentos deixa de ganhar de R\$ 5,5 a R\$ 12,48 bilhões por ano, em virtude da ineficiência do sistema. Na balança comercial, o agronegócio foi responsável por US\$ 38,4 bilhões dos US\$ 43,6 bilhões

obtidos em 2005 e por mais de 90% do saldo comercial estimado para 2006.

Infelizmente, identificamos também problemas graves nas demais expressões do poder nacional.

Na expressão política, flagramos uma reforma política incipiente, uma reforma do Judiciário com a criação do Conselho Nacional de Justiça, a tentativa de implantação da PPP(Parceira Público-Privada) sem sucesso, a imposição de um ilegal e amoral estatuto do desarmamento e a falta de um projeto para a Amazônia. Principais conseqüências: Congresso submisso e Judiciário acuado, eleições viciadas, corrupção desenfreada, aparelhamento do governo, a preparação, na prática, para a implantação de um partido único, a perda da soberania nacional e a destruição do Estado Nacional Soberano.

Na expressão psicossocial, a reforma da previdência sem conter a evasão de recursos do setor, a imposição do sistema de cotas na Universidade, a crescente privatização do ensino e a consolidação do quarto poder(ditadura do cartel dos meios de comunicação. Identificamos então a seguinte situação: desemprego de 10% da população economicamente ativa (PEA), de acordo com o IBGE e 15,3% da PEA, segundo o DIEESE, em set/2006, além de 1,6 milhões de pessoas procurando, sem conseguir, emprego, em SP, de acordo com este último, no mesmo mês; deterioração e colapso nos sistemas públicos de saúde, segurança e educação, com a alegação de falta de recursos, enquanto são pagos cerca de R\$ 160 bilhões de juros nos últimos doze meses; mais de 55% da população ocupada sem carteira profissional assinada devidamente, 38 milhões com carteira assinada, 30 milhões sem carteira assinada, 12 milhões de desempregados e 11 milhões de informais; aumento desmesurado da inadimplência e meios de comunicação a serviço de interesses vis.

Na expressão militar, a imposição da criação do ministério da Defesa com a tentativa de transformação das Forças Armadas em milícias de combate ao narcotráfico, com o afastamento

progressivo dos militares do centro de decisão e o desvirtuamento de suas funções. Como conseqüências lógicas: queda nos percentuais orçamentários, afetando padrão de vida, adestramento, aprestamento e investimento, campanha sórdida de contenção, carência de líderes e falta de motivação e o progressivo sucateamento das Forças Armadas.

Na expressão científico-tecnológica, a inexistência de uma política eficaz (deterioração progressiva dos centros de pesquisa, êxodo de cientistas, baixo número de registros de marcas e patentes), ocasionando retrocesso na tecnologia autônoma, recursos insuficientes para pesquisa, enfim, crescente dependência tecnológica.

No agronegócio, a insegurança jurídica (invasão de terras, confisco de propriedade a pretexto da existência de trabalho escravo e plantação de drogas ilícitas, por critérios arbitrários fixados por burocratas ideológicos), a dificuldade de aplicação da legislação trabalhista de curta duração, gerando um passivo trabalhista de R\$ 34 bilhões em 2007, bem como por só haver 1,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada, em um universo de 17 milhões trabalhando realmente, problemas de crédito, logística, distribuição e com fornecedores, causando a diminuição da área plantada, decréscimo na produção e progressivo ataque à propriedade privada. De acordo com o o Dr. Marcel Félix Caixeta, presidente da Comissão Nacional de Grãos, Fibras e Oleaginosas da CNA e presidente da FAEG: “ A nossa grande praga é o governo”.

Apresentamos como sugestões de políticas e estratégias a serem concretizadas:

A) Eleger como variável meta o pleno emprego dos fatores de produção (trabalho), com digna remuneração.

Estratégias correlatas:

A1) Estimular o agronegócio, eliminando a capacidade ociosa da economia e procurando fortalecer o setor terciário: I) Criar incentivos para acoplar o setor secundário, mais dinâmico, ao setor primário; II) Investir em Ciência e Tecnologia, produtividade e qualidade; III) Aplicar recursos vultosos em educação básica e no ensino profissionalizante;

A2) Colocar o Brasil num patamar mais avançado de sua industrialização, com relativo domínio das tecnologias de ponta, capacidade de exportação de manufaturados, assegurada por sua inserção competitiva no mercado internacional e garantia de atendimento, com produção nacional, da maior parte da demanda interna, por manufaturas: I) Empreender programas setoriais integrados prioritários não só no que concerne a segmentos industriais, que permitem crescente domínio das tecnologias industriais avançadas, como também os voltados para o consumo interno, em larga escala;

II) Dar ênfase para as indústrias extrativas minerais onde o país tenha vantagens comparativas ou das quais depender a autonomia energética nacional;

A3) Priorizar as atividades dos setores secundário e terciário capazes de criar emprego, com o retorno do BNDES às suas verdadeiras funções: qualificação de mão-de-obra, turismo, construção civil, micro, pequenas e médias empresas e outras;

A4) Diminuir expressivamente a taxa de juros, colocando-a em níveis adequados à realidade internacional;

B) Recuperar a capacidade nacional de investimento, com rigorosa seletividade da alocação dos recursos (acréscimo de 10% na formação bruta de capital fixo), mais integração de propostas com a iniciativa privada e reformulação de políticas sociais em vigor.

Estratégias correlatas:

B1) Executar política fiscal capaz de propiciar ao setor público condições de aumentar o nível de investimentos para retomada do desenvolvimento (7 % ao ano do PIB) fazendo com que a receita tributária bruta seja no mínimo 30% do PIB, diminuindo as alíquotas tributárias, combatendo a sonegação fiscal (no mínimo, 100% da arrecadação), diminuindo o grau de informalidade da economia (40% do PIB) e as despesas correntes do governo reduzindo-se para 24% diminuindo subsídios, incentivos fiscais transferência de recursos para Estados e Municípios e, principalmente, diminuindo o pagamento de juros da dívida

B2) Utilizar reservas financeiras das empresas (cerca de 4% do PIB);

B3) Obter o reingresso dos recursos adicionais emigrados para o exterior;

B4) Manter poupanças externas de risco para empreendimentos específicos (reequipamento, reaparelhamento, setores de ponta etc.) pelo menos em 1% do PIB;

C) Implementar uma Inserção Soberana do Brasil na economia internacional (Política Cambial, de Comércio Exterior e de Administração da Dívida Externa).

Estratégias correlatas:

C1) Assegurar a manutenção da taxa de câmbio em patamares reais, supervisionando administrativamente o orçamento cambial;

C2) Fixar o nível de proteção aduaneira à produção interna sem prejuízo da política antiinflacionária;

C3) Adotar solução racional para renegociação da dívida externa, com redução do seu montante (cerca de 50%), na realidade retirando parcela substancial não utilizada efetivamente;

C4) Não renovar acordo vigente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), altamente lesivo aos interesses nacionais, procurando uma saída que não ofenda a soberania nacional, sem também continuar a empregar, na prática, suas diretrizes.

D) Valorizar o agronegócio.

Estratégias correlatas:

D1) Diminuir o custo do crédito e financiamento agrícola;

D2) Garantir preços mínimos e melhorar as condições de logística, armazenagem e distribuição da produção;

D3) Proteger a propriedade privada, em especial na área produtiva do campo;

D4) Regularizar situação trabalhista no referente ao trabalho de curta duração;

D5) Resolver problemas relativos às possibilidades de confisco de terras (enquadramento arbitrário);

D6) Criar efetivamente seguro agrícola (hoje, 2%).

E) Restaurar a autoridade e a capacidade de iniciativa e de decisão da gestão político-administrativa do Estado.

Estratégias correlatas:

E1) Adotar um novo pacto federativo, propiciando maior integração entre União, Estados e Municípios.

E2) Implementar Reforma Política, objetivando aumentar a representatividade dos eleitores: I) Alteração da Legislação Eleitoral (horário gratuito, financiamento das campanhas, emissão de comprovante de voto eletrônico, justiça eleitoral permanente;

II) Transparência de campanhas e de declaração de bens de todos os políticos;

- III) Proibição do nepotismo e Lei de Inelegibilidades mais severa;
- IV) Proibição de reeleição.

F) Restabelecer a autonomia do Judiciário e do Legislativo, recuperando o sistema de contrapesos entre os três Poderes.

Estratégias correlatas:

F1) Escolha dos integrantes das Altas Cortes por mérito e não por indicação política;

F2) Extinção da DRU e Emendas Orçamentárias distribuídas honestamente.

G) Fortalecer a infra-estrutura social (educação, saúde e segurança).

Estratégias correlatas:

G1) Aumento da participação qualitativa do Setor Público nos três segmentos;

G2) Estímulo à Iniciativa Privada nos setores de educação e saúde, em caráter complementar;

G3) Desvinculação das Polícias Militares e Cíveis do comando dos Estados, subordinando-as à Inspetoria-Geral das Polícias, no âmbito da Força Terrestre.

H) Eliminar o cartel no setor de imprensa no país, através do incentivo à regionalização e descentralização.

Estratégia Correlata:

H1) Rever as concessões existentes, alterando as regras em vigor (estímulo à criação de redes regionais e proibição de redes com TVs, rádios, jornais e revistas): I) Restabelecer os ministérios

Militares, com extinção do ministério da Defesa e vinculação de verbas no Orçamento em percentuais do PIB.

J) Implantar um Projeto Nacional de Desenvolvimento Científico-Tecnológico, com vinculação de verbas no Orçamento, em percentuais do PIB.

L) Implementar um Projeto de Ocupação da Amazônia, com políticas e estratégias vinculadas a prazos e recursos orçamentários.

O Brasil tem todas as condições para ser, em conjunto com a China, a Rússia e a Índia (BRICs) uma das potências do terceiro milênio, pois possui recursos naturais, dimensão e população. Para isto, entretanto, é vital: imperiosa necessidade da inserção soberana do Brasil no mercado internacional; elevação da auto-estima, da capacidade de crença no futuro do povo brasileiro; alteração do modelo econômico para outro que tenha como variável-meta o pleno emprego dos fatores de produção e sua digna remuneração; fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas para aumento do mercado interno, geração de mais empregos, revolução educacional para transformação da mente de nosso povo; mais trabalho, mais honestidade, civismo, patriotismo e capacidade de realização.

Recordando as palavras do nosso imortal Rui Barbosa: “ A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem a forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.

Em toda a parte onde haja um prelo, uma tribuna, uma praça há de ferver um coração patriota”.

A Desobediência Civil

Artigo publicado em 16.04.2009.

Um dos principais líderes mundiais, de todos os tempos, foi Mahatma Gandhi. De estatura modesta, magro, desarmado, movimentava milhões de indianos contra a opressão inglesa. Foi preso, sofreu muito, mas acabou alcançando seu objetivo principal: a independência da Índia. Um dos mais importantes instrumentos utilizados por ele foi a desobediência civil na qual o povo indiano desarmado (pelos antecessores do Viva Rio) enfrentava a tirania dos poderosos, escudados em canhões, navios de guerra, metralhadoras, enfim toda a parafernália bélica da qual o império britânico era detentor.

Analizando a conjuntura brasileira, identificamos o Poder Executivo, utilizando a mídia amestrada, docemente corrompida, com "musos e musas" do entreguismo, com o poder de censurar e vetar até qualquer referência a quem desagrade aos "donos do mundo", seus patrões, fazendo o que querem. E ainda possuem a desfaçatez de pregar, contra a censura, em favor da liberdade de expressão, quando são os primeiros a exercer seu arbítrio, censurando os que pensam diferentemente. O Poder Legislativo, inteiramente submisso, mendigando cargos e verbas, com honrosas exceções.

Até o Poder Judiciário, considerado antigamente como última esperança, dobra-se, decidindo, por 10 votos a 1, rasgar a Constituição, abrindo o caminho para a “balcanização” do Brasil. A administração Lula, grande e verdadeira responsável pela grave crise sistêmica enfrentada pela Nação, possui poderes ditatoriais. Amanhã, se quiser, com a complacência do Legislativo e do Judiciário, vai impor a pena de açoite aos pobres cidadãos. Quem não se submeter aos seus caprichos, levará dez chibatadas, em

praça pública, com direito a transmissão direta de TV, para todo o país, através da principal cadeia de comunicação do Brasil.

A propósito do anúncio de que o país vai “emprestar” mais de quatro bilhões de dólares ao FMI, em um país como o nosso, onde a carga tributária chega a 38 % do Produto Interno Bruto (PIB), sem a contrapartida adequada, sob a forma de prestação de serviços de atendimento às necessidades coletivas (saúde, educação, segurança, energia, transportes, comunicações e outras), fica a idéia de que a única solução é a desobediência civil. Nem os aposentados conseguem o reajuste de seus parques rendimentos em condições proporcionais às contribuições impostas por décadas. A desculpa como sempre é justamente a inexistência de recursos.

A falta de escrúpulos na maior parte das administrações em seus três níveis (União, Estados e Municípios), bem como nos três Poderes, é constatada a cada dia, explicitada por incidentes quase diários. Já existem catalogados mais de cem escândalos de porte apenas na atual administração petista federal. O mais recente envolve o irmão de um ministro de Estado. De fato, estão roubando muito. É praticamente impossível encontrar um político que apresente uma declaração de bens na entrada na “carreira” política com um patrimônio superior ao verificado na saída. As poucas exceções confirmam a regra.

Comprova-se a deterioração progressiva de praticamente todas as Instituições Nacionais e de sadias tradições. Até a destruição da coesão social está sendo implementada, com a importação de práticas exóticas praticadas em outros países, com condições inteiramente diferenciadas das nossas, inclusive algumas delas já abandonadas. Chegam a criar “quistos territoriais”, baseados em critérios altamente suspeitos. Predomina a anarquia e a desordem em todo o território nacional, em especial no campo. O critério do mérito é substituído pela indicação política. A ignorância é glorificada e a educação ridicularizada.

Agora, querem acabar até com o tradicional processo seletivo para o ingresso no 3º grau. O MEC pretende sua substituição por outros mecanismos obscuros. Parece que a meta é facilitar o ingresso de “analfabetos funcionais”, aprovados por lei, no ensino básico. Teremos então instituído oficialmente os graduados em nível superior, também possivelmente aprovados obrigatoriamente, sem a menor condição de exercer a profissão desejada. Serão os “analfabetos funcionais”, agora com o título de doutor. Como pensar em reverter a grave crise econômica que assola o mundo e nosso país, sem contar com o indispensável capital humano de qualidade?

Fica a sugestão para os partidos ditos de oposição, para os candidatos a 2010 também, e para as centrais sindicais que, ao invés de defenderem os verdadeiros interesses dos trabalhadores, entram em conchavos vergonhosos com a administração petista. Lutem, enquanto é tempo, por bandeiras justas, em benefício do povo. Se não lutarem, estarão jogando-o no caminho da desobediência civil, como a praticada atualmente por milhões de pessoas, que não pagam conta de luz, pois possuem "gatos" (ligações clandestinas).

A autoridade governamental que quiser verificar é só conferir, por exemplo, no Rio de Janeiro, comparando a escuridão nos bairros de classe média, em comparação com outros logradouros, fartamente iluminados, inclusive com o uso de aparelhos de ar condicionado. Ou então observar os milhares de ambulantes que vendem de tudo, sem pagar qualquer tributo, impedindo o livre trânsito das pessoas, em frente dos comerciantes legalmente estabelecidos, em qualquer cidade grande. Ou nas centenas de "vans" que praticam irregularmente o transporte coletivo, estacionando em local proibido, engarrafando o já caótico trânsito das grandes cidades. Ou na ação dos narcotraficantes ou milicianos que exercem de fato o controle de vastas regiões, criando verdadeiras “áreas liberadas”, ocupando o espaço vazio deixado pelo Poder Público.

É hora de um basta a esta anomia! Lembramos que a teoria da anomia de Merton explica porque os membros das classes menos favorecidas cometem a maioria das infrações penais, explica os crimes de motivação política (terrorismos, saques, ocupações) que decorrem de uma conduta de rebeliões e explica comportamentos como os do alcoolismo e tóxico-dependência.. Fica difícil acreditar na sinceridade de Obama na sua qualificação de Lula. Ou será porque ele está fazendo aquilo que os “donos do mundo” desejam?

A Ditadura do Politicamente Correto

Artigo publicado em 22.08.2013

O cidadão brasileiro é tiranizado hodiernamente pela ditadura do politicamente correto, imposta por minorias atuantes, que avançam em face da passividade da maioria silenciosa do povo. Chega ao cúmulo de termos que exercer a autocensura, com receio de sermos “linchados” moralmente e penalmente pelos patrulheiros ativistas “xiitas”, acostumados a exercer a tirania sobre o cidadão.

O direito constitucional de liberdade de expressão torna-se letra morta, pois, caso algum cidadão divirja das “regras” impostas pelos radicais fiscais das “minorias”, será punido severamente. Um dos exemplos mais marcantes foi a ação empreendida no sentido de censurar a obra do genial escritor Monteiro Lobato, autor predileto da criança do século passado, responsável pelo hábito de leitura de milhões de brasileiros.

E aí de quem se atreva a matar um jacaré em defesa de sua família. Será preso sem direito a fiança e punido com uma severa pena. Já assaltar e matar, a estória passa a ser outra. Existem vários criminosos condenados a dezenas de anos de prisão, os quais, após alguns poucos anos de reclusão, são liberados e voltam a delinquir.

Os ativistas de diversas destas ditas minorias são altamente agressivos não aceitando o direito dos cidadãos de pensar de um modo diferente, ameaçando-os de enquadramento nas diversas “leis” impostas por eles e aceitas pelos congressistas passivos, ansiosos por agradar aos “formadores de opinião”, adeptos de práticas e comportamentos repudiados pela maioria do povo brasileiro. Um exemplo claro deste procedimento é a questão da descriminalização da droga, defendida por figuras de relevo do meio artístico e até mesmo político, em causa própria, ou de

parentes próximos, respaldados por uma ofensiva internacional envolvendo interesses de entidades, grupos e agentes interessados em negócios bilionários. Afinal, qual a razão do Sr. George Soros defender a liberalização das drogas?

Na Segurança, entidades ditas defensoras dos “direitos humanos” vão progressivamente demonizando as forças policiais, de modo a inviabilizar sua ação de contenção de hordas de vândalos, a maioria treinada por grupos terroristas, inclusive do exterior, muitos dos quais subvencionados direta ou indiretamente por ONGs e até mesmo por órgãos governamentais da administração direta e indireta.

O principal líder das manifestações contra o governador de São Paulo é um assessor do PT, regamente remunerado, inclusive formado em Direito. Na maior parte das manifestações, inicialmente pacíficas, estas hordas de bárbaros assumem a liderança dos movimentos, promovendo toda sorte de crimes, seja de ordem pessoal ou patrimonial, depredando lojas, agências bancárias, prédios públicos, obras de arte, quando não saqueiam o comércio, roubando bens de toda espécie.

Os vândalos são protegidos por advogados militantes e também pela atuação de integrantes de “mídias alternativas”, os quais simplesmente proíbem a ação da imprensa tradicional e divulgam imagens distorcidas dos acontecimentos, de modo engajado, de forma a inibir a ação policial de manutenção da lei e da ordem, em proveito da anarquia e da baderna generalizada. Chegamos ao cúmulo de assistir recentemente um grupo de cerca de duzentas pessoas impedindo o trânsito nas principais artérias do centro da cidade do Rio de Janeiro por sete horas, ocasionando engarrafamentos monstruosos, com prejuízos a centenas de milhares de cidadãos pagadores de impostos. Ora, o direito constitucional de ir e vir não é menos importante do que o de liberdade de expressão. Também deve ser respeitado.

Cerca de dez ativistas invadiram a Câmara de Vereadores, em nome de uma bandeira correta, porém de modo ilegal. Contudo, a

Justiça, em primeira instância, negou a reintegração de posse solicitada pela mesa diretora do Legislativo municipal, sob o argumento de que "as casas legislativas são do povo", referendando assim a violência cometida, apesar da ressalva de que o poder público deveria coibir os delitos cometidos. Até Hospital sofre ameaça de invasão. Ora, a polícia omite-se com receio de serem processadas e punidas por qualquer ação empreendida, considerando-se o histórico recente de “vitimização” de criminosos e “criminalização” dos integrantes das forças policiais, estrategicamente aplicado por grupos interessados em coibir qualquer tentativa de contenção dos excessos delituosos cometidos por profissionais radicais.

A Doação da Varig é o Escândalo do Dia

Artigo publicado em 12.06.08.

O bravo povo brasileiro, infelizmente, está começando a ficar habituado com o festival de escândalos que assola o país. Todo dia explode um, mais grave do que o anterior. Seja na esfera federal, a mais comum diga-se de passagem, na estadual ou na municipal. E o pior é que não há a punição adequada. Somente agora a Justiça de Belo Horizonte condenou o Sr. Marcos Valério, um dos responsáveis pelo “mensalão”, a um ano de prisão, porém em regime aberto, por falsidade ideológica, pena transformada em multa e prestação de serviço comunitário, cabendo ainda recurso. Assim, é difícil esperar algo de positivo no horizonte.

É um péssimo exemplo do descompasso existente entre os três poderes da República para o contribuinte que paga por tudo isto. A realidade é que estão roubando muito. No tempo perdido em contar os recursos desviados, de “n” formas diferentes, pouco sobra para trabalhar, para realizar algo em prol da comunidade. E haja criatividade.

Na esfera estadual, após o escândalo do Rio Grande do Sul, no qual um dos principais jornais do Rio de Janeiro equivocou-se, talvez pela força do hábito, ao publicar que teria sido de responsabilidade de uma administração do PT, quando na realidade tinha sido de um “governo” do PSDB, surge agora no Rio de Janeiro o da imposição do sistema perverso das chamadas “fundações” no vulnerável setor de saúde. Profissionais concursados, com anos de experiência profícua, estão sendo perseguidos, humilhados, sofrendo um verdadeiro assédio moral, para aposentar-se, aqueles que podem, para abrir lugar para contratações de caráter político-partidário, a menos de quatro meses das eleições municipais. Alguns com trinta anos de

chefia são afastados para ceder o lugar para apadrinhados políticos ocuparem seus lugares, comandando inclusive concursados, criando um constrangimento enorme. E recebem o mesmo salário dos concursados, há mais de seis anos sem reajuste. Vigora o nepotismo. E o governador? Bem, como sempre está viajando pelo exterior ou preparando-se para outra viagem, sempre a “serviço”, por interesse do Estado, com agendas mirabolantes. Enquanto perdura o caos na segurança, na educação, na saúde, S.Ex^a prepara-se para ser candidato a vice-presidente na chapa governista.

Na esfera municipal, podemos citar, dentre os muitos exemplos, o da perspectiva de realização de uma Olimpíada no Brasil, pois soma as três esferas de poder. Após a orgia de recursos dilapidados com o PAN no Rio de Janeiro, com gastos superiores em oito vezes o orçamento no planejamento original, sem ter havido a concretização de obras verdadeiramente úteis para a população, podemos prever o que ocorrerá, caso o Rio de Janeiro seja escolhido como sede. Mais algumas centenas de milionários surgirão no país.

Mas, o escândalo do dia é o do, para lá de suspeito e esquisito, processo de destruição da VARIG, com sua compra inicial pelo fundo norte-americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros, com sua posterior aquisição pela GOL. A ex-diretora da ANAC, Sra. Denise Abreu, fez denúncias gravíssimas, envolvendo não só a ministra Dilma Roussef, como várias outras personalidades importantes da República, como o advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente, figura constante do noticiário sobre negócios da administração petista com empresários de toda sorte.

Em 27.07.2006 escrevemos neste espaço o artigo com o título “A VARIG, a SELEÇÃO E O BRASIL”, do qual reproduzimos uma parte: “O inadmissível é verificar a “passividade” da atual administração Lula na busca de uma solução para o problema criado. Todos os dias a imprensa divulga o drama de centenas de

peças desesperadas. Existe um processo diário de destruição da VARIG. Ela foi vendida a um conglomerado, que, segundo os jornais, pertence a um empresário estrangeiro. As concorrentes deitam e rolam, aumentando os valores cobrados pelas passagens, direta ou indiretamente. É evidente que não possuem estrutura para atender à demanda existente. Existe uma obrigação de R\$ 9 bilhões a ser encarada e milhares de trabalhadores foram demitidos. O problema sério da previdência. Milhares de aposentados ameaçados. E ninguém faz nada para ajudar a VARIG. É inexplicável, considerando o passado recente (PROER, AES e outras pérolas), onde os recursos públicos foram utilizados para socorrer até empresas estrangeiras e ricos capitalistas.

No futuro, talvez saibamos quais as verdadeiras razões de tudo isto. É só verificar quem lucra com a situação da VARIG. Logo depois do trágico acidente do avião da Gol com o Legacy, começaram a surgir problemas de controle de voo, que nunca tinham aparecido até então, causando transtornos inimagináveis principalmente aos passageiros. A ANAC, eficiente na contratação sem concurso de “companheiros”, bem como na solicitação de passagens de cortesia, em especial nos fins de semana, revelou-se inteiramente despreparada para resolver o problema. E o caos aconteceu, sem previsão de solução”.

Parece que a resposta a nossas indagações foi dada. Até quando o cidadão brasileiro suportará passivamente a todo este descalabro?

A Economia e o Social

Artigo Publicado em 05.09.2002.

Muitas pessoas bem intencionadas equivocam-se em imaginar que a Economia é uma ciência fria, desumana, interessada em perpetuar, ou até mesmo agravar, as condições existentes de desigualdade, seja a nível pessoal, regional ou setorial. Isto é explicado, em parte, pela maciça divulgação pelos meios de comunicação de massa dos postulados do "globoritarismo" (totalitarismo da globalização), ou seja, do neoliberalismo, os quais conspurcam os reais princípios da Economia. Sua própria conceituação caracteriza-a como ciência social, cujo grande objetivo é a maximização da função de interesse coletivo da comunidade, aproximando-se assim do conceito do bem comum, ideal de convivência capaz de no mesmo tempo em que assegure a busca do bem-estar, construa uma sociedade onde todos tenham condições de plena realização de suas potencialidades e do exercício constante de valores morais, éticos e espirituais.

O próprio Código de Ética Profissional do Economista, editado pelo Conselho Federal de Economia, em 02 de agosto de 96, é claro em seu conteúdo, em especial no artigo 2º, título I, capítulo I, seção II:

Dos Princípios e Valores Éticos: " O Economista pautará a sua conduta profissional pelos seguintes princípios e valores: a) honestidade; b) trabalho; c) justiça social; d) liberdade; e) fraternidade; f) humanidade; g) compromisso com o desenvolvimento profissional e intelectual da pessoa humana e com o progresso da sociedade".

Desta forma, o principal objetivo de um sistema econômico deve ser o de garantir o pleno emprego dos fatores de produção, ou

seja, proporcionar trabalho à toda a população economicamente ativa (PEA), em torno de 75 milhões de pessoas, com plena utilização própria dos nossos vastos recursos naturais, ou em associação com empresas estrangeiras, desde que assegurado o controle acionário. E, no Brasil, tudo isto é perfeitamente factível. Como? Basta diminuir a sonegação em 50%, o que provocará recursos adicionais da ordem de cerca de R\$ 120 bilhões a serem investidos na infra-estrutura econômica e social, retornando assim a formação bruta de capital fixo a 25% do PIB. Desta forma, serão ativados os setores de energia, transporte, comunicações, saúde, saneamento básico, educação, segurança, ciência e tecnologia.

Garantidos os recursos, vamos verificar o que pode ser feito na área social. Inicialmente, a garantia de que o país, voltando a crescer 7% ou 8% ao ano, aumente a produção, a oferta agregada, gerando mais empregos, seja no setor terciário, o qual no terceiro milênio será o grande absorvedor de mão-de-obra, seja no estímulo às atividades do "agrobusiness", acoplando o setor secundário ao setor primário. Desta forma, aumentando a oferta de trabalho, havendo mais equilíbrio entre oferta e demanda de emprego, melhora a qualidade dos postos de trabalho, os salários serão maiores, proporcionando o crescimento do mercado interno, provocando maior incremento da produção interna, tradicional absorvedora de mão-de-obra.

Mas, para que tudo isto ocorra, é vital realizar investimentos vultosos na saúde, saneamento básico, segurança e, em especial, na educação, melhorando a qualidade dos recursos humanos. E o segredo do desenvolvimento está justamente na garantia de uma sólida educação básica, realmente formadora, capaz de propiciar a profissionalização daqueles que desejarem e, em paralelo, um ensino superior voltado para a pesquisa, em consonância com os anseios da comunidade, pois hoje mais do que nunca o mais importante é o capital humano. E somente uma população verdadeiramente habilitada é capaz de libertar-se da opressão

dos mais ricos e assegurar o pleno desenvolvimento do Brasil. A receita é justamente a contrária à empregada pelo atual governo FHC, ou seja, sacrificar o social, a fim de pagar R\$ 120 bilhões de juros da dívida interna e cerca de US\$ 18 bilhões de dívida externa.

OBS: Ao escrevermos esta coluna, foi divulgada a notícia da demissão do Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Walter Werner Bräuer, bem como da assessora especial do ministro da Defesa, Sra. Solange Antunes Rezende, cujo sigilo bancário foi quebrado pela CPI do Narcotráfico. Entendemos perfeitamente a dispensa da ex-sócia do ministro, mas não do Chefe Militar. Só seria explicável acompanhada da demissão do próprio Sr. Elcio Álvares. Conforme previmos, a criação desse ministério, por imposição externa, seria fonte permanente de intranquilidade do único setor que estava calmo, o militar. Não temos dúvida de que hoje começou o processo de derrubada do ministro. É apenas uma questão de tempo. Foi uma pena a perda do Comandante da Aeronáutica, um dos Chefes Militares mais honestos e firmes existentes no campo militar, um dos poucos capazes de opor-se ao processo de entrega do Brasil aos estrangeiros, por pressão do sistema financeiro internacional.

A Falta de um Plano Nacional de Desenvolvimento

Artigo publicado em 22.11.2007.

O Brasil necessita urgentemente de um Plano Nacional de Desenvolvimento capaz de contemplar os aspectos econômicos e sociais com eficácia, sob pena de tornar-se ingovernável em curto espaço de tempo. Isto deve ser feito por especialistas brasileiros (e os temos em qualidade e quantidade satisfatórias), com base nos anseios, necessidades e desejos da população, alicerçados na filosofia, doutrina, ideário e teoria adequados para seus formuladores, analisando-se a situação internacional e a situação nacional, levantando as necessidades básicas (carências que devem ser atendidas) e estudando-se os óbices existentes.

Avaliando-se a capacidade do Poder Nacional, chegamos à concepção política nacional, desdobrada em três estágios: definição dos pressupostos básicos (condicionantes ou crivos éticos e pragmáticos), formulação das hipóteses de conflito e de guerra e o de decisão política, correspondente à escolha do cenário desejado, do qual decorrem os Objetivos Nacionais Atuais e os Objetivos de Governo. A seguir, partimos para a fase estratégica, desenvolvida através de quatro etapas encadeadas: a de concepção política nacional, elaboração do plano, execução e controle. A concepção estratégica nacional abrange três fases: a de análise de trajetórias, a de opção estratégica e a de diretrizes estratégicas. Tudo isto englobando os aspectos setoriais, regionais e específicos, bem como os níveis federal, estadual e municipal, vinculados aos orçamentos (prioridades, prazos e recursos), com atribuição de competências e de encargos. Estes são os passos a serem seguidos, na teoria. Na prática, torna-se evidente a imperiosa necessidade de que, em toda ocasião de eleição, todos os postulantes à presidência da República, em

especial, apresentem seus respectivos planos, com transparência, para que o eleitorado não seja mais uma vez enganado, como nas últimas campanhas, quando, em momento algum, foi revelada a intenção de "entregar" as riquezas do país, a começar pela "doação" da Vale do Rio Doce.

Também é evidente a carência de um plano que não se restrinja a perseguir como principal objetivo o controle da inflação, mas sim que apresente como "variável-meta" a busca do pleno emprego dos fatores de produção e o pagamento de salários dignos, com a utilização mais eficaz das "variáveis-instrumentais" : taxa cambial (controle pela autoridade econômica), tributos (através de reforma fiscal capaz de diminuir alíquotas, minimizando a sonegação e aumentando a arrecadação), controle do saldo do balanço de pagamentos (imposição de barreiras protecionistas, redução dos tributos que oneram as exportações), redução da taxa de juros e outras, objetivando aumentar o mercado interno, fortalecendo as empresas nacionais, em especial o segmento das micro, pequenas e médias empresas, gerando mais empregos e aumentando a oferta de bens, minimizando as disparidades de renda (pessoal, regional e setorial). Contudo, analisando a conjuntura, identificamos que, na realidade, tal não ocorre. O início da campanha presidencial de 2010 está sendo antecipado, com a discussão precoce de uma alteração constitucional para possibilitar um terceiro mandato para Lula. O PT não possui um plano econômico de governo, mas sim um projeto de poder. Todos os possíveis candidatos apresentados pela mídia, com reais possibilidades de vitória, estão comprometidos com a não alteração das diretrizes impostas pelos "donos do mundo", através de seus instrumentos, como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e outros, ao Brasil.

De início, comprometem-se a respeitar os contratos draconianos firmados, altamente lesivos ao país, mesmo que legalmente haja a possibilidade de sua alteração. A seguir, garantem a perpetuação, sem qualquer contestação, de uma das duas mais

elevadas taxas de juros existentes no mundo, o que ocasiona uma vultosa dívida interna, além do pagamento de cerca de R\$ 160 bilhões de juros ao ano. O passivo externo ultrapassa a impressionante marca de US\$ 680 bilhões e remetemos anualmente mais de US\$ 15 bilhões de lucros ao exterior.

Defendem a manutenção dos impostos "em cascata" e prometem também não contestar as imorais privatizações ocorridas, bem como manter a estratégia de obtenção de superávit primário do orçamento, para atenuar o déficit nominal. O PT chega até a defender a prorrogação da vigência da CPMF até 2011. De diferente, apenas atenua a proibição aos investimentos das estatais, o que, de fato, será difícil de ser obtido, considerando-se a lógica perversa do modelo de dependência a que estamos sendo submetidos, além de investir pesado em programas assistencialistas, clientelistas e eleitorais com o objetivo de manter-se no poder.

Percebemos que os futuros candidatos, bem como suas respectivas assessorias, estão mudando seus discursos originais para agradar aos "donos do mundo" e a seus representantes no Brasil, para obter um aval que lhes permita usufruir de generosos financiamentos, bem como espaços na mídia amestrada, para ganhar as eleições de 2010. O correto seria o contrário, ou seja, ganhar as eleições com propostas adequadas aos interesses nacionais, a fim de mudar o terrível e dramático estado em que se encontra o povo e a Nação brasileira. E não mudar seus projetos para tentar ganhar as eleições. Fica a pergunta lógica do eleitor. Se os programas são tão semelhantes, por que votar no novo e não com o original? Será que haverá um candidato real de oposição, com possibilidades de vitória, que lute pelo interesse nacional?

De fato, a Nação deseja mudanças substantivas e não meramente adjetivas, com a alteração do perverso modelo a que estamos submetidos, quando a classe rica fica cada vez mais abastada, a classe média é destruída progressivamente e os mais pobres são

enganados por medidas populistas, ao invés de terem a oportunidade devida de trabalho assegurada.

A FEB e o Brasil Atual

Artigo publicado em 15.05.2008.

Os jornais noticiaram que a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (Anvfeb) iria encerrar suas atividades no final da semana passada, em virtude de falta de recursos e de apoio. Seu presidente, o honrado Cel Hélio Mendes, espera somente uma resposta final das autoridades ao seu apelo derradeiro de ajuda.

Em todo o mundo, os veteranos de guerra são cultuados e apoiados de todas as formas. Aqui, no Brasil de hoje, onde nossos heróis são vilipendiados por infâmias e calúnias proferidas por apátridas que se dizem brasileiros, não é de estranhar esta vergonha. Existem recursos vastos de inúmeras fontes, principalmente públicas, com destaque para estatais, que doam a custo zero vultosos recursos, sob a desculpa de “apoio cultural” para ações sem qualquer valor cultural, muitas sequer concretizadas, como vários filmes, com o objetivo de transferir recursos escassos para meia dúzia de apaniguados pertencentes à “esquerda escocesa”.

E o Brasil está sendo entregue a alienígenas, em especial a Amazônia, sem a devida reação da sociedade brasileira. A demarcação de “áreas indígenas”, tal como está sendo feita, representa um atentado grave aos Objetivos Nacionais Permanentes do Brasil, configurando um verdadeiro crime de lesa pátria. O que nossos heróis da FEB pensam a respeito?

Aproveitamos este espaço para divulgar um breve extrato do importante pronunciamento feito pelo Cel Amerino Raposo Filho, de 86 anos, vice-presidente do CEBRES, no dia 25.04.08, em Barueri, em cerimônia que ocorre todos os anos, homenageando nossos heróis de guerra, no tocante ao feito

inesquecível, único em toda a Campanha da Artilharia Divisionária da FEB, em particular do 3º GO105.

“Após as operações iniciais vitoriosas da Artilharia no Vale do Arno e na Campanha do Reno, ocorre a exemplar atuação da Artilharia centralizada (4 Grupos), com crédito de 100.000 granadas, na ofensiva contra as posições defensivas alemães, nos Apeninos. E aí estão, fulgurantes, em sucessivos e violentos ataques, todos vitoriosos, Monte Castello, La Serra, Castelnuovo e Montese, de 21 Fev a 18 Abr 45; isolando-se Monte Castello e Montese como os mais sangrentos, com pesadas perdas. A partir de Montese, a FEB inicia o aproveitamento do êxito (Zocca e Parano); descentraliza-se a Artilharia para melhor apoiar a Infantaria.

Nosso Grupo ultimara deslocamento de uma jornada, atingindo a Cidade de Bibiano ao anoitecer de 27 Abr; acantonando e cedendo viaturas para a Infantaria. E quando tudo parecia findar, nossa Bateria recebe missão excepcional, para atuar descentralizada do Grupo e apoiar o 2º Btl/6º-RI, que iria reduzir, segundo informes, 200 alemães, desarmados, num bosque.

Em 28 Abr, iniciamos o Deslocamento noturno, de 70 milhas, rebocados por tratores do Grupo 155, com apenas 136 granadas e uma Carta Rv 1:100.000, ignorando a localização das tropas alemãs, valor, possibilidades operacionais.

Atingimos Collechio, apenas com a LF. Durante a manhã, evolui a situação; informes indicam a presença de 1.200 Infantes, com armamento individual. Enviado ultimato para rendição, os alemães recusam e o Comandante do 6º RI ordena localizar e atacar o inimigo, sob forte temporal em toda a área.

Situação dramática: nossa LF, inicialmente com pouca munição; tudo absolutamente improvisado; sem prancheta, nenhum tiro observado, ajustado, chuva torrencial; munição adicional trazida, às pressas, de Bibiano.

Alemães contra-atacavam com patrulhas envolvendo uma Companhia, com trajetórias traçantes, de Metralhadoras, que

atingiam o bosque junto à nossa Posição. Nenhuma idéia sobre a LC, das tropas alemães e das Companhias do Batalhão. Única referência: a Trajetória das Metralhadoras. Enfim, tudo Improvisado, o Comandante da LF determinando que cada peça atirasse num alvo fixo, formando um quadrilátero.

Recrudesce o Combate. Risco de as patrulhas abordarem nossa posição. Surpresa para todos nós. Ao final de uma jornada de intenso, duro combate, com muitas baixas, de oficiais e praças, os alemães se rendem, propondo evacuação imediata de mais de 800 feridos, a maioria grave, sem recursos médicos. Surpresa mais Impressionante: éramos uns 500 homens; dos 200 soldados Alemães desarmados, aos 1.200 com armamento individual, Rendem-se 2 Divisões Reduzidas (148 PzGr e 95 Bersaq. Itália), 3 Generais, copioso armamento e Equipamento; 16.452 homens.

Não sabíamos que eles eram tantos; nem eles, que éramos tão poucos! E vencemos o melhor soldado do Mundo! Esse o cenário apoteótico do final da Guerra na Itália! Encerrado com brilho excepcional, a notável participação da 2ª BO. Qual o Significado Plural desta Solenidade?

Relembrar os feitos notáveis do Grupo Souza Carvalho; sobretudo, a Última Missão de Tiro da Artilharia, na Campanha da Itália; incorporá-los à História e às glórias da Unidade; Inspirar, Indicar um Futuro Auspicioso para o Exército de Caxias. Como os Bandeirantes, que deste Planalto Paulista se lançaram para triplicar o Espaço do Brasil Colonial, os “Novos Bandeirantes” desta Região Igualmente saíram em 1944, para Lutar e Vencer; e, se Necessário, Morrer pelo Brasil!

E, como eles, Vós estareis – Jovens Integrantes do 20º GAC Leve – sempre prontos, como as Forças Armadas, à Defesa da Pátria, da Honra, da Soberania Nacional – Impedindo e Repelindo qualquer tentativa de Relativização; mantendo Intocáveis e Substantivos os Conceitos. Reafirmando, neste Simbolismo, os mesmos propósitos, os mesmos ideais, o mesmo

juramento; agora integrando, juntamente com o Heróico Batalhão de Caçapava, a Brigada Aero-Móvel, como Força de Ação Rápida. prontos para defender, como já vem fazendo em inúmeras operações, a Amazônia Brasileira, principal Teatro de Operações para a Defesa Nacional.

Sempre inspirados nos Exemplos de Pedro Teixeira, Raposo Tavares, Rondon.

Sempre Lembrados das Advertências históricas:

“Esta Terra Tem Dono! Vamos Defendê-la!” (Raposo Tavares – 1617). Estareis Sempre Prontos, como as Forças Armadas, para fulminar tentativas de balcanização da Soberania e do Espaço Territorial da Amazônia.

Eis, enfim, a Saga Heróica, dignificante, desta Bateria, deste Grupo e da nossa Artilharia. Esta a nossa Glória, dignos, bravos integrantes do Grupo Bandeirante! “Glória que Fica, Honra, Elevada e Consola!” Glória de Dever Cumprido!

Ontem, na Campanha da FEB na Itália; Hoje, principalmente Vigilante na Defesa da Amazônia. Sempre verticalizada, indicando o destino em Grande do Brasil!”.

A Globalização e a Barbárie

Artigo publicado em 15.03.2007.

O processo de globalização imposto pelo sistema financeiro internacional ao mundo, através dos adeptos do denominado neoliberalismo, forma atualizada de neocolonialismo, vai provocando efeitos maléficos, apesar das promessas de benefícios crescentes, por parte dos seus adeptos. A pobreza que se alastra, o aumento frenético do desemprego, a exclusão social disseminada, a criminalidade dominando progressivamente todos os setores da atividade humana, em especial nos países menos desenvolvidos, são conseqüências inexoráveis de tal proceder. Nos casos em que a miséria absoluta tornou-se desesperadora, são realizados movimentos pontuais de perdão parcial de suas dívidas externas e declarações retóricas de dirigentes dos principais agentes da tirania financeira: FMI e Banco Mundial e assemelhados.

Notícias recentes publicadas pela imprensa informam que o patrimônio dos bilionários brasileiros cresceu a um ritmo superior ao da média mundial. Os 20 brasileiros listados na publicação (eram 16 no ano anterior) têm hoje US\$ 46,2 bilhões, 38% a mais que os US\$ 33,5 bilhões contabilizados em 2005. O patrimônio dos bilionários do mundo cresceu 35% em 2006, alcançando US\$ 3,5 trilhões. A liderança do ranking brasileiro no Brasil é do banqueiro Joseph Safra (US\$ 6 bilhões), o 119º homem mais rico do mundo. A seguir, Jorge Paulo Lemann (membro do Diálogo Interamericano), investidor na cervejaria Inbev (US\$ 4,9 bilhões), o 165º e o empresário Moise Safra (US\$ 2,9 bilhões), o 314º, além de outros menos votados.

Os bancos brasileiros divulgam seus resultados, apresentando lucros astronômicos, verdadeiramente inimagináveis há alguns anos atrás, na época do PROER, quando a União, com o dinheiro

do povo, doou fortunas consideráveis aos banqueiros em apuros, a pretexto da necessidade de manutenção da saúde do sistema financeiro nacional. É assim que fortunas expressivas são constituídas da noite para o dia, beneficiando não só os pedintes, como os intermediários e os políticos que aprovaram as benesses. Se formos apurar quanto estes notáveis e suas empresas pagam de tributos, em especial de imposto de renda, vamos descobrir que, proporcionalmente, quando pagam, é muito menos do que um trabalhador de classe média.

O sistema provoca distorções cruéis. O Estado é cada vez mais enfraquecido, com a drenagem de recursos destinados à corrupção, além de sua péssima aplicação. Faltam investimentos na infra-estrutura econômico-social (energia, transportes, comunicação, saúde, educação, segurança, ciência e tecnologia), enquanto aumenta a carga tributária do país para 40%, segundo dados do IBDT. Desta forma, aumenta a entrada de trabalhadores na economia informal. Não há emprego de qualidade. A qualificação da nossa mão-de-obra nos seus três níveis (básico, médio e superior) é extremamente precária. Cria-se o círculo vicioso. A taxa de formação bruta de capital fixo patina no patamar de 21%, o PIB cresce a pífios 2,9%, a economia só consegue gerar empregos de baixa remuneração (94% até 2 salários mínimos), além de não absorver sequer os jovens que entram no mercado de trabalho anualmente (cerca de dois milhões). A juventude perde a esperança e os mais velhos sobrevivem ou recebendo a esmola do bolsa família ou parques salários.

As conseqüências são lógicas. O aumento desmesurado da criminalidade, em especial no Rio de Janeiro. O presidente Lula afirma que a solução está na educação e não na punição, enfatizando que o problema reside no insuficiente investimento no ensino, responsabilizando o “sistema”. Esquece que ele é o responsável por esta carência. Chega ao cúmulo de tentar justificar a “violência”. Como anda protegido (como sua família),

por um exército de seguranças, é fácil para ele (até um graduado do Exército Brasileiro morreu em defesa de um filho seu). Porém, para nós, que estamos impedidos até de praticar o direito de legítima defesa, com a proibição, na prática, imposta pelo injusto e traiçoeiro estatuto do desarmamento, é insuportável. Todos os dias são noticiados crimes variados com a participação de “menores”, ou executores diretos ou cúmplices de marginais, com o objetivo de imputar-lhes a responsabilidade, caso sejam presos.

Cada um de nós pode apresentar vários exemplos da barbárie vivenciada pelos cidadãos. No domingo próximo passado, na esquina da rua Barata Ribeiro com Hilário de Gouveia, quase em frente a 12ª delegacia policial, às 13:00h, três “menores” assaltavam livremente os pedestres e motoristas, ameaçando-os com uma arma que estaria no calção, abaixo de uma camisa folgada. Tiveram sucesso várias vezes, até que um cidadão aparentando mais de 60 anos, pagou para ver. Levantou a camisa do meliante e viu uma garrafa de cola ao invés da arma. Deu-lhe um safanão e outro atirou-lhe uma pedra na cabeça, a qual felizmente não o atingiu. Os marginais fugiram em desabalada carreira. Como as delegacias legais vivem com o sistema fora do ar, é muito difícil proceder ao registro de ocorrência. Mas e se o “menor” estivesse de fato armado? A conclusão é desanimadora. Não está dando mais para viver no Rio e, talvez, no Brasil. Por esta razão, centenas de empresários brasileiros já residem fora do país.

A Globalização e a Soberania Nacional

Artigo publicado em 24.10.2013.

O processo de Globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Com isso, gerando a fase da expansão capitalista, onde é possível realizar transações financeiras, expandir seu negócio até então restrito ao seu mercado de atuação para mercados distantes e emergentes, sem necessariamente um investimento alto de capital financeiro, pois a comunicação no mundo globalizado permite tal expansão, obtendo-se o aumento acirrado da concorrência.

Na realidade, a globalização nada mais é do que uma forma moderna de neocolonialismo, onde as nações mais ricas (G-8) implantam uma estratégia de dominação sub-reptícia, com o emprego do ardil de necessidade de maior integração, para que possam continuar a utilizar os recursos naturais e riquezas dos países periféricos, de forma a beneficiar seus respectivos povos.

Na esfera política há a contribuição direta e indireta para eleição no Executivo e Legislativo, em especial de sicários comprometidos com suas estratégias de dominação. Na expressão psicossocial existe o domínio da Educação e Cultura (cinema, teatro, meios de comunicação, escolas, universidades etc.). No âmbito econômico diagnosticamos o uso inteligente dos termos das relações de troca e dos fluxos econômico-financeiros para manutenção das relações de dependência existentes, com a instituição de três tipos de países. Por exemplo, a China realizando a produção, a Índia operando como escritório e o Brasil fornecendo matérias primas.

Na Ciência e Tecnologia presenciamos a criação de óbices de toda ordem para impedir a autonomia tecnológica dos países dependentes. E no aspecto militar identificamos o bloqueio

empregado por meios de toda ordem (imprensa, tecnologia, campanha difamatória etc.) ao desenvolvimento de qualquer evolução do estado da arte das Forças Singulares, inclusive impedindo o progresso em setores críticos (nuclear, aeroespacial etc.), bem como contribuindo direta ou indiretamente para a desativação de sua indústria bélica.

A Soberania caracteriza-se pela manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. A Soberania significa também a supremacia da ordem jurídica do Estado em todo o território nacional.

A prática tem demonstrado a extrema vulnerabilidade dos países que não possuem Poder Militar expressivo, especialmente o nuclear. Os exemplos da Ossétia, do Kosovo, do Iraque, da Líbia e outros reforçam esta convicção. Em reforço, a Rússia em virtude de deter o poder nuclear, faz parte do G-8, apesar de não ser uma potência econômica. Também os episódios próximos havidos com a Bolívia e o Paraguai demonstram a fragilidade da ação do Brasil, fruto de dois fatores principais:

1 – O sucateamento de nossas Forças Armadas e a destruição da então pujante indústria bélica nacional, agravado pela ausência de líderes militares como existiam no passado, os quais vão cedendo terreno a cada instante, sem a devida reação;

2 – A conivência da cúpula do Itamaraty a avanços de grupos “bolivarianos”, sem as devidas medidas preventivas e dissuasórias, por orientação da cúpula petista, pertencente ao Foro de São Paulo.

O cenário atual é preocupante e o pior é que não visualizamos soluções satisfatórias no curto e até no médio prazo. Isto possibilita uma oportunidade única de reversão do dantesco quadro existente, desde que haja uma oposição organizada e preparada para aproveitamento da ocasião. Porém, não vislumbramos qualquer grupo capaz de uma ação efetiva com possibilidade de êxito.

Não encontramos nenhum partido que represente uma posição alternativa à onda de entreguismo e revanchismo em marcha. A educação está concentrada no pensamento gramscista ou neoliberal, por paradoxal que pareça. A comunicação também é comandada ou por neoliberais a serviço de interesses alienígenas ou por viúvas do stalinismo ou por ambos. Na área científico-tecnológica o panorama não é diferente. Persiste a dependência tecnológica como um todo, em especial na área de medicamentos.

É imperiosa a necessidade de refletir e agir sobre a sociedade brasileira, com determinação e força suficiente para evitar a perda concreta, pois já é sentida de várias formas, de parte vital do território nacional, sem resistência.

A Globalização e a Soberania Territorial

Artigo publicado em 06.11.08.

O processo de Globalização é divulgado como sendo a forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Com isso, gerando a fase da expansão capitalista, onde é possível realizar transações financeiras, expandir seu negócio até então restrito ao seu mercado de atuação para mercados distantes e emergentes, sem necessariamente um investimento alto de capital financeiro, pois a comunicação no mundo globalizado permite tal expansão, obtendo-se o aumento acirrado da concorrência.

Na realidade, a globalização nada mais é do que uma forma moderna de neocolonialismo, onde as nações mais ricas (G-7) implementam uma estratégia de dominação sub-reptícia, com o emprego do ardil de necessidade de maior integração para que possam continuar a utilizar os recursos naturais e riquezas dos países periféricos, de forma a beneficiar seus respectivos povos.

Na esfera política há a contribuição direta e indireta para eleição no Executivo e Legislativo, em especial de sicários comprometidos com suas estratégias de dominação. Na expressão psicossocial existe o domínio da Educação (exemplo: acordo MEC-USAID) e Cultura (Cinema, Teatro, Meios de Comunicação, Universidades etc). No âmbito econômico diagnosticamos o uso inteligente dos termos das relações de troca e dos fluxos econômico-financeiros para manutenção das relações de dependência existentes, com a instituição de 3 padrões de países. A China realizando a Produção, a Índia operando como escritório e o Brasil fornecendo matérias primas. Na Ciência e Tecnologia presenciamos a criação de óbices de toda ordem para impedir a autonomia tecnológica dos países

dependentes. E no aspecto militar identificamos o bloqueio empregado por meios de toda ordem (imprensa, tecnologia, campanha difamatória etc.) ao desenvolvimento de qualquer evolução do estado da arte das Forças Singulares, inclusive impedindo o progresso em setores críticos (nuclear, aeroespacial etc.), bem como contribuindo direta ou indiretamente para a destruição de sua indústria bélica.

A Soberania caracteriza-se pela manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. A Soberania significa também a supremacia da ordem jurídica do Estado em todo o território nacional.

É oportuno salientar que os EUA questionam a soberania territorial na América do Sul. Thomas Shannon, chefe da Secretaria de Estado para a América Latina, disse que a Organização dos Estados Americanos "precisa fazer mais em relação à ameaça de atores transnacionais". Para Shannon, a crise entre Venezuela, Colômbia e Equador abre uma questão maior, que é "um equilíbrio entre esse novo entendimento de segurança e a velha estrutura da OEA, que dizia respeito só à integridade territorial e soberania e a gerenciar conflitos entre Estados".

A prática tem demonstrado a extrema vulnerabilidade dos países que não possuem Poder Militar expressivo, especialmente o nuclear. Os exemplos recentes do Equador, da Ossétia, do Kosovo reforçam esta convicção. Em reforço, a Rússia, em virtude de deter o poder nuclear, chega fazer parte no G-7, apesar de não ser uma potência econômica. Também os episódios próximos havidos com a Bolívia, o Equador e o Paraguai demonstram a fragilidade da ação do Brasil, fruto de dois fatores principais:

1 – O sucateamento de nossas Forças Armadas e a destruição da então pujante indústria bélica nacional, agravado pela carência de líderes militares como existiam no passado, os quais vão cedendo terreno a cada instante, sem reação;

2 – A conivência da cúpula do Itamaraty aos avanços de países pertencentes à América do Sul, sem as devidas medidas preventivas e dissuasórias, por orientação do próprio Lula, membro pertencente do Foro de São Paulo.

O cenário atual é preocupante e o pior é que não visualizamos soluções satisfatórias no curto e até no médio prazo. A disputa de 2010 apresenta como principais candidatos Dilma (sempre com a possibilidade de haver a possibilidade de um terceiro mandato de Lula) e Serra. Em ambos os casos o processo de deterioração das Forças Armadas será agravado. A tendência é a de fortalecimento de órgãos como a Polícia Federal e entidades como Força Nacional de Segurança (com a criação do BEPE) e outras, configurando a real possibilidade de concretização de uma Guarda Nacional, sob o comando do ministério da Justiça. O aparato de segurança pública nos Estados está sendo ocupado por delegados da Polícia Federal que respondem indiretamente à orientação da Secretaria Nacional de Segurança Pública do ministério da Justiça. Na área de inteligência o panorama é semelhante, com o progressivo fortalecimento da ABIN e a perspectiva de integração dos serviços de inteligência civil e militar, mas agora sob o comando fora do âmbito militar.

Na expressão econômica, o colapso financeiro atinge cada vez mais a economia real, provocando danosos efeitos como diminuição dos investimentos, queda no nível de produção e de emprego, com o desaquecimento da economia brasileira e a piora dos indicadores de desenvolvimento. Isto possibilita uma oportunidade única de reversão do dantesco quadro existente, desde que haja uma oposição organizada e preparada para

aproveitamento da ocasião. Porém, não vislumbramos qualquer grupo capaz de uma ação efetiva com possibilidade de êxito.

Na expressão política não encontramos nenhum partido que represente uma posição alternativa à onda de entreguismo e revanchismo em marcha. Na expressão psicossocial a educação está concentrada no pensamento gramscista e neoliberal, por paradoxal que pareça. Até os órgãos de ensino militar como a ESG começam a ser infiltrados. A comunicação também é comandada ou por neoliberais a serviço de interesses alienígenas ou por viúvas do stalinismo ou por ambos. Na expressão científico-tecnológica o panorama não é diferente. Persiste a dependência tecnológica, em especial na área de medicamentos.

É imperiosa a necessidade de refletir e agir sobre a sociedade brasileira, com determinação e força suficiente para evitar a perda concreta, pois já é sentida de várias formas, de parte vital do território nacional, sem resistência.

A Guerra Psicológica

Artigo publicado em 17.07.2017.

O Brasil sofre atualmente uma intensa guerra psicológica travada entre poderosas forças antagônicas. Vamos recordar algumas ideias teóricas sobre o assunto, escritas em artigo de dez/2007 neste espaço.

A guerra psicológica caracteriza-se pelo emprego planejado da propaganda e da exploração em outras ações, com o intuito de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos objetivos nacionais.

O propósito da guerra psicológica é desmoralizar o adversário ou inimigo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, que o leve a rendição, se possível, obtendo sua posterior colaboração ativa, usando propaganda e contrapropaganda, com respeito aos aspectos éticos. Seu público-alvo consta de grupos inimigos, de conformidade com as hipóteses de guerra, constituído por indivíduos ou grupos que reconhecidamente não compartilham das aspirações nacionais e se contraponham à consecução dos objetivos nacionais, estejam ou não a serviço de grupos estrangeiros e aos neutros, aí incluídos os que o são por conveniência pessoal. Deve ser empregada de modo a diminuir a capacidade combativa do adversário, explorando todas as vulnerabilidades políticas, econômicas, psicossociais e militares, a impedir ou desencorajar ações contrárias aos interesses nacionais, através de uma propaganda bem organizada ou de demonstrações ostensivas, produzindo efeitos depressivos no moral adversário. Sua propaganda caracteriza-se pela disseminação de informação para influenciar a opinião pública, observados os princípios: dinâmica, ofensiva, afirmação, existência, original.

O conflito social é um processo social básico de convivência que se caracteriza por uma operação personalizada, voluntária e descontínua, visando à conquista de um valor social escasso. Segundo A. Lee Brown Jr. as causas do conflito político são : a) o fulcro do conflito na própria natureza humana; b) o conflito advém da distribuição dos bens materiais e da luta entre classes; c) o conflito e o comportamento agressivo resultam de uma condição psicossocial de frustração; d) o conflito surge da heterogeneidade cultural que fragmenta a identidade nacional; e) o conflito advém do crescimento do mundo, do progresso tecnológico e do consumo de recursos vitais. Os principais meios de solução das controvérsias internacionais, segundo Hildebrando Accioly são: a) meios diplomáticos: negociações diretas, congressos e conferências, bons ofícios, mediação, sistema consultivo; b) meios jurídicos: arbitragem, solução judiciária, comissões de inquérito e conciliação, comissões mistas; c) meios coercitivos: retorsão, represálias, embargo, boicotagem, bloqueio pacífico, ruptura de relações diplomáticas. É óbvio que a administração petista não está sofrendo ataque através de uma “guerra psicológica”. Afinal, os veículos de comunicação apresentam, todos os dias, matérias altamente elogiosas, mercê das vultosas verbas governamentais distribuídas à “mídia amestrada”.

Analisando todas estas considerações, podemos compreender melhor o que está ocorrendo no Brasil e no mundo. Em nosso país, verificamos como os meios de comunicação, dominados pelos "donos do mundo", em conluio com institutos de pesquisa e com a falta de confiabilidade das urnas eletrônicas de primeira geração são capazes de conduzir a população brasileira, elegendo quem desejam, apeando do poder seus adversários ocasionais. No mundo, identificamos o total controle dos meios de comunicação por parte dos detentores do poder político, que chega ao cúmulo de restringir direitos constitucionais dos seus cidadãos, preservados ao longo dos tempos, obrigando ainda os demais

países a somente veicular aquilo que desejam, censurando a tudo e a todos.

A reação a esta tese consiste no momento em uma antítese caracterizada pela brutal intervenção de governos totalitários, como nos vizinhos bolivarianos Venezuela, Bolívia e Equador , com a eliminação de qualquer veículo de comunicação que não propague o determinado por eles, convertendo a “mídia amestrada” em um gigantesco Granma, a exemplo do antigo Pravda na URSS.

É preciso uma síntese capaz de propiciar a sobrevivência de uma verdadeira imprensa livre, através de uma severa avaliação crítica do que se está lendo, para não sermos vítimas inocentes das operações características de uma verdadeira guerra psicológica, capazes de influenciar nossos corações e mentes, transformando réus em vítimas e vice-versa. Chega a ser ridícula a ação de determinados órgãos de comunicação e de alguns “profissionais” que se esquecem das regras áureas da imparcialidade, engajando-se como agentes políticos de determinadas correntes ideológicas.

Exemplos flagrantes recentes são os da correspondente da GloboNews, quando do anúncio da vitória de Trump nos EUA, ao soltar no ar um sonoro palavrão de decepção, pois estava em campanha contra o republicano e o de agora, quando, chefiada pela Vênus platinada, a mídia amestrada empreende uma santa cruzada de destruição da administração Temer, sem entrarmos no mérito da questão. O que está por detrás disto (\$\$\$)? Pensam que o cidadão é burro e pode ser manipulado por eles.

A Importância do Contraditório

Artigo publicado em 07.02.2002.

Qualquer estudante de direito reconhece a importância do contraditório. A ninguém é lícito, moral e ético julgar alguém ou algo sem ouvir os dois ou mais lados envolvidos. Isto porque haverá sempre três verdades: a do acusador, a do acusado e a verdade verdadeira. Nos regimes totalitários, é evidente que isto não existe. Funciona apenas a "verdade" dos detentores do poder político. Infelizmente, é isto que estão pretendendo impor ao mundo e, em especial, ao Brasil.

Os sicários da globalização procuram impingir ao mundo a crença de que ela é irreversível e os povos somente possuem uma opção: aderir a ela. Caso não o façam, ficarão a margem da História, transformando-se em párias. Contam para isto com a prestimosa colaboração de Instituições respeitadas, de acadêmicos influentes e da quase totalidade da imprensa mundial. Os neoliberais procuram impor seu ideário aos principais países do mundo, agindo por intermédio de organizações diversas, inclusive organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial, BID e até de ONGs. Através da coordenação da Trilateral, usam associações como o Diálogo Interamericano e sua consequência lógica, o denominado Consenso de Washington, para criar o pensamento único na comunidade mundial.

O genial escritor Eric Blair, pseudônimo de George Orwell, escreveu várias obras magistrais. Mas, sem dúvida alguma, "1984" marcou toda uma geração. Previu o que poderia acontecer no mundo futuro, só não acertando a época precisa. Hoje, no início do terceiro milênio, os piores pesadelos dele tornaram-se realidade. O "Grande Irmão" existe e está cada vez mais presente. Governos instalam câmaras de TV para vigiar os passos da

população, inclusive nas vias públicas, a pretexto de manutenção da segurança. Empregados marcam o ponto por intermédio de impressões digitais. Satélites monitoram todas as atividades de porte na superfície terrestre, sendo capazes até de identificar os movimentos de um homem. No melhor estilo de Gramsci, todos os centros de irradiação de prestígio cultural são dominados, um a um, pelos "donos do mundo", apátridas, possuidores do capital transnacional.

Erodem os valores e princípios da sociedade. Destroem as instituições basilares (Família, Igreja, Escola, Forças Armadas e outras). Assumem o controle das Universidades, transformando-as em "shopping centers". Dominam os meios de comunicação de massa (jornal, rádio, TV), impondo-lhes, de fato, um pensamento único, aquele imposto pelo "globoitarismo" (totalitarismo da globalização). Em nome da liberdade de imprensa, praticam a mais acirrada das censuras, impedindo o acesso à chamada grande imprensa dos que não comungam com suas idéias. Os que discordam somente possuem acesso à imprensa alternativa. E, mesmo assim, são eliminados quando começam a incomodar. Ou economicamente, ou moralmente, ou judicialmente. Algum tempo atrás, no Brasil, a seção brasileira da WWF (Fundo Mundial da Natureza), presidida pelo empresário Sr. José Roberto Marinho, usou a Justiça para anular o MSIA (Movimento de Solidariedade Ibero-Americana), através de ação na 24ª Vara Cível, que culminou com uma diligência de busca e apreensão de publicações no escritório do MSIA no RJ. No fulcro da questão está a suspensão da construção da hidrovia Paraná-Paraguai, canal de escoamento de produção agrícola do centro da América do Sul, por decisão do ministro dos Transportes. A WWF fez campanha contra o projeto da hidrovia, alegando que haveria impacto desfavorável para a fauna, a vegetação e a população do pantanal mato-grossense. O MSIA defende o desenvolvimento. O texto da petição determina que os membros do MSIA "cessem as atividades difamatórias tais como,

mas não exclusivamente, publicação de artigos, livros e periódicos, proferimento de palestras, elaboração de filmes etc.", em flagrante violação do artigo 220 da Constituição Federal. Na contestação ao agravo de instrumento e à medida cautelar, para a qual o MSIA contratou o escritório jurídico do Dr. Herman Assis Baeta, ex-presidente da OAB, todas as afirmativas supostamente "inverídicas, caluniosas e, até mesmo, insanas", feitas nas publicações dos movimentos, foram devidamente fundamentadas com evidências irrefutáveis, inclusive as da visão misantrópica do presidente emérito do WWF, o príncipe Philip, que já declarou que, se tivesse que reencarnar, gostaria de retornar como um vírus mortal, para resolver o "problema da população".

É de se ressaltar que, na primeira instância, na 24^a Vara Cível do RJ, o pedido de busca e apreensão foi inicialmente indeferido pelo Juiz Paulo Maurício Pereira, que escreveu: "inexiste prova concreta de que as informações emitidas pela primeira ré são falsas ou distorcidas, certo de que não é só ela emite tais opiniões, resumindo-se tudo na discussão envolvendo o que os nacionalistas chamam de "política imperialista das grandes potências mundiais" e "política de internacionalização da Amazônia", matérias que de há muito vêm sendo discutidas pela imprensa, inclusive por membros do governo e militares brasileiros, estes pelo dever que têm de resguardar nossas fronteiras e soberania".

É preciso lutar, em todos os campos, especialmente no espaço democrático propiciado por jornais isentos, para reverter esta funesta situação!

A Importância do Social

Artigo publicado em 20.09.2001.

Recentes pesquisas realizadas pelo instituto Vox Populi revelam que a principal preocupação da população brasileira, no momento, reside justamente no social, ou seja, na necessidade de maiores investimentos na infra-estrutura social. E julgam, erradamente, que a culpa é dos economistas.

Assim, muitas pessoas bem intencionadas equivocam-se em imaginar que a Economia é uma ciência fria, desumana, interessada em perpetuar, ou até mesmo agravar, as condições existentes de desigualdade, seja a nível pessoal, regional ou setorial. Isto é explicado, em parte, pela maciça divulgação pelos meios de comunicação de massa dos postulados do "globoritarismo" (totalitarismo da globalização), ou seja, do neoliberalismo, os quais conspurcam os reais princípios da Economia. Sua própria conceituação caracteriza-a como ciência social, cujo grande objetivo é a maximização da função de interesse coletivo da comunidade, aproximando-se assim do conceito do bem comum, ideal de convivência capaz de no mesmo tempo em que assegure a busca do bem-estar, construa uma sociedade onde todos tenham condições de plena realização de suas potencialidades e do exercício constante de valores morais, éticos e espirituais.

O próprio Código de Ética Profissional do Economista, editado pelo Conselho Federal de Economia, em 02 de agosto de 96, é claro em seu conteúdo, em especial no artigo 2º, título I, capítulo I, seção II : Dos Princípios e Valores Éticos: " O Economista pautará a sua conduta profissional pelos seguintes princípios e valores: a) honestidade; b) trabalho; c) justiça social; d) liberdade; e) fraternidade; f) humanidade; g) compromisso com o

desenvolvimento profissional e intelectual da pessoa humana e com o progresso da sociedade".

Desta forma, o principal objetivo de um sistema econômico deve ser o de garantir o pleno emprego dos fatores de produção, ou seja, proporcionar trabalho à toda a população economicamente ativa (PEA), acima de 75 milhões de pessoas, atualmente, no Brasil, com plena utilização própria dos nossos vastos recursos naturais, ou em associação com empresas estrangeiras, desde que assegurado o controle acionário por parte de residentes. E, no Brasil, tudo isto é perfeitamente factível. Como? Basta diminuir a sonegação em 50%, o que provocará recursos adicionais da ordem de cerca de R\$ 150 bilhões a serem investidos na infra-estrutura econômica e social, retornando assim a formação bruta de capital fixo a 25% do PIB. Desta forma, serão ativados os setores de energia, transporte, comunicações, saúde, saneamento básico, educação, segurança, ciência e tecnologia.

Garantidos os recursos, vamos verificar o que pode ser feito na área social. Inicialmente, a garantia de que o país, voltando a crescer 7% ou 8% ao ano, aumente a produção, a oferta agregada, gerando mais empregos, seja no setor terciário, o qual no terceiro milênio será o grande absorvedor de mão-de-obra, seja no estímulo às atividades do "agrobusiness", acoplando o setor secundário ao setor primário. Desta forma, aumentando a oferta de trabalho, havendo mais equilíbrio entre oferta e demanda de emprego, melhora a qualidade dos postos de trabalho, os salários serão maiores, proporcionando o crescimento do mercado interno, provocando maior incremento da produção interna, tradicional absorvedora de mão-de-obra.

Mas, para que tudo isto ocorra, é vital realizar investimentos vultosos na saúde, saneamento básico, segurança e, em especial, na educação, melhorando a qualidade dos recursos humanos. E o segredo do desenvolvimento está justamente na garantia de uma sólida educação básica, realmente formadora, capaz de propiciar

a profissionalização daqueles que desejarem e, em paralelo, um ensino superior voltado para a pesquisa, em consonância com os anseios da comunidade, pois hoje mais do que nunca o mais importante é o capital humano. E somente uma população verdadeiramente habilitada é capaz de libertar-se da opressão dos mais ricos e assegurar o pleno desenvolvimento do Brasil. A receita é justamente a contrária à empregada pelo atual governo FHC, ou seja, sacrificar o social, a fim de continuar pagando R\$ 120 bilhões de juros da dívida interna e cobrir cerca de US\$ 27 bilhões de déficit do balanço de pagamentos em transações correntes, oriundo principalmente de gastos com juros, lucros, dividendos, "royalties", fretes, turismo e outros.

O exemplo da Argentina mostra claramente o erro dos que acreditam que a solução é tentar manter o equilíbrio monetário, ao custo de uma maior dependência do setor externo, inclusive com o recurso artificial de procurar a paridade com o dólar. Daquele outrora poderoso país, possuidor de sólida economia, resta muito pouco. Uma economia desnacionalizada, sob o controle dos estrangeiros, quase inteiramente privatizada, sem ter mais o que vender, com uma taxa de desemprego superior a 16% da PEA. Só sobrou o Banco de la Nación.

O povo brasileiro exige de todos os partidos políticos e dos principais postulantes a cargos eletivos, em especial dos candidatos à presidência da República, a apresentação de um Plano Nacional de Desenvolvimento, contendo políticas e estratégias correlatas, vinculadas à realidade orçamentária, em termos de prazos, recursos e fontes, em conformidade com os interesses, anseios e aspirações nacionais. Afinal, a razão de ser de um Sistema Econômico consiste fundamentalmente em proporcionar o máximo de satisfação à pessoa humana, com a progressiva eliminação da miséria, da pobreza, da fome, da exclusão social.

A Injustiça da Justiça

Artigo publicado em 20.10.2016.

Existem poucas dúvidas sobre a ineficácia atual da ação do Poder Judiciário. A boa Justiça, como esperança daqueles que a procuram, deve ser rápida. Para a maioria da população é inconcebível a excessiva demora da decisão final e da concretização dos seus efeitos. Todos nós possuímos vários exemplos a enumerar. Por exemplo, ganhamos grande parte de uma ação contra uma instituição particular de ensino, que demorou quinze anos para terminar. É algo inacreditável. Outro exemplo, um arrolamento de bens, oriundo de um testamento para um herdeiro único, sem qualquer problema, demorou quase três anos para ser concluído. E isto se pagando parcela considerável do montante para advogado, custos judiciais, tributos federais, estaduais e municipais.

Um juiz indeferiu uma ação, em virtude de ter falecido o reclamante. O mesmo está até agora procurando provar que está vivo. Até hoje a ação do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, que entrou com uma ação em favor de funcionários do Banco do Brasil, solicitando equiparação com os do Banco Central (40%), apesar de ganha em última instância, com sentença transitada em julgado, não foi paga. O Banco, fora do prazo, inventou um recurso para esfera superior, para protelar o pagamento, em uma evidente demonstração de má fé. E ninguém faz nada. Cada leitor poderia apontar vários outros exemplos.

Na realidade, a culpa não reside só no Judiciário. Também é do Legislativo e do Executivo. Há necessidade de controle externo dos três poderes, apesar de o Legislativo e o Executivo afirmarem que já os possuem. Porém, eles são ineficientes e ineficazes. E o Judiciário precisa também de ter um efetivo. O Conselho Nacional de Justiça foi esvaziado. É inaceitável a situação atual, em que, de

fato, ninguém controle ninguém. Ressurge a esperança com a nova Presidente Cármen Lúcia, do STF.

Nas administrações públicas, o corporativismo impera. Cada um faz o que quer. Aumentam seus próprios salários, contratam parentes e apaniguados sem concurso. É a política de criar empregos para os “companheiros”. Foi noticiada a existência de mais de 100.000 cargos comissionados, apenas na esfera federal. Calcula-se que o PT perderá cerca de 70.000 cargos comissionados em todas as três esferas de poder. Só para os correligionários. Enquanto isto, milhões de brasileiros sequer conseguem um modesto trabalho, com carteira assinada, para receber um salário mínimo, devido ao cruel modelo econômico em execução, o mesmo aplicado pelas administrações anteriores. Com a anunciada reforma da previdência, vão morrer sem conseguir a aposentadoria. Ela atinge apenas o andar de baixo, preservando os privilégios do andar de cima. Afinal, cerca de 2/3 dos aposentados recebe cerca de um salário mínimo ou pouco mais.

A Sociedade Brasileira não suporta mais a extorsão a que é submetida todos os dias, pelos eternos marajás. De um lado, os privilegiados, detentores de todas as benesses materiais existentes. Viagens de primeira classe, a preços mais baixos, para o mundo inteiro. Várias e abundantes refeições, todos os dias, de preferência “churrascadas” com “peladas”, pagas pelos contribuintes. “Boquinhas” para os correligionários. No meio, a classe média em extinção, sendo explorada por todos e ainda sendo culpada, pela mídia amestrada, pelo “privilégio” de poder aposentar-se, por enquanto. Do outro, a classe denominada de menos favorecida, que sobrevive graças a expedientes diversos, recebendo bolsas de toda ordem, fazendo até “gatos”, acomodada à pobreza.

As recentes “benesses” criadas por integrantes do Judiciário, como auxílio-educação, férias de vários meses, expedientes enforcados, aumentos desmesurados de rendimentos, em um

momento no qual praticamente todos os segmentos da sociedade sofrem um violento processo de privação material de toda ordem chega a soar como uma agressão. No mínimo, significa insensibilidade social. O anúncio da existência de cerca de cem milhões de processos significa não apenas o ambiente de desagregação social atravessado pelo país, como a desmesurada exploração dos cidadãos e contribuintes, por empresas inescrupulosas, pelas administrações federal, estaduais e municipais e pela excessiva burocracia do rito processual vigente no sistema judiciário. Enquanto o Juiz Sérgio Moro já condenou dezenas de infratores, quantos o foram pelo STF?

O formalismo supera a objetividade, atingindo as raias do absurdo, sacrificando o essencial pelo supérfluo. Processos demoram meses parados e outros períodos exagerados de tempo para passar de uma mesa para a mesa vizinha. Exigências exageradas são impostas, atrasando por mais vários meses o andamento dos processos. Muitas vezes sentenças são proferidas sem a devida leitura dos processos por juízes, que delegam a função para assessores sem preparo, não concursados. As partes e seus advogados são tratados com indiferença por muitos magistrados, que olvidam sua condição de servidores públicos, prejudicando a imagem da maior parte dos seus colegas, capazes de entender que estão julgando fatos capazes de afetar significativamente seres humanos com carências inadiáveis e não peças inanimadas.

E a solução? Ela existe. Principia pelo fato de que os cidadãos façam as escolhas certas, na hora correta e reivindiquem junto aos órgãos superiores seus direitos. Está na hora de mudança geral objetivando a imediata correção dos desequilíbrios existentes.

A Insegurança no Rio de Janeiro

Artigo publicado em 12.04.

Há muito tempo escrevemos neste espaço que a insegurança, especialmente no Rio de Janeiro, somente começaria a ser diminuída quando alguma autoridade fosse atingida. Infelizmente, o momento parece ter chegado. Após o emblemático martírio do menor João Hélio, que chocou a todos, provocando a justa indignação da população fluminense, pensamos que alguma atitude concreta seria adotada, mas tal não ocorreu. As autoridades (ir)responsáveis distribuíram declarações, prometeram o de sempre, enfim, fizeram o mesmo do mesmo. Foram à missa, demonstraram estar emocionadas. Mas nada de concreto. E a situação agravou-se.

Agora, com a brutal morte do cidadão Guaracy Oliveira da Costa, mais um policial militar assassinado na verdadeira guerra civil travada no Estado, onde os marginais passaram a ser caçadores e os policiais a caça, o governador parece ter acordado. O bravo policial pertencia à equipe de sua segurança pessoal e da família. No curto espaço de tempo dos seus primeiros 100 dias de administração, o governador realizou doze viagens, das quais duas ao exterior (Colômbia e França), a serviço. Mais uma, de recreação, à Ilha de Saint Barth, no Caribe, um dos destinos turísticos mais caros do mundo, onde teria permanecido por cinco dias.

Em um rápido balanço, o governador Cabral, chamado carinhosamente até de “queridinho do Rio”, pela mídia amestrada, obteve nota dez em comunicação. Nunca deve ter havido um governante no Brasil (exceto o “Nosso Guia”) com tamanho apoio da imprensa. Imaginamos as razões reais. Parte é por hereditariedade. Outra, pelo fato de ter somado o presidente Lula e saber jogar para a platéia, como poucos, procurando

atribuir as suas responsabilidades para outras esferas governamentais. De início, o susto proporcionado pelo secretário Joaquim Levy, que ameaçou não pagar os salários dos servidores. A reação fez o dinheiro aparecer. Seu secretariado parece uma “legião estrangeira”. Realizou, para vencer a eleição, uma aliança com todos os seus oponentes, com exceção, é lógico, da candidata Denise Frossard, que disputou o segundo turno com ele.

Conseguiu mais de cinco milhões de votos, conquistando uma expressiva vitória, porém tudo possui um preço. Só de candidatos à prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2008, seu secretariado possui 4 candidatos declarados: Minc, Benedita Conde e Paes. Cada um por um partido aliado. É óbvio que isto não é uma equipe. Parece até o time de futebol do nosso Fluminense. O desempenho médio do secretariado está abaixo da crítica. A área de saúde procura sobreviver, com muita cobertura publicitária no início da gestão, porém a realidade da tragédia da assistência médica no Estado é impossível de ser ignorada. As áreas de educação e segurança estão caóticas. Faltam centenas de professores e milhares de alunos permanecem sem aulas.

Na segurança pública, a ONG Viva Rio parece ter assumido a direção das ações, colocando várias autoridades ligadas a ela em lugares de relevo. O atual comandante-geral da PM foi, inclusive, um dos organizadores de um seminário organizado pela ONG, em cooperação com as Organizações Globo, sobre o tema Polícia. O ex-comandante da PM assume, ainda na ativa, cargo no gabinete da liderança do PMDB na ALERJ e o ex-chefe de Estado-Maior da PM vai para uma diretoria do DEGASE. Os integrantes da PM são assassinados rotineiramente e o comando cria grupos de trabalho para estudar o assunto. Até que eles cheguem à uma conclusão, se é que chegarão, quantos policiais ainda serão mortos?

Não podemos esquecer que, apesar de agora aparentar ter cortado os laços com o casal Garotinho, o político Sérgio Cabral sempre foi aliado e um dos principais sustentáculos de suas

respectivas administrações na presidência da ALERJ. O governador apela agora para as Forças Armadas, durante o velório do segurança assassinado. O presidente Lula afirma que as tropas estão à disposição. Para a população pode passar a idéia de que a administração estadual não é a principal responsável pela insegurança vivenciada no Estado do Rio. Mas é. O governador poderia começar trazendo de volta à PM as centenas de policiais cedidos a outros órgãos. Colocando no comando da PM, combatentes reais e não oficiais de gabinete, acostumados ao planejamento e não à operação, ao combate contra os bandidos olho no olho e não em palestras. E muitas outras providências mais.

Parece fácil imaginar que as Forças Armadas (FFAA) são a solução. Mas não é tão fácil assim. O atual ministro da Justiça já declarou que “As Forças Armadas só devem ser mandadas para situações muito excepcionais”. O promotor João Rodrigues Arruda, do Ministério Público Militar também esclareceu que somente com uma intervenção federal ou uma decretação de emergência é que as FFAA poderão atuar. Inclusive, alertou ainda que sem isto, “o presidente Lula pode incorrer em crime de responsabilidade ao manter a Força Nacional no Rio”. Afinal, a chamada Força “não existe, juridicamente”. E ainda, “a Polícia Militar é força de reserva e auxiliar das Forças Armadas” e não o contrário. Caso não seja atendido, o governador atribuirá a responsabilidade pelo caos à administração federal?

A Insegurança Nos Jogos Pan-Americanos

Artigo publicado em 19.04.

Não é segredo para ninguém a grave situação da segurança pública no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. As causas são de toda ordem e as ações para tentar recuperar o que já tivemos no passado, na prática, de difícil implementação. No cerne da questão a adoção de medidas do receituário neoliberal e a cultura da impunidade. Suas conseqüências naturais são o desemprego, a exclusão social, a destruição da classe média, a corrupção institucionalizada em praticamente todas as esferas de poder, a banalização de perversões e vícios amplamente disseminados pela mídia, a certeza da blindagem dos facínoras de todas as categorias, a descrença no futuro, a triste dilapidação do patrimônio nacional (físico e cultural) legado por nossos antepassados, o abandono dos nossos valores morais e éticos, a perda da identidade nacional, a ausência de líderes, a progressiva implantação de um partido único, como o antigo PRI no México, a perpetuação no Poder das mesmas figuras, o surgimento de uma “nova classe” (os “cumpanheiros”) que, dificilmente, abandonará o Poder e outras.

A possível solução encontra-se na adoção de políticas e estratégias de curto, médio e longo prazo. Na conjuntura presente, sabemos que não há vontade política, nem condições concretas para executá-las. Vivemos em uma ditadura civil, em que quase todos fingem estar em um regime democrático. Os maiores escândalos são perpetrados e o cidadão já está anestesiado, com a perda da capacidade de indignação. Inexiste autoridade e quando alguém tenta exercê-la é imediatamente anulado. É demitido ou vitimado por campanha de desqualificação. Não existe mais esperança em nada. Todas as

Instituições Nacionais estão sendo erodidas, passo a passo, sem possibilidade de reação.

No Estado do Rio de Janeiro, então, a situação é de calamidade pública. Centenas de favelas são dominadas ou por quadrilhas de narcotraficantes ou por milícias. O poder público não cumpriu sua missão e agora vigora a Lei de Murici: cada um por si. Assaltos são cometidos todos os dias, nos mesmos locais e horários, por quadrilhas organizadas, em geral de “menores”, orientadas por marginais de alta periculosidade. Residências são invadidas e seus proprietários violentados, sem qualquer conseqüência. A maioria sequer presta queixa na delegacia, por medo. Quando tenta, por exemplo, em uma delegacia “legal”, o sistema está quase sempre fora do ar, gerando a subnotificação para melhorar as estatísticas. Mata-se e assalta-se a qualquer hora do dia, em qualquer lugar. A segurança pública está sob a orientação da ONG Viva Rio e seus (ir)responsáveis não conseguem, é óbvio, enfrentar a situação com eficácia. O governador apenas joga para a platéia.

Não seria momento adequado para a realização de um evento da magnitude dos Jogos Pan-Americanos neste Estado. Além da insegurança, o caótico trânsito, a população de rua, os pivetes, a sujeira e abandono das vias públicas, o dengue, a impossibilidade de atendimento médico satisfatório etc.

E agora, a pá de cal. No dia 13 de abril a equipe de segurança indicada pelo ministério da Defesa para elaborar o plano de segurança do evento e permanecer até o final dos Jogos, em julho, foi demitida pelo Comitê organizador (Co-Rio) sob o pretexto de repassar informações que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) preferia manter em segredo, como o veto ao emprego dos guias recrutados pela administração federal em favelas do Rio. Parte deles envolveu-se em agressões diante do presidente da República, do governador e de outras autoridades, em virtude de pertencerem a favelas dominadas por facções criminosas rivais. Foram sumariamente exonerados o

General Sérgio Rosário, o General Juarez Genial, chefe do setor de operações e mais quatro coronéis especialistas no assunto, passando assim a responsabilidade da segurança exclusivamente para a Senasp.

Na ECO-92 o comando da segurança estava a cargo das Forças Armadas, principalmente do Exército sob a direção do General Jansen. Tudo correu bem. Comenta-se nos bastidores que, em situações como estas, há uma espécie de acordo tácito entre autoridades e diversos grupos “organizados” para evitar problemas. Cada lado não interfere no outro durante a realização dos eventos. Ocorre que a cúpula das organizações ilícitas não possui o controle total de suas “tropas” e, desta forma, tragédias podem ocorrer. O aparelho de segurança do Estado revela-se insuficiente para garantir sequer a segurança dos cidadãos. A força nacional de segurança (FNS), além de ser excessivamente dispendiosa, não possui estrutura logística para operar. Instalações, alimentação etc. Cerca de 450 integrantes em atividade no Estado encontram-se alojados em caráter de emergência em quartéis adaptados da PM. Ora, como acomodar os 6.000 prometidos, se é que virão?

Segundo o General Rosário a administração federal atribuiu recursos da ordem de R\$ 400 milhões à Senasp, colocando-a como responsável pela coordenação da segurança dos Jogos, alijando as Forças Armadas. Ele também questiona a constitucionalidade da FNS, denunciando ainda um “cheiro de revanchismo”. E agora, como pedir socorro às Forças Armadas, se elas são tratadas desta forma? E se houver um incidente grave durante o Pan?

A Insegurança Pública 1

Artigo publicado em 25.11.10.

Continuamos a realizar nossa análise dos principais vetores da infra-estrutura social brasileira, agora enfocando o que deveria ser, mas não é, a segurança pública.

O país atravessa grave crise de autoridade no momento presente. Os exemplos são citados diariamente na imprensa e a exceção tornou-se regra. O desrespeito à lei instituiu-se em norma. As autoridades (in) competentes nada fazem para aplicar a já frágil legislação existente.

Segundo o sociólogo do IUPERJ, Sr. Gláucio Soares: "Cada vez que nossos queridos hipócritas consomem drogas, contribuem para matar alguém nas favelas, locais próximos a onde o tráfico opera. Não é à toa que a taxa de homicídios no Leblon é de 10 por 100 mil habitantes e, na Rocinha, de 200 a cada 100 mil. A política que existe hoje é de liberdade para uns e cacete nos outros". Enquanto isto a Câmara dos Deputados aprovou nova legislação que praticamente descriminaliza a droga e segue adiante a implementação, na prática, do estatuto dos marginais, destinado a desarmar os cidadãos de bem do país, apesar do contundente resultado do plebiscito sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. É tão absurdo que, caso aplicado como está, será impossível de ser cumprido, jogando na ilegalidade milhões de cidadãos possuidores de armas legalizadas, atualmente.

Com a recepção da emenda à Constituição Federal, proposta pela administração Lula, ainda sujeita à apreciação final pelo STF, o Brasil pode passar a se submeter à sanção do Tribunal Penal Internacional (TPI). Com isto, e mais as mudanças indicadas para o Código Penal Militar, passarão a ser considerados crimes de guerra, inclusive os confrontos por ocasião de "graves

perturbações da ordem interna em que haja emprego duradouro de forças militares", situação em que estarão enquadrados oficiais e praças. O grupo (ir)responsável pela criação do anteprojeto foi criado pela Portaria 1036, de 2001, para definir crimes considerados de genocídio, contra a humanidade e de guerra. Cria no artigo 109 da Constituição, o parágrafo 6º, determinando que "o Brasil se submete à jurisdição do TPI, a cuja criação tenha manifestado adesão".

O artigo 10 do anteprojeto determina que responderá por responsabilidade penal e pelos crimes previstos na lei "o comandante militar ou a pessoa que atue efetivamente como comandante militar, pelos crimes cometidos por agentes sob o seu comando e controle efetivo". O promotor da Justiça Militar, Dr. João Arruda, afirma: "Não é difícil deduzir que qualquer projeto de grande envergadura, ou mesmo pequena iniciativa governamental que possa contrariar interesses das grandes potências, será de imediato considerado como crime contra a humanidade e sujeito às sanções do TPI". A então procuradora-geral da Justiça Militar, Dra. Maria Ester Henriques Tavares, declarou que apenas em um contexto de decretação de estado de sítio, de intervenção federal, ou de estado de defesa seria possível, considerando a legislação atual, a utilização de tropas federais em qualquer unidade da Federação.

Depois desta informação, fica evidente que não é conveniente o emprego das Forças Armadas diretamente no combate à verdadeira guerrilha urbana travada no Rio de Janeiro, caso não haja mudanças e adaptações na legislação vigente, capazes de respaldar a intervenção militar. Será uma grande armadilha. Imaginem a hipótese de seu emprego. Surgirão os primeiros conflitos. Mortes ocorrerão de militares, marginais e pessoas inocentes. Como ficarão as responsabilidades? Em um país no qual antigos terroristas são anistiados, recebem polpudas indenizações e pensões, além de alguns ocuparem postos de relevo na República, pensem nas consequências. Será um sem

número de ações reivindicando reparações, indenizações etc. A solução inicial consiste em fortalecer as diversas polícias existentes, dando-lhes meios de enfrentar o problema, livres da turma de "direitos humanos" e dos "ongueiros" de plantão.

Diariamente a imprensa denuncia atos que expõem a fragilidade de nosso sistema de segurança, federal, estadual e municipal. No Rio, nem guarda municipal existe, muito menos armada. Há a EMUVIG (Empresa Municipal de Vigilância) ainda sem ser institucionalizada, que se especializou na guerra diária contra os ambulantes. Um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal declarou que: "As CPIs são conversa fiada", "quem tem dado governabilidade a Lula é o presidente do Senado, José Sarney", "A administração está desfocada. Lula teria de assumir uma posição. As instituições consolidadas da democracia se ressentem da tibieza do governo" e "No Congresso, fui e sustentei o risco a que estavam querendo submeter a Justiça Brasileira". Existem claramente ministros de Estado que são provenientes de ONGs e continuam a seu serviço, ao invés de cumprirem seu dever para com o Brasil. Eles não são ministros. Estão ministros. Quando saírem da administração federal, vão voltar a servir a seus verdadeiros patrões.

Autoridades federais e estaduais fluminenses discutem a ajuda federal ao Rio de Janeiro, tardiamente, em função do verdadeiro estado de calamidade pública em que se encontra particularmente o Rio de Janeiro, submetido a "arrastões" diários, ataques a postos policiais, em qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer local.

Todos os anos, cerca de 2.000 militares lotados em batalhões especializados, como os de Infantaria e de pára-quedistas, são desligados do Exército. Com dificuldade em encontrar emprego, devido às condições peculiares de sua formação, muitos não encontram colocação e são aliciados pelos bandidos. O promotor Aílton José da Silva, do Ministério Público Militar, afirmou que em 100% dos casos de roubos a quartéis existe o envolvimento de

militares ou ex-militares. A situação é tão grave que os cabos e soldados colocados em disponibilidade pelo Exército formaram uma associação cujo objetivo principal é evitar que ex-militares sejam cooptados por traficantes de drogas.

Parece-nos que, antes de tentar resolver o problema do Estado do Rio, a União deveria primeiro eliminar os seus. Não há como persistir nesta política míope de preparar durante nove anos um especialista em guerra para depois abandoná-lo, a mercê das circunstâncias. É evidente que é necessária a preparação dos especialistas para a hipótese de guerra. O que não é cabível é o seu não engajamento ou então a destinação para as polícias estaduais ou guardas municipais dos respectivos Estados da Federação, pois o triste episódio ocorre em quase todos. A primeira providência é providenciar a dotação orçamentária digna para as Forças Armadas e executá-las fielmente, a fim de evitar este tipo de problema no futuro. Não se brinca com problemas de tal ordem. A implantação das UPPs transfere a insegurança para o asfalto, pois o “cobertor é curto”. Quanto ao Rio de Janeiro, somente a intervenção federal, comandada por um oficial general da ativa, com carta branca, livre dos palpites dos defensores dos direitos humanos dos bandidos e dos "ongueiros" poderia começar a minorar a dramática situação, em um novo contexto, capaz de resguardar sua atuação. Outras medidas são paliativas. Continuaremos nossa análise na próxima semana.

A Insegurança Pública 2

Artigo publicado em 02.12.10.

Identificamos como vulnerabilidades de maior relevância, no relativo à segurança pública, em especial no tocante à Polícia Militar do Rio de Janeiro:

1 – Hierarquia e Disciplina: Nos últimos anos, em especial no período de governo Garotinho/Rosinha, a hierarquia e disciplina na PMRJ foi duramente aviltada, ignorando-se os princípios basilares da Constituição Federal e do Estatuto da PMRJ, no que concerne à noção básica da precedência entre os postos e graduações e a antiguidade. Quanto ao critério de promoção de oficiais superiores, predominou o conceito subjetivo do mérito, que passou a ser baseado em indicações políticas ou religiosas, prejudicando seriamente profissionais, altamente qualificados;

2 – Escolha dos Comandantes de Batalhão: Ao invés da adoção do critério do perfil ideal do comandante de Unidade, calcado na experiência profissional, formação específica, avaliação do desempenho nas diversas funções exercidas anteriormente, passou-se a empregar a norma de nomeação dos comandantes, em função de escolhas meramente políticas, objetivando atender a demandas clientelistas;

3 – Ausência da Ação de Comando: Em virtude do exposto no item anterior, diagnosticou-se uma terrível lacuna na comunicação entre comandante e subordinados, ocasionando interrupções graves e com consequências práticas indesculpáveis na prestação do serviço de segurança pública pela PMRJ ao cidadão. Por exemplo, citamos seqüestros-relâmpagos, assaltos nas vias públicas a qualquer hora do dia ou da noite, assaltos a

residências, invasões de comunidades, causando uma indescritível sensação de insegurança;

4 – Cadeia de Comando: Um dos principais fatores de sucesso em qualquer atividade, em especial na função de garantia da segurança pública de um sistema, reside justamente na plena observância desse princípio. Infelizmente, constata-se atualmente a sua ausência diante dos desafios decorrentes do alto grau de violência vivenciado pela nossa população, a mercê da ação predatória exercida por um verdadeiro poder paralelo, exercido pela “máfia” de narcotraficantes e/ou milícias. O exemplo flagrante é a barbárie representada pela queima de veículos, com bandidos colocando fogo em veículos, causando trauma relevante à população;

5 - Comando, Controle e Coordenação: Observamos o progressivo aumento, nos últimos anos, do hiato entre as ordens emanadas do comando e o seu fiel cumprimento pelos escalões inferiores, constatado pela desmotivação dos oficiais, que por sua vez, não conseguem transmitir aquilo que é necessário aos seus subordinados, causando um verdadeiro caos, onde deveria haver ordem. Como exemplo, apontamos a ordem de reforço de policiamento de determinadas áreas em conflito, a qual é cumprida por um ou dois dias apenas, deixando de ter prosseguimento, em virtude da falta de controle (supervisão) e da ausência de responsabilização por parte do comando do batalhão;

6 - Moral da Tropa: A história demonstra que um combatente motivado, que sabe por que está lutando e acredita na causa, em um ideal, mesmo em inferioridade no relativo a armamento e logística, vale muito mais do que um simples cumpridor de ordens. No momento, a tropa encontra-se desmotivada, sem liderança, além de estar sendo mal remunerada e agindo, em sua

grande maioria por conta própria, resultando daí inúmeros desvios de conduta, que realimentam o processo de desmotivação e degeneração institucional, quando se tornam públicos;

7 – Enfraquecimento da Instituição Polícia Militar: Fundada em 13.05.1809, a PMRJ sempre foi alicerçada no conceito da hierarquia e da disciplina, sendo admirada por todos em virtude de sua atuação eficiente e eficaz, sem distinção de classe, credo ou cor na sua atuação, sendo considerada uma das melhores polícias militares do Brasil. Contudo, ao longo do tempo, houve uma violenta inversão de valores, provocando uma progressiva deterioração naquilo que existia. O cidadão comum passa a temer a ação policial ao invés de respeitá-la. Isto representa a antítese do conceito de ordem de ordem pública.

Como principais sugestões de políticas e estratégias a serem adotadas, citamos:

1 – Restabelecer os princípios da hierarquia e da disciplina, com base legal e na fiel observância dos critérios de competência (merecimento e antiguidade), experiência profissional e probidade, em especial no tocante ao critério de promoções;

Estratégia – Compor uma Comissão de Promoção de Oficiais composta pelos cinco coronéis mais antigos em atividade para avaliar tecnicamente os indicados.

2 – Nomear os comandantes de Unidade, segundo critérios rígidos que levem em consideração a competência e experiência profissional;

Estratégia – Selecionar dentre os oficiais aptos, aqueles que se adéquem melhor ao perfil exigido.

3 – Corrigir a distorção existente entre as ordens emanadas do comando e sua fiel execução;

Estratégia – O Comando Geral da PMRJ deve cobrar sistematicamente dos seus comandantes subordinados a constante observância das ordens e determinações emitidas.

4 – Exercer plenamente a função preventiva, através da massificação do policiamento, além de seu treinamento, adestramento e aprestamento;

Estratégia – Maximizar o reaproveitamento do efetivo existente, objetivando alcançar uma maior eficácia no policiamento preventivo, com o emprego de uma tropa mais qualificada.

5 – Cumprir fielmente a missão constitucional da PMRJ, garantindo à população a sensação plena de segurança pública;

Estratégia – Zelar pela constante supervisão das ordens em vigor, com responsabilização dos comandantes e oficiais, em caso de sua inobservância.

6 – Restabelecer a imagem positiva da PMRJ, diante da Sociedade Brasileira;

Estratégia – Exigir que, do comandante geral ao comandante da menor fração existente, todos tenham legitimidade para fazer cumprir o estipulado em Lei. Para isto é necessário que cada comandante tenha respaldo profissional, moral e ética, recuperando a máxima de que cada comandante é responsável pela sua tropa, pela sua área de policiamento e pelas conseqüências de sua ação ou omissão.

7 – Chegar à síntese do que foi exposto, por intermédio da valorização do Policial Militar, da Instituição PMRJ, da Doutrina de Emprego da PM, do uso seletivo da força, a fim de que seja restabelecida a sua imagem positiva, a sua respeitabilidade diante de todos;

Estratégia – Recuperar a mística da PMRJ, bem como os princípios de chefia e liderança, infundindo nos comandantes

seus ideais, a obrigatoriedade do cumprimento efetivo do dever, naquilo que é mais nobre: SERVIR.

A Inserção Soberana do Brasil na Economia Mundial

Artigo publicado em 15.11.2007.

No mundo de hoje, encontramos uma superpotência, os EUA, e duas megapotências, a União Européia (UE) e o Japão, constituindo a tríade denominada de Centros de Poder Econômico CPES. Existem ainda as potências ascendentes, constituídas por países que já dispõem, efetivamente ou em potencial, das condições indispensáveis para exercer influência predominante em seu espaço geopolítico atuando como catalisador do Poder Nacional dos Estados compreendidos nesse mesmo espaço geopolítico, como a China, por exemplo. Além disto, visualizamos ainda as pseudo-potências, que compreendem os países que reúnem condições para ser potências ascendentes, mas estão sendo impedidas de assim atuar pela incompatibilidade entre seus interesses econômicos e os dos CPES, como o Brasil.

As características essenciais do panorama internacional no terceiro milênio são: a) a existência de três CPES, com interesses econômicos tendendo à superposição; b) intensificação da superposição de interesse dos EUA e do Japão, enquanto a União Européia avança no processo de efetivação tácita da liderança germânica e absorção das economias circunvizinhas; c) globalização da economia sem o estabelecimento de genuíno sistema mundial de livre comércio, devido à prática do comércio gerenciado e da consolidação dos Blocos Regionais; d) substituição das vantagens "naturais" (recursos naturais, posição geográfica, demografia etc.) pelas vantagens "criadas pelo homem" (tecnologias de alta sofisticação e de ponta). Já as principais características da terceira revolução industrial podem ser enunciadas como: 1) na produção industrial o insumo básico é

a inteligência humana e não mais a matéria-prima; 2) a prioridade para P&D (pesquisa e desenvolvimento) passou de produtos novos para processos produtivos novos; 3) muito maior interação entre os setores secundário e terciário, fazendo também que, para com este último, as tecnologias de ponta sejam indispensáveis; 4) a mão-de-obra será menor em número mas terá maior grau de instrução; 5) os dirigentes de empresas precisarão de maior conhecimento tecnológico para orientar suas atividades no rumo da maior competitividade.

Partindo das premissas, segundo o embaixador Marcos Côrtes, conselheiro da ESG, de que "a Segurança de uma Nação é a capacidade efetiva que tem de implementar , sem entraves inamovíveis, suas políticas e estratégias; de que o Desenvolvimento de uma Nação é a transformação de potencial nacional em poder nacional, empreendida de forma harmônica e continuada, almejando a plenitude; de que a Soberania é o atributo essencial da Nação de decidir, com liberdade plena, sobre a busca e a manutenção dos seus objetivos; de que a Globalização é o processo decorrente do conjunto de políticas e estratégias dos CPES que visam a ampliar e aprofundar sua capacidade de conduzir o relacionamento internacional, em todos os seus aspectos, para satisfação plena de seus Objetivos Nacionais", podemos concluir qual o melhor caminho a ser seguido pelo Brasil, objetivando tornar-se uma potência ascendente. OS CPES, através da mídia internacional principalmente, começaram a impor ao mundo as chamadas causas nobres (direitos humanos, direitos das minorias, justiça social, povos indígenas), bem como as novas idéias (promoção da justiça social, através da adoção da "tarifa antidumping social", penalidades comerciais para proteção ambiental -selo verde, soberania limitada, dever de ingerência, direito de intervenção, interferência humanitária, reformulação do papel das Forças Armadas).

É importante realçar que vários Blocos Econômicos Regionais (BERS) são dirigidos pelos CPES e que os menores tenderão a ser absorvidos pelos maiores, bem como que os organismos internacionais são meros instrumentos auxiliares da política e da estratégia externa dos países atuantes no âmbito internacional e muitas ONGS são empregadas sub-repticiamente como verdadeiros mecanismos auxiliares de política externa pelos CPES. Os dados do intercâmbio comercial mostram que nossos principais parceiros, em termos de saldo comercial, em US\$ milhões, dados de 2006, são UE (10.248), ALADI (10.075), EUA (9.829) e MERCOSUL (4.979). Assim, o saldo maior refere-se à América Latina. Analisando-se a pauta de exportações, de importações, o setor agro-industrial e o setor de manufaturados, percebemos que, numa comparação entre as vantagens e desvantagens de maior integração com a ALCA ou a UE, haverá para o setor agropecuário mais vantagens nas relações com a UE, enquanto será mais vantajoso para o setor industrial a aproximação maior com a ALCA.

E para o Brasil? Num mundo globalizado, só terão participação as nações soberanas. Para ser soberana, a Nação precisa ser próspera. Para que o povo brasileiro participe atualmente do processo de globalização é preciso que o Brasil seja plenamente soberano. Para tanto, o Brasil precisa ser capaz de defender por seus próprios meios o que deseja, pois, caso não o faça, nenhum organismo internacional defenderá, além de traçar seu próprio rumo, pois, se não o fizer, o terá traçado por outro. Segundo declarou, em 2001, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, atual secretário-geral do Itamaraty : " Está em andamento um processo de desarmamento econômico e jurídico do Estado brasileiro, que teria como obstáculo as eleições. Daí a pressa na implementação das amarras fiscal e monetária expressas não apenas na independência do Banco Central, mas também nas agências reguladoras. Se o Brasil aceitar as regras da ALCA será o fim das políticas adequadas para a Economia".

Em conclusão, afirmamos que o ideal para o Brasil é procurar incrementar as relações bilaterais com outros países, em especial com os demais componentes dos BRIC`s como a China, a Rússia, a Índia, bem como ampliar o âmbito do MERCOSUL, convidando os países do Bloco Andino, procurando a integração de toda a América do Sul, e não apenas do cone sul. Aumentar o intercâmbio com a África do Sul e com os países de língua portuguesa do resto do mundo. Aproveitar-se também da existência de colônias expressivas em quantidade e qualidade, como a portuguesa e a italiana, para alavancar nosso comércio, com transferência de tecnologia. Negociar com a UE e com a ALCA sim. Incorporar-se de forma submissa, assumindo o papel de colônia, não.

A Necessidade de uma Política Industrial 1

Artigo publicado em 23.05.2002.

O objetivo síntese de uma Sociedade é o de alcançar o Bem Comum, resumo último decorrente do atendimento das necessidades, interesses e aspirações vitais. Para isto é imperioso atingir antes os Objetivos Nacionais Permanentes que, por representarem necessidades, interesses e aspirações vitais, subsistem por longo tempo. Desta forma, é acionado o Poder Nacional, caracterizado pela capacidade que tem o conjunto interagente dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando na conformidade da Vontade Nacional, de alcançar e manter os objetivos nacionais. Para efeito didático, desdobra-se o Poder Nacional em cinco expressões: política, psicossocial, econômica, militar e científica e tecnológica. Utilizamos a Política Nacional, conjunto de objetivos nacionais, bem como a orientação para emprego do Poder Nacional, no sentido de conquistá-los e mantê-los e a Estratégia Nacional, arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais Permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional, visando garantir a plena consecução destes objetivos, para garantir o bem estar da Sociedade. A Política Nacional desdobra-se em diversas políticas, dentre as quais a Política Industrial.

Sempre defendemos a adoção de uma Política Industrial, por razões doutrinárias, por fazer parte de nosso ideário, independentemente de razões conjunturais, por entender ser indispensável e urgente recuperar a perda de competitividade internacional da indústria brasileira, bem como inverter a tendência de reprimarização da pauta exportadora. E o mais importante, para fazer frente à progressiva deterioração dos

termos das relações de troca, imposta pelos países centrais, que manipulam as regras do comércio internacional, fazendo com que tudo aquilo que vendem seja cada vez mais escasso e, conseqüentemente, caro, enquanto que o comprado dos países periféricos deve ser a cada dia mais barato, por abundante e devido à competição. Além disto, os países centrais defendem o livre comércio em tese, porém praticam abusivamente o protecionismo. A conseqüência é a crescente dependência econômica dos países menos favorecidos, levando-os a se tornarem cada vez mais endividados. E, traço comum a todos eles, cada vez mais constata-se a desnacionalização de sua economia e a destruição do parque industrial nacional. Na realidade, a experiência histórica mostra que nenhum país do mundo experimentou sucesso na atividade industrial, em função do livre jogo das forças de mercado. Na verdade, quando ocorre, é prova da vontade ordenada de uma Política de Desenvolvimento Industrial, devido a uma forte participação do Estado.

Analisando-se então a conjuntura, podemos comprovar o alto grau de dependência econômica do Brasil, expresso, dentre outros indicadores pelo elevado déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Corrente, superior a 4% do PIB. Assim, é preciso estar ciente de que uma das funções mais importantes do sistema econômico é a produção, uma variável-meta digna de ser agraciada em um Plano Nacional de Desenvolvimento, onde o setor industrial deve funcionar como elemento dinâmico da atividade econômica.

Depois de definido o Que Fazer, ou seja, a implementação de uma Política Industrial, conceituada como a intervenção, orientação ou apoio à atividade econômica privada pelo Estado, além dos limites mínimos da legislação, regulamentação e tributação, segue-se o Como Fazer, melhor dizendo as estratégias a serem empregadas, a fim de permitir a consecução do objetivo fixado:

A – Proceder a uma Reforma Administrativa no governo, com a criação de um órgão colegiado, subordinado diretamente à presidência da República, com a participação de ministros de Estado, inclusive do Comércio Exterior, e de representantes da iniciativa privada, sob a coordenação do ministro do Desenvolvimento Industrial, com a missão precípua de elaborar e implementar a Política de Desenvolvimento Industrial do país;

B – Estabelecer uma parceria entre o setor público e o setor privado, com definição clara das responsabilidades e compromissos de cada um dos agentes participantes;

C – Proceder a uma Reforma Tributária capaz de corrigir as graves distorções existentes, procurando desonerar a atividade produtiva, com diminuição das alíquotas, ampliação do universo tributário, para aumentar a arrecadação, diminuindo nível de sonegação praticado no país;

D – Diminuir a escorchantes taxa de juros praticada no Brasil, trazendo-a para patamares civilizados, adequada às taxas de juro cobradas nos principais centros financeiros mundiais e aumentar o crédito oferecido pelo sistema financeiro, através principalmente da diminuição do depósito compulsório dos bancos;

E – Empregar os impostos e tarifas de importação como instrumentos de política, objetivando restabelecer a isonomia perdida entre a produção doméstica e a produção importada e contribuir para o aumento da arrecadação tributária;

Continua no próximo artigo.

A Necessidade de uma Política Industrial 2

Artigo publicado em 30.05.2002.

Prosseguindo com o artigo iniciado na 5ª feira passada, continuamos a apresentar as estratégias a serem apresentadas:

F – Definir como principais objetivos da Política de Desenvolvimento Industrial:

1. Contribuir para o aumento da renda nacional, alicerçado em uma melhor repartição de renda (pessoal, setorial, regional);
2. Aumentar a participação do Produto Industrial brasileiro no Produto Industrial mundial;
3. Propiciar o aumento contínuo da competitividade e do valor agregado nas etapas da produção;
4. Contribuir para minimizar as desigualdades regionais;
5. Adensar as cadeias produtivas;
6. Complementar a reestruturação da indústria nacional.

G – Adotar políticas setoriais (complexo eletrônico: bens de informática, telecomunicações e eletrônicos de consumo; químico; petroquímico; têxtil; siderúrgico; naval; embalagens; automobilístico; metalúrgica; capital; duráveis de consumo; não duráveis de consumo; intermediários e outros), com objetivos e instrumentos próprios a cada um dos setores, com o objetivo geral de atrair investimentos nacionais e estrangeiros para a promoção de uma substituição competitiva das importações;

H – Valorizar o papel das pequenas e médias empresas no universo das empresas de capital nacional, proporcionando-lhes financiamentos adequados, a juros preferenciais;

I – Redirecionar o BNDES para o real cumprimento de sua função, qual seja, priorizando os recursos disponíveis para as empresas de capital nacional dedicadas à indústria, buscando ainda a participação de parcela dos recursos de aplicação dos Fundos de Pensão públicos e privados, para o financiamento de investimentos para expansão industrial;

J – Fazer com que as políticas e estratégias industriais funcionem em sintonia fina com as relativas ao comércio exterior, visando ainda o fortalecimento do mercado comum da América Latina e não o da ALCA;

L – Estabelecer que o mercado interno seja reconhecido como importante patrimônio nacional, protegendo-o através de isonomia tributária entre a produção doméstica e a importada, por intermédio do aperfeiçoamento de salvaguardas e, em especial, à proteção de indústrias nascentes e estratégicas;

M – Priorizar programas voltados para o desenvolvimento tecnológico, relacionados à atividade industrial, estimulando as parcerias entre agentes públicos e privados, com a devida recuperação da capacitação científica e tecnológica em Universidades, Institutos de Pesquisa e Centros de Tecnologia das Empresas;

N – Organizar o aperfeiçoamento dos programas nacionais de treinamento e educação profissional, procurando facilitar o acesso ao emprego, o aumento da produtividade e da remuneração do trabalho;

O – Adotar uma agressiva política de captação de novos parceiros comerciais e de fortalecimento daqueles já existentes, buscando obter transferência de tecnologia em setores e áreas onde estejamos embrionários em troca do oferecimento de tecnologia de ponta onde o Brasil esteja avançado, como na construção de hidrelétricas, objetivando associações em especial com países como China, Índia, Rússia e os da Comunidade de Língua Portuguesa, utilizando-se até o escambo, quando for necessário.

Esta proposta deverá ser aperfeiçoada tão logo candidatos nacionalistas consigam chegar ao Poder, no processo de transição, pois somente dentro do governo é que a verdadeira situação será conhecida, considerando que as informações, de um modo geral, são sonegadas e ocultas. Em curto prazo, a meta é gerar um superávit na balança comercial não inferior a US\$ 15 bilhões, de modo a procurar equilibrar o saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes. Outro ponto importante reside na diminuição imediata do pagamento de transportes (frete e afretamentos) e de remessa de lucros e dividendos, através do aumento da participação da iniciativa privada nacional no processo de produção. A médio e longo prazo, aumentar a competitividade industrial, incrementar a participação de manufaturados na pauta de exportações e diminuir a vulnerabilidade e dependência econômica do Brasil, fortalecendo o grau de segurança econômica.

Afinal, é possível conseguir um lugar ao sol no contexto dos países industrializados, tal como tantos outros, menos dotados do que o Brasil conseguiram. Basta acreditar e lutar.

A Nova Ordem Mundial

Artigo publicado em 03.04.2003.

Em memorável discurso pronunciado em Brasília, o senador da República Roberto Saturnino Braga, representante do PT-RJ, declarou: "Se o argumento é só a força, se não vale mais o direito, se não vale a lei internacional, se não valem os organismos internacionais, se valem a força e o poder militar, então todos os países terão obrigação de se armar, melhorar sua posição militar, em relação aos demais países do mundo. Se passa a imperar a força bruta cínica, é bom que adquiramos também, como nação, uma força que, pelo menos, tenha um caráter dissuasório, fabricando o que já podemos fabricar. Não há por que ficarmos respeitando um tratado de não proliferação quando o que prolifera é a força das armas, da força bruta. Se os parâmetros agora são outros, não há porque ficarmos presos a um compromisso que tinha outros pressupostos da legitimidade, do respeito à ONU, do respeito aos tratados internacionais. Se isso não vale, teremos que repensar nossa posição". É óbvio que se referia à agressão ao Iraque perpetrada pelos anglo-americanos.

Depois da tragédia ocorrida em 11 de setembro nos EUA, surgiu uma reação natural dos governantes americanos, em resposta aos atos que chegaram a extrapolar o âmbito do terrorismo até então praticado. De início, várias perguntas surgem: a) como o sistema de inteligência americano, o mais bem aparelhado do mundo, através da NSA, CIA, FBI e outros, foi incapaz de prevenir o ataque suicida? Sabe-se que o Mossad, por exemplo, é capaz de infiltrar-se até no Hamas e eliminar fisicamente, um a um, seus principais opositores, seja por intermédio de explosão de celulares, seja através de um míssil capaz de entrar por uma janela e desintegrar o alvo, em sua sala de jantar. E O Mossad atua

em íntima cooperação com os órgãos de inteligência americanos; b) de que forma foi possível a precisão fria, cirúrgica, com que os atentados foram cometidos, sem uma estreita cooperação interna? Tudo isto recorda-nos o atentado de Oklahoma e o assassinato do saudoso presidente John Kennedy.

Mas o mais importante, no momento, é dimensionar a grandeza da reação da potência hegemônica mundial. Suas primeiras ações são preocupantes. No campo interno, a administração Bush enviou para o Congresso um anteprojeto de lei que limita drasticamente os direitos constitucionais do povo americano, chegando a admitir a validade de confissões obtidas sob tortura, fora do território americano. No âmbito externo, procedem a uma ofensiva diplomática, sem precedentes, para agir como uma administração interventora, de caráter isolacionista, a pretexto de combate ao terrorismo mundial. A movimentação das forças de combate sugeria muito mais do que o ataque ao Afeganistão e a Bin Laden. E o ataque ao Iraque confirma isto. Os estrategistas de vários países começam a preocupar-se com a possível tentativa de implantação de um governo mundial, sob o comando dos EUA, como consequência das atrocidades sofridas em 11 de setembro por mais de seis mil pessoas, americanas e de outras nacionalidades.

Isto porque existe claramente em ação a estratégia imposta pelos "donos do mundo", os detentores do capital transnacional, líderes do sistema financeiro internacional, para progressivamente implementar um governo mundial. As etapas do processo estão claramente delimitadas, em linhas gerais. De início, a adoção da "globalização", nova denominação do "neocolonialismo", partindo dos países centrais para a periferia, com o domínio da expressão econômica do Poder Nacional, através da imposição dos ditames dos organismos internacionais: FMI, OMC, Banco Mundial, BID e outros. Abertura da economia, com eliminação de barreiras protecionistas, adoção

da lei de patentes, inclusive com efeito retroativo, privatização selvagem, para transferir o patrimônio real das nações menos desenvolvidas para os detentores do "papel pintado", controle da inflação, para garantia do retorno das suas aplicações de capital e outras. A seguir, o total controle dos meios de comunicação de massa, seja através da colocação de pessoas de confiança, os "testas-de-ferro", até a participação via indireta no comando das empresas de jornalismo, ou emprestando-lhes moeda para mantê-los dependentes ou simplesmente remunerando regamente os principais formadores de opinião e jornalistas famosos, montando a chamada "mídia amestrada".

Em paralelo, atuam através da criação de inúmeras ONGs, financiadas pelo exterior, sem qualquer controle, com dirigentes percebendo salários invejáveis, sem prestar contas a ninguém e com recursos vultosos para colocar suas mensagens na imprensa, objetivando fabricar a chamada "opinião publicada". Falam em nome do povo (sociedade civil), sem procuração. Trabalham incansavelmente para destruir as Instituições Nacionais: Família, Igreja, Estado, Escola, Empresa. Procuram demolir o Estado Nacional Soberano, minimizar a importância da Igreja, desmoralizar os princípios e valores fundamentais da Família, da Escola e da Empresa. Sucateiam as Forças Armadas, procurando subtrair-lhes quaisquer possibilidades de cumprir suas missões constitucionais. Tudo é feito em vários países simultaneamente, no mundo inteiro. Para isto criam organizações para cooptar lideranças existentes, para propiciar-lhes meios de assumir o Poder constitucionalmente e administrar segundo as suas determinações.

Nas Américas, foi criado em 1982 o Diálogo Interamericano, cujo site pode ser acessado via Internet por qualquer interessado (<http://www.iadialog.org>). Os inocentes úteis que persistem em tentar ridicularizar o fato dizendo que "isto é bobagem, fruto da teoria da conspiração", podem acessá-lo e verificar inclusive seus integrantes e principais financiadores. O famoso Consenso

de Washington, de 1988, é apenas uma derivação do Diálogo. Não é coincidência que a mesma política neoliberal seja adotada por países como a Argentina, Brasil, Chile, Peru e outros. Em todos foi imposta a criação do ministério da Defesa, para o "controle civil dos militares", por exemplo, bem como a privatização de setores estratégicos como comunicações, energia, água, vitais para a sobrevivência no terceiro milênio.

A conclusão lógica é a de que o Brasil, como os demais países na alça de mira, deve armar-se, dominar a tecnologia nuclear, bem como a espacial, a fim de ter poder dissuasório capaz de evitar problemas sérios em futuro próximo.

A Perda Progressiva da Amazônia

Artigo publicado em 14.02.2008.

É vital para os brasileiros conhecer pessoalmente a Amazônia, descobrir suas potencialidades, avaliar suas riquezas, enfim admirá-la, para poder perceber o quanto é importante defendê-la, lutando para que continue a ser nossa. Pesquisamos, mais uma vez, a região para atualizar nossa visão da mesma. Como sempre, constatamos pontos positivos e negativos.

Dos aspectos favoráveis, não há como ignorar o crescimento da atividade econômica, em especial a turística, consubstanciada pela implantação de diversos hotéis no interior da selva, como o Ariaú, perto de Manaus, pelo aumento progressivo da população localizada na Zona Franca de Manaus, pelo crescente compromisso das Forças Armadas na defesa da Amazônia e pelo início de conscientização de parte da imprensa brasileira para o risco concreto de perda daquela região pelos brasileiros.

Como aspectos negativos: a continuação da evasão de riquezas subtraídas da região, seja sob a forma de contrabando e/ou descaminho transportado em centenas de aviões praticando vôos irregulares, seja sob a forma de pirataria dos recursos biogenéticos da área, remetidos por diversos representantes de ONGs e missões estrangeiras no país, agindo sem qualquer controle; a implementação do SIVAM, capaz de permitir o controle do tráfego aéreo, porém ao custo do pagamento de cerca de um bilhão e meio de dólares, sem que a FAB possa agir na repressão às irregularidades existentes, em função de orientação externa, sem haver a necessária proteção das informações obtidas.

A crescente demarcação de reservas indígenas, conduzida por agentes estrangeiros, com a criação de “enclaves territoriais”, passíveis de serem, no futuro, separadas do país, constituindo

embriões de nações independentes do Brasil, por coincidência em cima das principais riquezas minerais da região, como é exemplo flagrante o verdadeiro crime de lesa pátria consubstanciado pela intenção de expulsar brasileiros da reserva artificialmente criada em Roraima, por imposição externa; pela ocupação predatória por populações humildes, sem a necessária educação e conscientização dos danos ao meio ambiente; pela não conclusão da implantação do projeto Calha Norte, fruto do corte de verbas orçamentárias destinadas às Forças Armadas; pelo preocupante aumento da penetração estrangeira nos meios de comunicação, em especial nas TVs e outras; pela criminosa ação de autoridades governamentais em permitir o “aluguel” de vastas áreas da Amazônia, sem haver a mais remota possibilidade de controle e efetiva fiscalização do que está sendo feito pelos alienígenas. E agora, mais concretamente, a assinatura pelo Brasil de resolução da ONU que, na prática, abre a possibilidade de possível decretação de autonomia de tribos indígenas.

Persiste a necessidade urgente do cumprimento do lema: “integrar pra não entregar”. A perda da Amazônia não será concretizada por uma ocupação militar tradicional, pois não existe país no mundo, nem a potência hegemônica, com força capaz de ocupar a vasta área, em parte ainda virgem. Porém, está sendo realizada sub-repticiamente, como é do costume dos modernos povos colonizadores, via domínio perpetrado através do crescente domínio das expressões psicossocial, econômica, científico-tecnológica e até mesma política. É importante conhecer a realidade da região, como a situação do principal estado da região, o Amazonas, o qual possui apenas três milhões de habitantes, dos quais a metade está concentrada na capital, fato também encontrado nos demais estados componentes da Amazônia.

Toda a rica região, cobiçada há centenas de anos por outras nações, é constituída de vazios demográficos. Muita terra, muitos rios, muita riqueza, a maior parte inteiramente abandonada.

Vastidões de territórios sem ocupação. Mesmo próximos dos centros populacionais, verificamos a dificuldade de sobrevivência para quem é estranho à região. Até o deslocamento na mata é extremamente difícil. A quantidade e qualidade de obstáculos são consideráveis. Daí chegarmos à conclusão de que é extremamente improvável a sua ocupação por forças estrangeiras. Somente o natural da área, indígena ou caboclo, consegue sobreviver com tranqüilidade na região. Por isto eles são os melhores soldados da selva. Lá não há lugar para “Rambos”.

E não interessa aos países imperialistas a destruição da região, através do seu bombardeio sistemático, como é feito no Iraque, pois estariam destruindo recursos naturais preciosos, em especial a água, elementos cada vez mais raros no terceiro milênio. Nenhum país ou grupo deles possui condições para ocupar e dominar a Amazônia. Por isto continuam a agir por intermédio de agentes diretos e indiretos, subtraindo as riquezas em surdina. Cabe a nós, brasileiros, impedir que este saque continue.

Urge haver vontade política para a implementação de medidas concretas de ocupação planejada, contínua e eficaz da rica região, inclusive com adoção de providências emergenciais, enquanto é tempo. Acreditamos que o país capaz de explorar racionalmente a região, sem concessões aos delírios dos ecologistas fanáticos, defensores da sua preservação (intocabilidade), nem às ações predatórias de capitalistas selvagens, será a potência do terceiro milênio.

A Progressiva Inversão de Valores

Artigo publicado em 28.02.2008.

Sempre existiu no Brasil um enorme processo de inversão de valores, porém ele nunca foi tão profundo como agora. Na expressão política, o Poder Executivo é tomado de assalto por uma horda de pessoas incompetentes, na sua maioria sem qualificação para exercer as funções para as quais foram impostas, em virtude de injunções políticas. O presidente de direito demonstra sua inaptidão para assumir as responsabilidades do cargo. Somente gosta de viajar, em especial pelo exterior, com vastas comitivas, cometendo as gafes de sempre, fazendo questão de realçar, com orgulho, que chegou ao mais elevado posto da República, sem necessidade de estudo. De fato, passou a maior parte de sua existência sem estudar e sem trabalhar. Trata-se de um péssimo exemplo para a juventude, que antes acreditava na possibilidade de ascensão social vertical, através da educação. O presidente executa seu poder autoritariamente, controlando ditatorialmente não só seus ministros subordinados, como os outros Poderes, em especial o Legislativo.

Este "Poder" passou a ser um mero departamento homologador das decisões emanadas do exterior e do Executivo. Passa tudo aquilo enviado, sem a menor alteração para melhor. É vergonhoso o triste espetáculo da infidelidade, com a abominável troca de agremiação partidária pelos políticos profissionais. Traem uns aos outros, sem a mínima cerimônia. O povo clama nas ruas por um plebiscito/referendo sobre a redução da maioria penal, pelo agravamento das penalidades para crimes hediondos e os "donos do Brasil" ignoram. Eles detestam o povo enquanto agente de transformação social. Querem-no como

massa de manobra, manipulado pela mídia, a serviço de interesses escusos.

O triste espetáculo da criação de uma CPI para investigar gastos imorais com cartões corporativos passa a ser motivo de ridículo e de chacota pela população. Ninguém acredita que as infrações sejam apuradas e os criminosos apenados. A própria administração Lula adota a iniciativa de comandá-la, indicando seu relator e seu presidente, com ampla maioria de votos na Comissão. A “oposição” mendiga o cargo de presidente da CPI e acordos são fechados, com o objetivo de nada apurar. É invocada até a Segurança Nacional, logo ela, tão desprezada pelos atuais detentores do poder político, como desculpa para que não sejam divulgados os gastos com o presidente e sua família. Valores absurdos são gastos sem a devida comprovação. Abrange desde a tapioca até o “botox”.

A CPI das ONGs começa a encerrar melancolicamente seus trabalhos, sem nada apurar. Estão brincando com a paciência do cidadão. O Poder Judiciário, ainda relativamente independente, é atacado por todos os lados e recebe um "controle externo". Mais da metade de seus quadros superiores já foi nomeada pelo atual presidente.

Até a Universidade é conspurcada. Na esfera pública, proliferam as “fundações”, criadas com o objetivo de permitir a transferência de recursos vultosos do setor público para apaniguados do sistema, de professores a prefeitos, por intermédio de dispensa de licitações dirigidas, a exemplo das transações havidas entre a FINATEC e a Universidade Federal de Brasília. Pagam de mobiliário milionário do apartamento do reitor, até a compra de carros de luxo, além, é óbvio, de irrigação de verbas milionárias a consultores (professores) e prefeitos de um partido escolhido. Na esfera privada, existem empresas mercantis, que ignoram as obrigações trabalhistas, previdenciárias e morais, abastecidas pelos infundáveis recursos do PROUNI e de assemelhados. Mandam os professores embora,

sem cumprir suas obrigações legais. Quando é reclamado, mandam recorrer à Justiça, pois sabem que esta é lenta. Muito lenta. Usando seu poder político, as mantenedoras forçaram até a criação de uma espécie de Central de Execuções, objetivando postergar os pagamentos devidos, a pretexto de preservar sua sobrevivência financeira. É uma piada!

Este país precisa voltar a ser sério. Os compromissos morais e éticos devem ser cumpridos. O povo deve ser respeitado e não humilhado pelos detentores do poder político. As denominadas entidades defensoras dos direitos humanos destacam-se em proteger monstros estupradores, assassinos, assaltantes, enquanto a polícia é acuada pelos marginais. Bandidos de alta periculosidade comandam o crime organizado de dentro de presídios de segurança máxima, comandam rebeliões sangrentas, matam agentes penitenciários, saem quando querem e são protegidos por autoridades governamentais. A nossa juventude é contaminada através de meios de comunicação de massa difusores de perversões sexuais, de apologia ao crime e da descriminalização das drogas. O certo passa a ser ridicularizado e o errado é glorificado. Drogados são incensados, até em novelas e programas populares das redes de TV, em especial do "império do mal".

A pederastia, antes classificada como doença na NIDCM, deixou de ser, em função da pressão do "lobby" dos homossexuais. Passa a ser incentivada e estimulada. Amanhã, poderá ser compulsória, com aprovação simbólica pelo Congresso. A decadência moral acentua-se. A educação em geral, tanto básica, quanto média e superior, é destruída progressivamente. O ensino público é sucateado e o ensino privado torna-se um balcão de negócios. A saúde é abandonada, o saneamento ignorado. A insegurança predomina. E a carga tributária aumenta. A impunidade torna-se a principal marca da administração Lula. A esperança desaparece.

O país do futuro passa a ser a esperança não concretizada do passado. As pessoas de bem, que podem, passam a sair do Rio de Janeiro e do Brasil. A princípio nada é divulgado. Agora, é difundida a notícia de que um dos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel, do PT, pediu asilo político à França, com sua família, em virtude de ter sido ameaçado de morte, por causa de sua insistência em tentar elucidar a morte de seu irmão. A senhora acusada de comandar o emasculamento e a morte de meninos no Pará foi absolvida pela Justiça. Tudo a ver. Afinal, a administração Lula e o Congresso não emascularam o povo brasileiro, impondo-lhe o desarmamento?

É preciso que todos cumpram seu dever, cada um em sua esfera de atuação. A Constituição Federal estipula claramente os deveres de cada Instituição. É urgente que seus dispositivos sejam cumpridos, pois, a qualquer momento, não haverá mais possibilidade de retorno à normalidade. Estaremos em plena barbárie.

A Prática e a Teoria

Artigo publicado em 12.09.02.

Os economistas estudam durante anos para procurar aprender o essencial, a fim de melhor analisar o presente, a conjuntura, para, calcados no passado e no conhecimento da realidade, propor políticas e estratégias prospectivas, objetivando melhorar as condições de vida das pessoas no futuro. E, um técnico capaz, com o correr do tempo, desenvolve uma percepção capaz de levá-lo a perceber o que vai acontecer. E, normalmente, acerta. Não se trata de adivinhação. É só intuição apoiada no conhecimento e na vivência.

Não só acertam, contudo. Às vezes, erram, pois as condições "coeteris paribus", alteram-se e a economia é uma ciência social e não exata. Porém partem das previsões erradas para as devidas correções de rumo a fim de acertar novamente. Mas, para isto, é vital ter humildade. Ouvir os colegas, principalmente as vozes divergentes da sua. Auscultar as pessoas mais modestas, porque existe a chamada sabedoria das ruas, que não pode ser ignorada.

Agora mesmo, temos a sensação, como qualquer economista consciente e não comprometido de um lado ou outro do processo, numa análise imparcial, fria, de que haverá um agravamento do processo recessivo, um aumento significativo do desemprego e de todo o "caldo de cultura" propício à eclosão de convulsões sociais no país. É insuportável a manutenção, por muito mais tempo, da elevada taxa real de juros, dos salários represados, da dilapidação do patrimônio nacional a preços vis, do aumento contínuo dos impostos, diretos e indiretos, das tarifas dos serviços públicos e dos bens que constam da cesta básica, da desnacionalização da economia, do aniquilamento do nosso parque produtivo nacional, da destruição do Estado Nacional Soberano. A situação já está atingindo o ponto de "não retorno",

sendo da maior gravidade. Caso não sejam adotadas, de imediato, medidas capazes de provocar a reversão desta danosa "política" econômica em vigor, os danos provocados ao país e ao povo brasileiros serão irreversíveis. E pensar que grande parte desta situação foi provocada para garantir mais quatro anos de mandato ao atual "monarca" brasileiro!

O momento atual vivenciado pela sociedade brasileira exige, mais do que tudo, além de competência, seriedade, honestidade, desprendimento, patriotismo, amor ao próximo, a visão do estadista, daquele verdadeiro político que não pensa no curto prazo, mas é possuidor da visão de longo prazo, onde as gerações futuras são contempladas e onde predomine o amor ao Brasil. Deve possuir a capacidade de abrir mão de seus privilégios e de seu poder, desde que em benefício da coletividade, da pátria. Os detentores do poder político devem ter ciência que, mais cedo ou mais tarde, serão julgados pelos eleitores, pelos seus filhos e pela História. E este julgamento será implacável. Os omissos, os corruptos, os entreguistas serão expostos à execração pública, passando a pertencer à galeria dos traidores da pátria.

Bem, o leitor deve estar perguntando. E o que tenho que fazer para exercer meus deveres e direitos de cidadão e de homem? Se cada um cumprir seu dever em sua atividade, passar a agir conscientizando as pessoas com as quais tem relações, do que está acontecendo, organizar grupos de discussão para debater os problemas nacionais, mobilizando-as para interferir no processo, para, no momento preciso, defender nossa pátria e nossos filhos, estará fazendo o que deve. As eleições próximas, de 06 de outubro deveriam ser o momento adequado, mas, infelizmente, pelo menos nos candidatos à Presidência não encontramos nenhum digno de nosso voto. O voto nulo representa nossa inconformidade com o viciado processo eleitoral em curso. Mas são necessárias ações mais profundas.

Basta de omissão, de cumplicidade! Vamos passar da teoria à prática. Nossos antepassados propiciaram exemplos

maravilhosos de coragem, desprendimento, ousadia, descortínio e capacidade de ação. Muitos doaram seu sangue, suas vidas para fazer a independência política do Brasil, a abolição da escravidão, a proclamação da República e tantos outros feitos heróicos. As gerações passadas ensinaram-nos a lição. Agora, chegou a nossa vez. Vamos ter de provar que estamos à altura dos nossos mais antigos. Nossos descendentes não vão perdoar-nos, caso mostremo-nos incapazes de fazer o que deve ser feito. Nossas consciências não nos deixarão em paz. E nossos pósteros merecem qualquer sacrifício. É chegada a hora da decisão. Afinal, ainda não começamos a lutar. E quando o povo, unido, luta por seus ideais, pelo que é certo, sob a proteção do Grande Arquiteto do Universo, não há força capaz de derrotá-lo. Ao dever, brasileiros! Vamos lutar pela independência econômica do Brasil.

A Privatização e o Interesse Nacional

Artigo publicado no dia 14.02.02.

A ênfase da nossa abordagem sobre o assunto situa-se justamente na questão do interesse nacional. Preliminarmente, cabe a pergunta: quem concedeu autorização ao atual governo para alienar o Patrimônio Nacional? Estas riquezas pertencem à Nação, ao povo e não a uma administração transitória, como o "governo" FHC. Para venda deste Patrimônio é necessária a permissão formal do Congresso e a consulta aos eleitores, via plebiscito ou referendo. Afinal, ainda não foi elaborada Lei Complementar sobre o malfadado "Programa Nacional de Desestatização", não tendo sido assim devidamente aprovado pelo Congresso como deveria ter sido. As medidas que estão sendo implementadas foram, em sua grande maioria, via Medida Provisória. Tanto é que a "venda" da Vale do Rio Doce ainda está "sub judice", graças a liminar concedida pelo Ministro Néri da Silveira, do Supremo Tribunal Federal, a qual deveria ter tido seu mérito julgado pelo plenário. Não foi ainda, devido ao pedido de vista do processo feita pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Nelson Jobim, atual ministro do STF, o qual deveria ter levantado sua suspeição, em virtude de ter sido um dos principais artífices do programa citado, tendo sido nomeado para o Supremo pelo atual presidente FHC. De fato, em momento algum de suas duas campanhas o presidente atual anunciou como plataforma de campanha que iria desnacionalizar os principais setores da economia brasileira. Ele mostrava os cinco dedos da mão, prometendo melhores condições de saúde, educação, segurança, emprego (trabalho) e agricultura. Infelizmente, todos os indicadores destes setores pioraram desde sua primeira posse.

As principais justificativas para a ação do atual governo para "entregar" o país são três: a) falta de recursos do setor público para realizar os investimentos necessários nos setores a serem privatizados; b) necessidade de recursos para diminuir a dívida interna; c) geração de recursos para investimentos no social. Ora, todas elas representam desculpas esfarrapadas, para justificar o cumprimento das ordens do Diálogo Interamericano e do Consenso de Washington aplicadas não só no Brasil, como em outros países com funestas conseqüências (Argentina, com desemprego maciço e deterioração violenta das condições de vida da população; México, com dois movimentos guerrilheiros em ataque frontal ao Exército regular e outros países). Será que não percebem que isto também acabará ocorrendo no Brasil (atenção para a atuação do MST). Na realidade, basta aprovar uma Reforma Fiscal decente, para diminuir a sonegação em pelo menos 50%, diminuir alíquotas e aumentar a receita da União em cerca de R\$ 150 bilhões ao ano.

O setor energético, estranhamente avaliado inicialmente em US\$ 100 bilhões e por alguns em US\$ 60 bilhões, e agora , como sempre, brutalmente subavaliado, não pode ser privatizado, sem que seja transferido o monopólio de estatal em privado. Caso contrário, como envolve os setores de geração, transmissão e distribuição, exigindo vultosos investimentos, será "canibalizado", perdendo o efeito sinérgico e provocando graves conseqüências, inclusive com o risco de "apagões" permanentes, do que é exemplo este racionamento ridículo, comprometendo o esforço de desenvolvimento nacional, que ficará a mercê dos interesses estrangeiros, pois a energia é o principal vetor do desenvolvimento.

A privatização do setor de comunicações está aí demonstrando os sérios riscos para a segurança nacional e para a privacidade dos cidadãos, devido ao controle exercido via satélites, além da brutal elevação de preços dos serviços e a sua elitização. Mesmo

nos países mais desenvolvidos, o setor público não abre mão do controle de setores estratégicos. No Brasil, além da entrega da Vale, diagnosticamos a possibilidade de a PETROBRAS ser destruída pelas grandes irmãs. O Banco do Brasil está sendo destruído. A seguir, a energia. Em seguida, a saúde, os transportes, a educação. Tudo desnacionalizado. E aí, sobrarão o que para os nossos descendentes? Qual será o trunfo do Brasil para o terceiro milênio?

E tudo isto será vendido uma única vez. E os recursos apurados não resolverão nem o problema da dívida interna (mais de R\$ 650 bilhões), nem os graves problemas sociais. Quando mais se vende, maior é a dívida. Como sempre os recursos serão desviados no caminho. Será que voltaremos a ser colônia, com a destruição do Estado Nacional Soberano, das Forças Armadas, a desintegração do território nacional, o esfacelamento do Patrimônio Nacional e o surgimento de "exércitos particulares de mercenários", a exemplo da África, com o "esquartejamento" do país?

Agora, o insuspeito Tribunal de Contas da União, em relatório do ministro Adylson Motta, afirma : " venda de estatais não aumentou investimentos no social", "as privatizações contribuíram para achatar a renda, fazendo com que a participação da massa salarial no PIB, que era de 45%, em 92, despencasse para 37%", "quem mais se beneficiou da guerra tarifária nas telecomunicações foram consumidores de renda mais alta (os serviços utilizados por pequenos usuários terão descontos médios de 4,9% até 2005, enquanto o uso de rede da Internet e as chamadas internacionais ficarão 66% mais baratos)", "o Tesouro Nacional gastou R\$ 26 bilhões para recompor as tarifas elétricas antes do início das privatizações. Os investimentos em infra-estrutura foram insuficientes, resultando em uma grande defasagem entre a oferta de energia e o crescimento do consumo. Este cresceu em 114,5% em 15 anos, enquanto o crescimento da oferta ficou em 77%" e "o novo

modelo de privatização do setor elétrico, baseado na participação do capital privado, mostrou-se ineficaz para evitar a grave crise de energia".

Aos poucos a verdade vai surgindo, só que agora é tarde para mudar. A única saída é impedir a venda de qualquer outra estatal e pressionar os candidatos à presidência para que incluam em seus respectivos planos de governo a auditoria e revisão das privatizações maléficas ao país e a seu povo.

Ausência de Vergonha

Artigo publicado em 04.10.12.

A imprensa noticia que “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) recebeu quase R\$ 50 milhões para um projeto de alfabetização e, diante da falta de execução de parte do programa, precisou devolver dinheiro aos cofres públicos. A Petrobras repassou R\$ 26 milhões à entidade sindical entre 2004 e 2007, por meio de três convênios, dinheiro destinado ao projeto Todas as Letras. Já o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, encaminhou outros R\$ 23,9 milhões. A CUT devolveu, então, R\$ 339,6 mil à Petrobras e R\$ 4,5 milhões ao FNDE. Agora, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que “não há elementos suficientes para atestar a boa e regular aplicação” dos R\$ 45 milhões restantes, que ficaram com a entidade para alfabetizar jovens e formar alfabetizadores. A CUT terá de devolver dinheiro mais uma vez, conforme acórdão aprovado pelo TCU”.

É mais um dos escândalos que assolam nosso país, agora na área sindical. E é proveniente de um erro de essência. Quem tem a missão de alfabetizar é o sistema institucional de ensino, de acordo com a legislação vigente no país. As centrais sindicais possuem outras importantes funções, as quais, aliás, não executam como deveriam. O triste episódio de criação pela atual administração petista, através da Lei nº 2618, de 02.05.2012, que instituiu “o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixando o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal (CF)” é um claro exemplo disto. Nem as administrações anteriores (FHC e Lula) conseguiram concretizar tal violência, fato aceito sem grandes reações dos sindicatos.

Presenciamos uma vergonhosa barganha de cargos da administração pública pelos principais partidos em que sua "administração" está sustentada. É a administração dos "cumpanheiros". Continuam insensíveis aos reclamos do povo, a concretizar a privatização, por imposição externa, desnacionalizando a economia brasileira e destruindo o parque produtivo. Agora chegou a hora dos aeroportos e portos.

Isto sem falar no tenebroso episódio do "mensalão", até agora enfrentado com coragem pela atual maioria dos integrantes do STF. Mas até quando esta atitude prevalecerá, considerando-se as substituições que brevemente ocorrerão? O futuro presidente do STF deverá propor uma urgente e indispensável mudança na forma de investidura dos ministros do Supremo, pois a atual é inaceitável, representando claramente uma indevida interferência no Judiciário.

O BNDES concede financiamentos a juros subsidiados a empresas e setores escolhidos em função de razões outras que não as eminentemente técnicas. E tudo é feito sem reação daqueles que deveriam agir e são pagos para isso. São fatos inquestionáveis capazes de comprovar que a atual administração petista governa principalmente para uma minoria da população, para a elite financeira. Para eles, tudo é permitido. Para os 95% restantes da população, sobram a recessão, o subemprego, a pobreza, a desesperança, a não ser para os beneficiados pelos diversos programas de "bolsas a título de esmolas" que são implantados com fins eleitoreiros.

A presidente "comanda" um grupo de indivíduos, sem o mínimo compromisso com os Objetivos Nacionais Brasileiros, sem elaboração de uma Política Nacional ou de uma Estratégia Nacional. É uma verdadeira "legião de cumpanheiros", sem competência. Limita-se a cumprir as determinações de quem a elegeu, passando a fazer aquilo que prometeu não fazer, ou seja, utilizar-se da máquina governamental para influir nos resultados das eleições e participar como coadjuvante da

campanha eleitoral. As nomeações do senador Marcelo Crivella e da senadora Marta Suplicy tiveram claramente como motivação principal a alavancagem do “poste” Haddad em SP.

Os candidatos da base governamental, com especial destaque para o prefeito Eduardo Paes e seus 20 partidos aliados, com os vastos recursos financeiros disponíveis, controlam a mídia amestrada, comprando os principais formadores de opinião ou garantindo a cumplicidade dos principais veículos, através da colocação de publicidade farta, que garante a sobrevivência destes grupos. Os institutos de pesquisa, de um modo geral, publicam os resultados de interesse de quem paga a pesquisa. A apuração eletrônica não é confiável. A oposição é tibia, fraca, em parte já cooptada.

As Instituições Nacionais são progressivamente atacadas, com o propósito de imobilizá-las. É um desmonte geral. Será muito difícil promover uma mudança no sistema de poder existente, enquanto perdurar a aliança entre a grande burguesia nacional e o capitalismo apátrida, ou seja, a aliança entre as oligarquias locais e o sistema financeiro internacional. Entretanto, é inevitável o progressivo aumento da área de conflito entre estes dois segmentos.

Apenas quando houver a ruptura entre os atuais integrantes da base governista, então surgirá a oportunidade de vitória de um candidato verdadeiramente nacionalista, em oposição ao processo de recolonização do Brasil, atualmente em plena expansão. Lembrem-se disto no dia 07 de outubro!

Atuais Ameaças ao Estado Brasileiro: Expressão Econômica do Poder Nacional

Artigo publicado em 14.09.11.

A Academia Brasileira de Defesa (ABD) divulgou no dia 07.09.2011 importante manifesto à Nação com o título: “Atuais Ameaças ao Estado Brasileiro”, assinado pelo seu Presidente, Ten-Brig-do-Ar Ivan Frota. Colaboramos na elaboração do citado documento, nos aspectos relativos à expressão econômica. A seguir, apresentamos à reflexão dos leitores nossas idéias a respeito do assunto, em uma lista não exaustiva, considerando o espaço oferecido, em uma abordagem bem sintética, sucinta, restrita apenas aos itens considerados mais importantes:

1 – Inexistência de um Plano Nacional de Desenvolvimento: Considerados os Objetivos Nacionais Permanentes, não há explicitado um PND contendo políticas e estratégias correlatas, vinculadas a orçamentos, prazos e órgãos responsáveis para consecução dos ONP. Ora, para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve. E quem não traça seu destino o terá traçado por outro. Só existe a meta das autoridades econômicas de controle da inflação, ignorando a busca do pleno emprego;

2 – Desnacionalização do Sistema Econômico Brasileiro: Importantes empresas dos três setores (primário, secundário e terciário) da Economia Brasileira estão sendo compradas, absorvidas ou tendo seu controle acionário transferido para não residentes, em troca de “papel pintado” (dólar), cujo valor é depreciado a cada momento;

3 – Desindustrialização da nossa Economia: Há um declínio persistente da participação na produção industrial no PIB e nos

empregos industriais no total de empregos da economia. A valorização do Real, o elevado custo de produção, o Custo Brasil, a elevada taxa de juros, a taxa de câmbio que favorece importações, diminuindo a competitividade dos exportadores brasileiros e a concorrência desleal com produtos importados, cópias, pirataria e contrabando são fatores que contribuem para a desindustrialização no nosso país;

4 – Significativos fluxos de capitais para o Brasil: O excesso de divisas existentes nos países com grandes superávits em transações correntes (China, Alemanha), bem como o volume expressivo de recursos em poder do sistema financeiro dos EUA vão se manter. Como o Brasil possui a maior taxa real de juros do mundo (cerca de 6,5 %), ele continuará a receber crescentemente divisas, que estimulam o consumo interno, ao invés de gerar investimentos em capacidade produtiva, além de sobrevalorizar o real;

5 – “Bolha” de crédito, incluindo a valorização excessiva no mercado imobiliário das grandes cidades: A proporção da renda disponível brasileira usada para o pagamento do serviço da dívida aumentou para 28% em maio de 2011 (classe média gira em torno de 50%), enquanto em outros países é bem menor (EUA=16%, China=6,5%, Índia=4,8%). A elevada taxa de juros aumenta o peso do serviço da dívida. Dificilmente o valor atual destes imóveis continuará elevado após a realização da Copa e das Olimpíadas;

6 – Nó logístico e excesso de burocracia: A infra-estrutura econômica do país sofre profundamente com o insuficiente aporte de investimentos, bem como pelo desvio de recursos empenhados, principalmente em função da corrupção endêmica existente, ocasionando um aumento excessivo do Custo Brasil.

Isto ainda é agravado pela burocracia criada para impor dificuldades, objetivando gerar facilidades;

7 – Riscos de Inflação: Apesar do elenco de medidas adotadas pelos atuais detentores do poder político, a taxa de inflação nos últimos doze meses já ultrapassou o teto (6,5%) da meta. Apesar de a tendência ser decrescente, fatores como a elevação do salário mínimo para cerca de R\$ 620,00 em 2012 e suas consequências podem impedir a queda para o centro da base (4,5%);

8 – Alto preço das “commodities”: O preço das “commodities” está elevado no momento, em especial devido à atuação de especuladores internacionais. Com a “reprimarização” da nossa pauta exportadora, uma previsível queda em seus valores ocasionará problemas consideráveis em nosso balanço de pagamentos em transações correntes e ao nosso sistema econômico;

9 – Corrupção Pandêmica e Nepotismo Generalizado: O grau de corrupção vivenciado em nosso país, atingindo indistintamente os três Poderes, em especial o Executivo em seus três níveis, encarece brutalmente qualquer obra ou empreendimento, considerando o valor da propina cobrada, variando de 4% a 50%, o que inviabiliza qualquer ação séria, em proveito dos interesses nacionais. Além disto, o nepotismo generalizado impede a formação de quadros técnicos competentes.

Eis os desafios que deveremos vencer o quanto antes.

Agruras das Forças Armadas Brasileiras

Artigo publicado em 04.10.2007.

O Desenvolvimento Nacional pressupõe o desenvolvimento por igual das cinco expressões do Poder Nacional: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. De nada adianta para um país desenvolver-se apenas, por exemplo, na expressão econômica, caso não evolua nas demais. Será uma mesa desequilibrada, com cada um de seus pés com um tamanho diferente. É o caso do Japão. Atingiu o desenvolvimento econômico, mas não tem desenvolvimento militar. Já os EUA são a potência mundial, de caráter hegemônico, porque desenvolveram as cinco expressões do Poder Nacional.

O Brasil, infelizmente, ainda não conseguiu obter o desenvolvimento em nenhuma das expressões. Já atingimos a etapa do crescimento econômico, mas não do desenvolvimento econômico. Devemos alcançá-lo para, então, partir para atingir o desenvolvimento das demais expressões. A última, em geral, é a expressão militar, porém não devemos descurar dela, pois uma nação só obtém desenvolvimento, caso tenha segurança. Sem segurança, não há desenvolvimento e sem desenvolvimento não haverá segurança. É necessário fortalecer, e muito, a expressão militar do Poder Nacional, a fim de que possamos proteger nosso povo, nossas riquezas e nosso imenso território.

Depois do domínio econômico, presenciamos a crescente influência da cultura alienígena, em especial da língua, na expressão psicossocial brasileira. Na Espanha, as palavras são traduzidas para a língua pátria, até no McDonald's. No Brasil é "drive thru". Na saúde, perdura o caos. A assistência pública é incapaz de atender aos pacientes sem recursos e os planos particulares de saúde começam a deixar de atender seus associados de forma digna. Na educação, incrementa-se a

privatização das Universidades Públicas. A previdência continua a ser destruída, esforçando-se a administração LULA em retirar os direitos adquiridos dos trabalhadores, obtidos duramente ao longo de décadas. Na segurança pública, a insegurança predomina no país, em especial no Rio de Janeiro. O desarmamento geral é imposto aos brasileiros.

Na expressão política, o sistema financeiro internacional continua a eleger e derrubar presidentes e outros menos votados. O Congresso demonstra, com os últimos episódios, o grau de corrupção acentuada e sua tibieza. Deputados mudam de partido em troca de benesses diretas e indiretas. Os eleitos são perfeitos representantes da ambiência existente na Nação. Era de se prever que a influência chegaria à expressão militar. O percentual de gastos com defesa em relação ao PIB é apenas a metade da média mundial. E a mídia amestrada silencia. Denunciavam que, na época do regime dito militar, o Brasil era colônia dos EUA. Agora, quando os neoesquerdistas estão no poder, nunca, na história deste país, as Forças Armadas estiveram tão dependentes do exterior e desprovidas de recursos.

A administração FHC criou, por imposição externa, o ministério da Defesa, com o objetivo de afastar os militares do centro político de decisões, subordinando-os a um civil. Todos os nomeados, inclusive o atual, revelaram-se despreparados para o exercício de suas funções, por razões diversas. A impressão passada é a de que existe um revanchismo dos detentores do poder político, nos últimos 13 anos, em relação às Forças Armadas Brasileiras. Eles as suportam, mas gostariam de tentar sua extinção progressiva. Se não, como justificar o modo como estão sendo tratadas? Seus salários são os menores dos servidores públicos federais. Não possuem as verbas necessárias para a pesquisa, o treinamento, o adestramento e aprestamento. São esvaziadas a cada dia. Retiraram organizações importantes de sua esfera. Empregam-nas em atividades complementares, procurando afastá-las de suas funções. Seus comandantes não

estão sendo tratados com o devido respeito. Buscam fantasmas do passado para colocá-las na defensiva. Afinal, o que pretendem?

A solução principia em pressionar o Executivo e o Congresso para lutar pelo soerguimento das Forças Armadas. Em investir pesadamente no soerguimento da indústria bélica do Brasil. A ENGESA, a IMBEL deverão ser recuperadas. A EMBRAER, mantida sob controle nacional e estimulada. Somente assim teremos um razoável nível de independência tecnológica na área militar. O exemplo da Argentina no triste episódio da guerra pelas Ilhas Malvinas é esclarecedor. Perderam o controle do Teatro de Operações, porque acabaram seus mísseis Exocet e nenhum outro país abasteceu-os ou ajudou-os na reposição. Eles estavam inteiramente dependentes dos fornecedores. Esperamos que o mesmo não ocorra com o Brasil. A FAB conseguiu, em convênio com a Itália, fabricar o respeitado caça AMX, de características táticas. Existia um projeto de fabricação de um supersônico em pareceria com a Argentina. Por que não retornar? A Marinha precisa de submarinos movidos a propulsão nuclear. O Exército necessita contar com carros de combate como o Osório, capaz de ganhar uma concorrência na Arábia Saudita, e de lançadores de mísseis. É vital investir na tecnologia nuclear, para que possamos dominar o processo ao alcance de vários países do mundo.

Vamos dotar nossas Forças Armadas de meios que lhes possibilitem defender efetivamente o Brasil, bem como cumprir suas funções constitucionais. Afinal, os soldados são eternos e o Brasil precisa deles.

Agruras dos Consumidores

Artigo publicado em 11.10.12.

No Brasil, em especial no Rio de Janeiro, o consumidor possui pouco prestígio. Na moderna Economia, ele deve ser o centro de atenções do sistema, pois é o cliente. Entretanto, aqui, continua a ser desprezado pelas empresas. Principia pelos chamados serviços públicos, em especial, os administrados, oriundos de setores privatizados e sob controle de estrangeiros. A antiga CEG (gás), hoje pertencente a um grupo estrangeiro, mudou o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, de gás manufaturado para gás natural, sem consulta à população, sob o beneplácito da administração estadual.

Todos sabem que a alteração penaliza os consumidores. De início, as despesas passaram a ser bem maiores, aos mesmos níveis do consumo anterior. Toda a estrutura das residências estava calcada no abastecimento com gás manufaturado e a mudança ocasionou vários problemas, provocando inclusive a substituição da canalização existente, com os custos transferidos para os consumidores. Isto, sem considerar os riscos de acidentes, incêndios etc. E, sabendo-se que parte do gás natural consumido é importada, isto significa a “dolarização” das tarifas, com o consequente ônus para o consumidor.

Na energia, sem a redução anunciada recentemente pela presidente, o custo médio da tarifa de energia elétrica para a indústria no Brasil era de R\$ 330 por megawatt/hora, o quarto valor mais alto do mundo, atrás apenas do cobrado na Itália, na Turquia e na República Tcheca. A tarifa no Brasil era o triplo da dos Estados Unidos e Canadá e o dobro da cobrada na China, Coreia do Sul e França. Além disso, quase metade da tarifa brasileira é formada por encargos e tributos, segundo a

Confederação Nacional da Indústria. Vamos verificar de fato qual será a “redução”.

Nas comunicações, o quadro não difere. Inexiste controle confiável das ligações telefônicas, em especial do tempo de duração, e a inadimplência aumenta significativamente. Vale o informado pelas operadoras. Quem vai conferir? Contas de mais de um ano são impostas. E os consumidores não têm meios para comprovar sua veracidade. No nosso Estado, apesar do abusivo valor do IPVA cobrado, as ruas e rodovias estão em condições cada vez piores. E os postos de pedágio proliferam, para alegria das empresas agraciadas e os políticos associados.

Até na navegação aérea, o cartel que domina o setor aumenta seus preços como bem quer. Os lucros são privados. O prejuízo adequadamente transferido. A administração FHC privatizou os setores, mas não elaborou previamente a regulamentação adequada, criando as agências reguladoras só para constar, fazendo a alegria das empresas e o desespero da população. E a administração petista continua no mesmo caminho.

No relacionamento com os bancos, financeiras, cartões de crédito e assemelhados, os consumidores são massacrados. Primeiro, são obrigados a aceitar a chamada conta salário no banco imposto pelo empregador, onde são de tal forma envolvidos pelas empresas, que acabam pagando, com as tarifas, taxas e outros, todas as despesas de seu pessoal. E os seus lucros aumentam cada vez mais. O Banco Central, que deveria fiscalizar o sistema e proteger o consumidor, revela-se, na prática, o guardião dos banqueiros. Todos sabem que os juros cobrados são extorsivos e, recorrendo à Justiça, os consumidores farão valer seus direitos. Porém, a Justiça é extremamente morosa e a grande maioria dos cidadãos não tem possibilidade de acesso a ela. No final, quem especula ganha mais do que quem produz.

No trato com os demais setores, o panorama não é animador. Também, de um modo geral, no varejo, as grandes organizações (supermercados) expulsaram as pequenas empresas do

segmento (armazéns, quitandas), passando a controlar o mercado. Constituem quase um oligopólio e, como tal, manipulam os consumidores. Criam hábitos de consumo desnecessários, vendem rolo de papel higiênico de 40 metros com 30 metros, quilograma com 750 gramas e litro com meio litro, aos preços cheios, sem desconto. Possuem o mínimo de pessoal, alguns poucos atendentes, caixas e seguranças, colocando os consumidores a trabalhar para eles. Conseguiram até, ao arrepio da lei, impor o sistema de mercadorias marcadas com código de barras ao invés de propiciar transparência, informando claramente os preços. É comum na hora do caixa, os consumidores mais atentos descobrirem diferenças no valor cobrado, obviamente contra eles. Nos “shopping centers” até o estacionamento é pago.

O Instituto Akatu pelo consumo consciente informa que cresce o uso pela indústria da chamada “obsolescência programada”, ou seja, redução da vida útil e impossibilidade do conserto de produtos, com a modificação dos projetos e peças com maior frequência, para garantir que sejam usados pelo menor tempo possível, para acelerar o ritmo de consumo.

Na realidade, os consumidores são desrespeitados a todo o momento. O Código de Defesa do Consumidor é um bom instrumento de defesa, mas ainda não foi convenientemente divulgado. Os órgãos de defesa do consumidor ainda existem em estado embrionário, sendo alguns até manejados indiretamente pelas empresas, que conseguem controlar seus dirigentes. Em pleno século XXI, os consumidores merecem ter seus direitos assegurados, devendo o setor público agir de modo a assegurá-los. Para isto é vital maior informação dos consumidores e mais ação.

Agora, Providências Serão Adotadas

Artigo publicado em 24.01.2002.

O povo brasileiro sofre, já há muito tempo, as conseqüências de uma guerra civil não declarada. Milhares de brasileiros já foram mortos, dezenas de milhares feridos, em função da ação do crime organizado no Brasil. O pânico já assola até o interior do país, não se limitando a Rio de Janeiro e São Paulo. São seqüestros, "saidinhas", invasões a edifícios, fuga de presos até por intermédio de helicópteros. Tudo isto por causa da incompetência das autoridades, em especial federal e estadual, que deixaram a situação chegar a este caos. E, de efetivo, poucas providências foram adotadas, pois as vítimas eram do povo. Lembramo-nos até do lamentável episódio do seqüestro do empresário Abílio Diniz, quando os marginais, autores de crime hediondo, vários estrangeiros e um brasileiro, estão em liberdade, fruto de uma intensa campanha liderada por personalidades políticas (até o ex-ministro da Justiça), sob a justificativa de que o crime tinha tido motivação política e, agora, defendem até a decretação de medidas de exceção. É porque agora os detentores do poder político no país estão sendo diretamente ameaçados. Descobriram que, apesar de terem vários seguranças fortemente armados, não estão imunes à violência. E apresentavam como solução para o problema o desarmamento do cidadão digno e de bons costumes, que possui domicílio conhecido, cadastrado pela polícia. É um absurdo! Agora, pode ser que alguma coisa efetiva seja realizada, se bem que várias das atuais autoridades responsáveis pelo assunto sempre estiveram do outro lado da lei.

As atribuições dos entes federados estão bem explícitas na Carta Magna. A Segurança Externa é de responsabilidade das Forças Armadas que podem, em caso de necessidade, mobilizar outros

recursos, até civis, para cumprimento de sua missão. A Segurança Pública é de responsabilidade dos Estados, possuidores das Polícias Militar e Civil, além dos bombeiros militares. Os Municípios podem criar suas guardas municipais com efetivos ponderáveis. Quanto à Segurança Interna, contudo, há uma área cinzenta. Parte dela cabe, como já vimos, aos Estados, porém existe outra parcela que extrapola suas jurisdições respectivas. Para isto a União possui a Polícia Federal, a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), a Polícia Rodoviária Federal e tantas outras.

Segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra, "Segurança Interna é a garantia relativa, para a Nação, de que seus Objetivos Permanentes estão sendo alcançados e preservados, em face de sua capacidade para superar quaisquer ameaças a esses objetivos, de origem interna ou externa, que produzam efeitos internos". Já "Segurança Pública é a garantia relativa da manutenção da ordem pública, mediante a aplicação do poder de polícia, encargo do Estado". "Ordem Pública é a situação de tranqüilidade e normalidade que o Estado assegura, ou deve assegurar, às Instituições e aos membros da Sociedade, consoante as normas jurídicas legalmente estabelecidas". Entretanto, como os fatores adversos podem se projetar no universo dos antagonismos, há uma possível proximidade entre as questões de Segurança Pública e de Segurança Interna. Eis a área cinzenta. Por esta razão, em caso de uma situação onde haja grave comprometimento da ordem pública, grave e iminente instabilidade institucional ou comoção grave de repercussão nacional cabem atitudes repressivas executadas pela expressão militar e política do Poder Nacional, de acordo com os artigos 90 e 136 a 141 da Constituição (intervenção, estado de defesa e estado de sítio). Em caso de luta armada, então, a atitude é operativa, de responsabilidade preponderante da expressão militar. Por isto, as Polícias Militares, também pela Carta Magna, são subordinadas à Força Terrestre, na qualidade de Força

Auxiliar. Afinal, seu efetivo total, nos 27 Estados, ultrapassa em muito ao efetivo total das Forças Armadas Brasileiras, de cerca de 300.000 integrantes. E para haver intervenção das Forças Armadas, deve haver antes a solicitação prévia de um dos três poderes da República (Executivo, Legislativo ou Judiciário).

É claro que estamos vivendo uma grave situação no país, ocasionada pela adoção de medidas econômicas impostas pelo sistema financeiro internacional, através de seu representante, o FMI, trazendo como consequências naturais o agravamento da concentração de renda, o desemprego, a miséria, a queda dos salários reais, a pobreza, a destruição do Estado Nacional Soberano, a desnacionalização da Economia, a doação do Patrimônio Nacional, a perda da Soberania Nacional. E, apesar do esforço de contenção da explosão social exercido pela mídia amestrada, as reações começam a surgir. Saques ocorrem, rebeliões bem sucedidas em presídios em todos os recantos do país, bloqueios de marginais são feitos nas principais ruas de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, propiciando assaltos de motoristas pelos organizados bandidos. Com a crescente miséria e pobreza, aliada à falta de vontade política da administração FHC, não é preciso ser pitonisa para prever o cenário futuro.

É evidente que a solução principia pela adoção de medidas preventivas capazes de reverter o caos existente e pelo fortalecimento das instituições existentes, com implementação de um sistema integrado que estabeleça sintonia fina entre elas, com a reativação da Inspeção Geral do Exército para coordenar a ação das Polícias Militares, pelo maior investimento em treinamento, adestramento e aprestamento, pelo pagamento de salários dignos, pela criação de uma Guarda Costeira, no âmbito da Marinha ou da Polícia Federal e pela integração das Guardas Municipais ao combate à violência, sob o comando de um Estado Maior das Forças Armadas. Tudo isto em interação com o Poder Judiciário, o Ministério Público e o sistema penitenciário. A

Legislação Penal deve ser aperfeiçoada e fielmente cumprida. Prisões de segurança máxima, no campo federal, deverão ser implementadas. Enfim, chamem quem entende do assunto, possuindo a prática necessária e forneçam carta branca para que eles possam executar o planejamento estratégico adequado como terapia eficaz.

Apetite Voraz

Artigo publicado em 06.12.2001.

Todos sabem que a principal fonte de arrecadação do governo é originária dos tributos, os quais, segundo o código tributário nacional, são: impostos, taxas e contribuição de melhoria. Vários autores afirmam que no Brasil existem cerca de 60 tributos, o que não é exato. Na verdade, são em torno de sessenta tributos e contribuições de todos os tipos, envolvendo desde os tradicionais impostos, como IPI, ICMS, Imposto sobre a renda, até COFINS, FINSOCIAL, CSSL e outras arrecadações que compõem as chamadas outras receitas correntes do governo. Além da carga tributária real no Brasil ser elevada, algo em torno de 34 % do PIB ao ano, caso não houvesse uma sonegação da ordem de 100 % do valor arrecadado, ela seria o dobro. Assim, quando as alíquotas são elevadas, aumenta o estímulo à sonegação. O correto seria a diminuição das alíquotas cobradas, para aumentar o universo tributário e arrecadar mais, cobrando menos de todos.

Contudo, é vital flagrarmos e denunciarmos os excessos que ocorrem hodiernamente no país, constituindo praticamente uma regra. Começando pela habitação, onde o contribuinte paga um IPTU cada vez maior, mas baseado num valor venal desprezado quando o referido imóvel é vendido, pois as prefeituras arbitram um ITBI calcado em valores que chegam a atingir 3 a 4 vezes o valor estipulado no IPTU, bem acima do mercado. Quando o imóvel é foreiro à União, ainda paga o anacrônico foro e, em caso de venda, o laudêmio além de todos pagarem a taxa de prevenção de incêndio. Em Petrópolis, deve pagar o laudêmio e o foro à família imperial brasileira. Em outros locais, paga-se a entidades de origem religiosa.

Caso possua um automóvel, é obrigado a pagar o IPVA, bastante elevado, cujo objetivo principal é a conservação das ruas,

rodovias e estradas, porém, ou as mesmas estão em péssimas condições ou então são entregues à exploração predatória de empresas privadas, que chegam a cobrar (caso da Via Lagos) R\$ 7,20 de ida e mais o mesmo valor na volta, para um percurso de menos de 60 km. E ainda paga um seguro elevado, pois o governo não garante a segurança, além de existirem as indústrias das multas, onde empresas particulares participam com generosos percentuais dos valores extorquidos, transformando a filosofia do código brasileiro de trânsito de educativo em repressivo, instrumento de captação de recursos. E ainda há outras indústrias: vistoria, controle de poluição (ao invés de obrigarem as montadoras a resolver o problema, penalizam o comprador que acaba de adquirir o automóvel o km na revendedora), inspeções de maus policiais procurando razões inexistentes para multar etc.

E continuam a temporada de caça ao contribuinte, achacando-o de todas as maneiras imagináveis e inimagináveis. Até os preços dos serviços públicos são brutalmente elevados num mecanismo de extorsão paralelo, onde combustíveis, energia, gás, comunicação apresentam índices de crescimento de preços bem superiores à taxa oficial de inflação. Agora, a pretexto da diminuição da arrecadação que teria acontecido em empresas distribuidoras de energia, autorizam aumentos exorbitantes, acima de 20 %, além da imposição de multas existentes sobre os consumidores que não conseguem cumprir as cruéis metas impostas por aqueles que não tiveram competência para cumprir com seus respectivos deveres. E ainda ameaçam com a perspectiva de corte aos recalcitrantes.

No âmbito da empresa é um cipoal de contribuições, como, por exemplo, as do chamado sistema "S" (Senai, Senac, Sebrae etc.), sobre lucro presumido e mais tantas outras, que levam os pequenos e médios empresários ao desespero e à sonegação. A CPMF ameaça transformar-se de provisória em permanente e deve permanecer no patamar de 0,38%, ao invés de ter diminuída

sua alíquota. Agora, logo depois da vergonhosa aprovação pela Câmara dos Deputados da denominada "flexibilização" dos direitos trabalhistas, representada, na prática, pela quebra dos preceitos estabelecidos na CLT, que, na realidade, atende a mais um compromisso com o FMI (artigo 32 do acordo), ameaça aprovar a cobrança de mais uma taxa, a de iluminação pública. E é repugnante verificar a performance de deputados governistas, tentando justificar o injustificável, apregoando vantagens ilusórias, como a de que será aumentado o nível de emprego, o que não é verdadeiro. E eles sabem que não é. Apenas querem iludir mais um vez o desprotegido cidadão brasileiro, o qual, agora, ficará mais do que nunca entregue à sanha de empresários inescrupulosos, sem a adequada proteção..

O cidadão sente-se extorquido a cada instante e cada vez mais, num paroxismo frenético. Seus rendimentos reais vão diminuindo e seu poder de compra decrescendo. Ele é sugado ao máximo, sem pudor, por tecnoburocratas a serviço do FMI, agente do sistema financeiro internacional. É hora de um basta a esta covarde exploração do cidadão brasileiro para garantir o pagamento de juros internos e externos escorchantes. E esta gentalha ainda pretende ser eleita e reeleita com o voto do povo. Os órgãos de comunicação de massa possuem o dever de informar os nomes de todos os deputados que votaram a favor da "flexibilização", a fim de que a justiça seja feita nas eleições de 2002.

A Varig e a Crise no Transporte Aéreo Brasileiro

Artigo publicado em 01.02.2007.

A VARIG não é apenas uma empresa privada nacional. Ela foi administrada pela Fundação Rubem Berta, que representava os funcionários da empresa. Sempre fomos favoráveis ao neocapitalismo com a participação ativa dos empregados no controle e na gestão das empresas onde trabalham. É o ideal de um capitalismo moderno, onde os trabalhadores aumentariam seu poder, estabelecendo um desejável meio termo, capaz de equilibrar as relações capital/trabalho. Além disto, a empresa era sinônimo do Brasil no exterior, obtendo um resultado prático em sua atuação, não só em relações públicas, como também no apoio a brasileiros no estrangeiro, superior ao papel desempenhado por muitas embaixadas e consulados brasileiros.

Durante décadas, a VARIG foi a maior empresa de navegação aérea do Brasil, realizando um excelente trabalho, em especial na integração nacional e no turismo internacional. Porém, sua gestão não foi das mais bem sucedidas. Houve excessos em todos os campos, principalmente na tentativa de operar hotéis de alto luxo. Centenas de políticos, artistas e “personalidades” amigas das eventuais administrações recebiam passagens de cortesia. Os empregados usufruíam de regalias, a nosso ver, que todos os trabalhadores deveriam ter como exemplo, porém sem o devido cálculo dos custos e das respectivas fontes de receita. Contratos danosos foram concretizados. As diversas administrações da empresa não foram devidamente competentes. Duramente atingida pelos “planos econômicos”, a VARIG teve uma perda de mais de R\$ 3 bilhões, já ganha nos tribunais e recebida pela Transbrasil, mas não por ela, além do contencioso no plano estadual.

O inadmissível é verificar a “passividade” da atual administração Lula na busca de uma solução para o problema criado. Todos os dias a imprensa divulga o drama de centenas de pessoas desesperadas. Existe um processo diário de destruição da VARIG. Ela foi vendida a um conglomerado, que, segundo os jornais, pertence a um empresário estrangeiro. As concorrentes deitam e rolam, aumentando os valores cobrados pelas passagens, direta ou indiretamente. É evidente que não possuem estrutura para atender à demanda existente. Existe uma obrigação de R\$ 9 bilhões a ser encarada e milhares de trabalhadores foram demitidos. O problema sério da previdência. Milhares de aposentados ameaçados. E ninguém faz nada para ajudar a VARIG. É inexplicável, considerando o passado recente (PROER, AES e outras pérolas), onde os recursos públicos foram utilizados para socorrer até empresas estrangeiras e ricos capitalistas. No futuro, talvez saibamos quais as verdadeiras razões de tudo isto. É só verificar quem lucra com a situação da VARIG.

Logo depois do trágico acidente do avião da Gol com o Legacy, começaram a surgir problemas de controle de voo, que nunca tinham aparecido até então, causando transtornos inimagináveis principalmente aos passageiros. A ANAC, eficiente na contratação sem concurso de “companheiros”, bem como na solicitação de passagens de cortesia, em especial nos fins de semana, revelou-se inteiramente despreparada para resolver o problema. E o caos aconteceu, sem previsão de solução.

No ano passado, eu e minha mulher, resolvemos usar a milhagem do programa Smiles da VARIG a que possuíamos direito para realizar uma viagem para Buenos Aires. De início, marcamos a data desejada, porém fomos informados que o voo tinha sido cancelado, devido a alteração da frequência diária, que passou de 4 para 1 por dia. Remarcamos para dezembro. Minha mulher apostou comigo como não conseguiríamos concretizá-la.

No dia 16 de dezembro embarcamos no voo RG 8612, às 14:45h, sem escala, chegando a Buenos Aires, em torno das 17:15h. O voo

saiu na hora certa. A equipe de bordo, como na antiga VARIG, atendendo com gentileza, eficiência e eficácia. O almoço foi servido. Entrada, um prato principal de massa e sobremesa, acompanhada de vinho tinto e branco argentino, de boa qualidade e whisky como aperitivo. Não acreditei, mas era verdade. Retornei no tempo, recordando, com satisfação, a época em que éramos bem tratados, quando viajavamos pela via aérea. Passamos cinco noites e retornamos em 21.12. Ao chegar ao aeroporto de Ezeiza, fomos informados de que o vôo da VARIG tinha sido cancelado e que teríamos que embarcar em um avião da GOL, em horário semelhante, mas com escala em Guarulhos. Começou o inferno. Primeiro, a fila para receber o endosso. Depois a fila para marcar a passagem, além das obrigatórias. O horário de chegada prevista no vôo da VARIG original era 14:05h. Pela Gol, como a saída atrasou cerca de 40min, era para 14:40h. DE Buenos Aires para Guarulhos foi servido um pão com queijo e presunto e um refrigerante. Em Guarulhos, ficamos quase uma hora, após o embarque dos passageiros, devido a problemas de “sequenciamento”. Ganhamos uma barra de cereal e mais um refrigerante. Acabamos chegando ao Rio às 18:30h. Ficamos em um ônibus sem motorista por 30 min. Demoramos mais 30 min para apanhar a bagagem. Que saudades dos tempos antigos!

